

 editora ifg

 EDITORA
IF GOIANO



REGIÃO
CENTRO-OESTE

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

2

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

ORGANIZADORES
Sarah Bertolli
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação da coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, técnicos, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo da sua história (Escolas de Aprendizes Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas,



 editora ifg

 EDITORA
IF GOIANO



REGIÃO
CENTRO-OESTE

2

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

ORGANIZADORES

Sarah Bertolli

Olliver Mariano Rosa

ISBN 978-85-67022-87-1

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente o posicionamento das editoras. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

R335	Região Centro–Oeste / Organização: Sarah Suzane Amâncio Bertolli Venâncio Gonçalves – Goiânia: Ed. IFG, Ed. IF Goiano, 2024 220 p.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.2 / Organização: Olliver Robson Mariano Rosa). Inclui bibliografia. ISBN (E-book): 978-85-67022-86-4 ISBN (Impresso): 978-85-67022-87-1 1. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Gonçalves, Sarah Suzane Amâncio Bertolli Venâncio (org.). CDD 378.013
Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497	

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Goiás

Editora IFG

Avenida C-198, Qd. 500. Jardim América.
Goiânia/GO | CEP. 74270-040.
(62) 3612-2251
editora@ifg.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Goiano

Editora IF Goiano

R. 88, 280. Setor Sul.
Goiânia/GO | CEP: 74085-010.
(62) 3605-3601
editora@IFGoiano.edu.br

SUMÁRIO

Apresentação da coleção	5
Prefácio	19
MARISE RAMOS	
Apresentação do volume	27
Dos ipês-amarelos e das escolas que florescem no inverno	
1. Instituto Federal de Goiás	33
115 anos de história de educação profissional	
JASON HUGO DE PAULA OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA RACHEL BENTA MESSIAS BASTOS RUBERLEY RODRIGUES DE SOUZA VANDERLEIDA ROSA DE FREITAS E QUEIROZ	
2. Instituto Federal Goiano	73
inovação e excelência na Educação Profissional e Tecnológica	
HAIHANI SILVA PASSOS ROSENILDE NOGUEIRA PANIAGO LAÍSE DO NASCIMENTO CABRAL RAMALHO ÍTALO JOSÉ BASTOS GUIMARÃES MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA	
3. Relato histórico-institucional do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	109
Implantação, desafios e conquistas	
ANDERSON MARTINS CORRÊA AZENAIDE ABREU SOARES VIEIRA DEJAHYR LOPES JUNIOR ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO LUIS EDUARDO MORAES SINÉSIO VINÍCIUS VILLAS BOAS	
4. A interiorização histórica do Instituto Federal de Mato Grosso	133
NÁDIA CUIABANO KUNZE	

5. Instituto Federal de Brasília **165**
espaço de encontros e de ampliação de horizontes

JEFFERSON SAMPAIO DE MOURA
ANA CRISTINA MOREIRA DOS SANTOS
FERNANDO COELHO BARBOZA

Catálogo cartográfico **187**

Catálogo fotográfico **201**

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

Nessa epígrafe estão os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar essa experiência a um otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando se percebe que a vegetação do agora perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, o que pode tornar inócua a leitura do mundo, resultando em um cenário como o desenhado por Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio do presente reveja o caminho da lavoura e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações.

¹ CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

² ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

Certamente, houve tempo para que a sementeira se erguesse em tronco de árvores plantadas de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, a maior árvore brasileira nativa; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, a “árvore da vida”, sagrada para muitos povos indígenas. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispondo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas muitas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, se harmoniza à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm 1909 como ano de sua criação – marco que se estende às demais, por ser considerado referência do primeiro esforço do governo federal de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional e, assim, contribuir para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos, registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflete a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, quando começaram os trabalhos para a composição da obra.

Por veredas repletas de idas e vindas, esta coleção se materializou graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo se não pelo esforço coletivo. De uma parte, oito editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para a organização do volume sobre as 12 instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as 5 instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho com as 9 instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as 6 instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, com as 7 instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi denotada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação em 2012, pela editora do Instituto Federal de Brasília, do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional, e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram os 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional e tecnológica (EPT) ao longo do último século e das duas primeiras décadas do século XXI. Pode-se exemplificar tal esforço com obras como: a coleção *Instituto Federal de Goiás: história,*

reconfigurações e perspectivas e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. Nesse rol se incluem também vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da EPT no Brasil, como é o caso de referências importantes elaboradas por prefaciadores/as da coleção – cuja palavra introdutória refloresce as narrativas históricas encenadas no curso de cada um dos volumes: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), com organização de Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da educação profissional e tecnológica na Amazônia* (2023), coletânea organizada por José Pinheiro e José Cavalcante.

Nesse mapeamento das publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível ainda encontrar, pela busca na internet, vários históricos institucionais. Todavia, além de estarem dispersos nos portais oficiais, por vezes, sua localização não é facilmente acessível ao público em geral – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus³ mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças mais marcantes ou a mencionar a legislação principal da constituição histórica da Rede. Essa constatação revelava a ausência de uma fonte bibliográfica que amehasse a história particular de todas as instituições da Rede Federal, indo além da visão panorâmica que transita entre os marcos das Escolas de Aprendizes Artífices, dos Liceus Profissionais, das Escolas

³ A Editora IFG adota a forma aportuguesada câmpus (singular e plural), em conformidade com diretriz interna do IFG, que desde 2015 optou por essa grafia porque, além de ser reconhecida em obras de referência, coaduna a adoção da linguagem simples e alinha-se ao uso consolidado em veículos de imprensa e outras instituições de ensino.

Industriais e Técnicas, das Escolas Agrotécnicas, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e, por fim, dos Institutos Federais, incluindo nesse arranjo o Colégio Pedro II. Uma iniciativa nesse sentido se mostrava necessária para demonstrar quanto são urgentes o estudo, a catalogação documental, a conservação e a comunicação da memória dessas instituições, medidas cuja importância está patente em ações mais bem estabelecidas que têm esse escopo, como se pode observar no Memorial do Instituto Federal do Ceará, no Centro de Memória do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – exemplos a serem replicados a fim de que a sociedade tenha mais uma porta de entrada no universo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, estabelecida com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos, tem uma temporalidade ampliada a ser estudada e relatada para quem pode (e precisa) desbravá-la.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades de Ensino Descentralizadas, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a Universidades. Nesse quadro, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã, criada em Curitiba/PR em 1869,⁴ e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação,

⁴ IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁵ Na outra ponta do tempo, há o caso, por exemplo, do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como Escola Técnica Federal autorizada em 2007, mas foi de fato implantado já como Instituto Federal, iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma pluralidade similar à da flora brasileira, assomou à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

O descompasso temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a configuração pioneira de um sistema educacional nacional no início do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁶ a efetiva implantação das Escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no estado do Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo de implantação prenuncia a singularidade situacional dessas instituições congêneres, o que remete à tão frequente divergência entre, de uma parte, as prescrições legais no campo educacional brasileiro e, de outra, sua aplicação no chão da realidade. Além dessa heterogeneidade acerca do funcionamento efetivo das Escolas, a diferenciação se apresenta em duas exceções ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, em 1911, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, pelo qual se aprovou novo regulamento para as escolas

5 IF BAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IF Baiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

6 SOARES, M. J. A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

criadas dois anos antes.⁷ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, constituindo a trilha de uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país. Apesar dessas diretrizes, a vida escolar adquiriu feições específicas de acordo com as demandas dos vários contextos. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁸ praticamente todas as Escolas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com quadro singular de diversidades e desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à proporção que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de Engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento, em atenção à demanda do setor industrial brasileiro.⁹ A função

⁷ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

⁸ Cunha (2000).

⁹ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

assistencialista das Escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo assimilava novas conotações, em decorrência das mudanças no cenário político-econômico, que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos inauguraram, assim, o percurso de reconfigurações pelas quais as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, sofreram ao longo de sua trajetória, em razão da reformulação das políticas acerca da Educação Profissional e Técnica, bem como do ensino agrícola. Ademais, as modificações na formação oferecidas pelas Escolas dialogavam com o perfil do alunado atendido por elas, que foi assumindo novos contornos, por exemplo, com a ampliação de sua faixa etária e, mais tardiamente, com a liberação do acesso ao público feminino.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das EAAs deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,¹⁰ trazia em seu bojo os princípios do novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930. Nessa conjuntura, em 1935, Francisco Montojos, titular da Superintendência de Ensino Industrial – curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema –, descreve as condições estruturais das Escolas e discrimina as necessidades de remodelação de seus edifícios e o custo requerido. Em documento posterior, anuncia a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹¹ Vale ressaltar que, muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, se tornaram patrimônio arquitetônico das cidades, integrando um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com a reorganização do recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser Liceus Industriais. Não obstante essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia/GO, a designação de Liceu

¹⁰ Cunha (2000).

¹¹ MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

existiu apenas em documentos e jornais, já que a inauguração da Instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 com outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n. 4.127, que estruturou a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por Escolas Técnicas, Escolas Industriais, Escolas Artesanais e Escolas de Aprendizagem. Esse decreto instalou unidades escolares por todo o país: 9 na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; Escolas Técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como Escolas Industriais); 9 na Região Nordeste – Escolas Técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e Escolas Industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; 3 na Região Sul – Escolas Técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e Industrial em Florianópolis/SC; 2 na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT e 2 na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA.

Em 1959, a Lei n. 3.552 remodelou a organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listava as 23 unidades que constituíam então a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que na letra da lei, na realidade daquele mesmo ano, aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em suas diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio de 1959, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias Escolas, a fim de reivindicar a exoneração de Montojos, ainda no comando da pasta, em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹² Além de representar

¹² ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das Escolas, esse evento revela que a formação oferecida a seu corpo estudantil, em muitos casos, tem ultrapassado uma educação profissional voltada exclusivamente para o atendimento ao mercado de trabalho – aspecto que, sem dúvida, merece uma atenção histórica.

A dimensão federal das Escolas Técnicas foi incluída em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. E as diferentes denominações das instituições também participam de seu feito memorialístico. A designação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais foi a que vigorou por mais tempo, o que, por certo, criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam, quando ouvem relatos sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, se manteve mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, ao longo de todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a prédios, auditórios, ginásios, porque o que representaram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela alargou e alarga seus horizontes.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previa a instalação de 200 Escolas Técnicas – Industriais e Agrícolas –, em acréscimo às 57 existentes, como está registrado no relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹³ Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio da Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC,

¹³ BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 jul. 2024.

a criação de Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds) nas estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta que pode ser considerada a primeira grande expansão da Rede revelou-se, entretanto, menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar no Anexo II da Lei n. 8.670/1993, em que são listadas apenas 33 Uneds, distribuídas em 19 estados. Em compensação, por meio dessa lei, foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 Escolas Agrotécnicas Federais em 6 estados brasileiros. Esse recorte demonstra como a visada para o passado pode descortinar os descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções vindouras.

As Escolas Agrotécnicas Federais, no conjunto da Rede, possuem percursos ainda mais particulares que o das instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas Escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, é criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, tem-se a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, há a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente à modalidade agrotécnica e em sua concepção formativa: Patronatos e Aprendizados Agrícolas, Escola de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas, Escolas Práticas de Agricultura, Ginásios e Colégios Agrícolas, Escolas Agrotécnicas. Apesar da dispar cronologia de origem, houve leis que repercutiram de

forma abrangente sobre várias dessas instituições, acenando para sua inserção em uma rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de Agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários Patronatos Agrícolas e sua transformação em Aprendizados Agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de Colégio Agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que, certamente, repercutiu nos arranjos institucionais.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal Escolas Técnicas e Agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e sua atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Ana Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as Escolas Técnicas Federais e dez Escolas Agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹⁴ Quando a autora publicou essas informações, uma nova transição transcorria: o governo Lula havia começado em 2005 uma grande expansão da Rede Federal, a qual prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, tendo por foco a periferia dos grandes centros urbanos e os municípios do interior.¹⁵ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se assentou nos anos 2000: a ifetização. A partir desse processo, criou-se a paisagem atual dos IFs, dos Cefets e do Colégio Pedro II. Resultaram da expansão 685 unidades, incluindo as vinculadas à UTFPR e às 22 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais.¹⁶ Como panorama dessa numerosidade, incluímos, no

¹⁴ CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

fim de cada volume, um catálogo cartográfico e outro fotográfico em que aparecem os câmpus e as sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Produz-se, assim, uma referência imagética para um marco da história recente: o anúncio em março de 2024 de outros 100 câmpus para a Rede, uma maneira simbólica de celebrar o aniversário completado a cada princípio de primavera.

Embora ao longo de 115 anos tenha havido marcos legais que se referiram a toda a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, nota-se que as diretrizes assumiram fisionomias peculiares em sua inscrição no mundo real. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades constitutivas hoje da capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Esse diverso ecossistema não se desenvolveu, como se poderia esperar, de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de variadas esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que em outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para esboçar nesta coleção por meio de um verdadeiro mutirão, que envolveu o difícil trabalho de elaborar textos e selecionar fotografias representativas do passado e do presente de cada instituição. Desse modo, sem pretensão de fim, as páginas que se costuram nesta floresta de palavras e imagens são sementes a ser plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre estas memórias, amadurecidas pelo ciclo das estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco (além da equipe da Editora IFPA). Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”.¹⁷ Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody,

¹⁷ KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas. Esse sonho, porém, não foi confabulado pelo sono, mas pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁸ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se situa. Em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, pode-se dizer, todavia, que, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias, “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁹ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso intento, talvez porque escutamos ao longe a voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”²⁰ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Ao som dessas vozes poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir no singular do “eu” no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado da caminhada de um pesquisador que não tem a educação profissional e tecnológica entre seus principais focos de interesse, mas que aprendeu com Paulo Freire a lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet/GO e servidor do atual IFG, tenho essa Instituição e a Rede que ela integra como larga porção do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e a partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA
ORGANIZADOR DA COLEÇÃO

¹⁸ MELLO, T. de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. *Vida Secreta – Revista de Literatura e Ideias*, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁹ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

²⁰ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

PREFÁCIO

REPETIR REPETIR — ATÉ FICAR DIFERENTE.

REPETIR É UM DOM DO ESTILO¹.

Manoel de Barros²

O que significa hoje, no Brasil, a publicação de uma coleção sobre a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, reconstruindo a história dessas instituições desde a sua origem oficial como Escolas de Aprendizes Artífices? O que significa remontar a esse período percorrendo as trilhas da história, redesenhando essas linhas e “repetindo” histórias? Por que falar mais uma vez de escolas destinadas a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o preparo técnico e intelectual, e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastaria da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Decreto n. 7566/1909)? Escolas que se transformaram em técnicas em 1959, se somaram, na esfera federal, às Escolas Agrotécnicas nos anos 1960 e foram alçadas, quase um século depois, a Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?

Por quais densas florestas e terrenos áridos e férteis da formação social brasileira passaríamos ao caminhar nessas trilhas? Pelos emaranhados de políticas públicas conservadoras que tentaram privatizá-las, estreitar finalidades e subjugar-las aos interesses do capital; mas também pelos terrenos da “cefetização” nos anos 1990 e das Universidades Tecnológicas na transição para os 2000. São mediações históricas que se confrontam como teses e antíteses, cuja síntese se manifesta em 2008

¹ Agradecimento a Ana Letícia Couto Araújo que, na semana em que eu escrevia este prefácio, numa aula para estudantes de mestrado e doutorado sobre Antonio Gramsci, viu relação entre o pensamento desse intelectual e o verso de Manoel de Barros.

² BARROS, M. de. Uma didática da invenção: III. In: BARROS, M. de. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016. p. 16.

com a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Como contradições secundárias da contradição principal entre capital-trabalho, as políticas voltadas para a educação da classe trabalhadora em instituições federais conformam particularidades institucionais que não revelam de imediato o quanto um desses polos da contradição tem sido fortalecido. Entretanto, a comemoração dos seus 115 anos comprova que as lutas conseguem mantê-las vinculadas a interesses e necessidades da classe trabalhadora, num processo permanente de superação de interesses opostos.

No contexto das primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, cujos exemplares nessa obra constituem o Instituto Federal de Goiás e o Instituto Federal de Mato Grosso, o ensino profissional visava muito mais combater os problemas sociais decorrentes da urbanização crescente do que a formação de trabalhadores qualificados, já que o desenvolvimento industrial naquele momento era incipiente. As Escolas então criadas não se articulavam com os demais graus de ensino e destinavam-se à classe operária, enquanto o ensino propedêutico e intelectual era destinado à classe dominante.

Os anos de 1940 foram determinantes para a primeira reorganização, considerando a conjuntura econômica da Segunda Guerra Mundial, da qual resultaram a expansão da produção industrial e a necessidade de emprego racional de trabalhadores. O ensino técnico industrial assumiu grandes dimensões e a distribuição de matrículas seguia, grosso modo, as demandas industriais. Permaneceu, no entanto, a desarticulação entre esse sistema e o ensino superior.

No período desenvolvimentista, o Estado assumiu parte da qualificação de trabalhadores, de acordo com suas funções no plano dos investimentos públicos estratégicos. A equivalência do ensino técnico com o secundário propedêutico foi fundamental para a redefinição do curso e do exercício técnico-profissional, consolidados de forma contraditória na educação brasileira e na divisão técnica do trabalho pela Lei n. 5.692/1971, bem como na política do *man power approach* (cálculo da mão de obra). Técnicos de nível médio se mostraram, então, fundamentais nas funções intermediárias entre trabalhadores pouco qualificados e os profissionais de nível superior.

Consolidou-se, ao mesmo tempo, a dualidade educacional brasileira, especialmente após a revogação da profissionalização compulsória

no segundo grau, que desenhou os ramos propedêutico e profissionalizante. Não foi nas Escolas Técnicas Federais onde mais se sentiram os efeitos da dualidade, pois, apesar do sério prejuízo da formação dos estudantes no âmbito das ciências humanas, letras, filosofia e artes, a unidade ciência, trabalho e tecnologia, que caracterizaram os currículos a partir de então, formou a base intelectual de estudantes/trabalhadores que se viram cada vez mais aptos não só ao ingresso no mundo do trabalho, mas também ao acesso ao ensino superior.

Fenômeno não diferente se constatou com estudantes das Escolas Agrotécnicas, institucionalidade firmada no lastro da “Revolução Verde” no Brasil dos anos 1950/1960, como mostra a memória das Escolas que formaram o Instituto Federal Goiano e o Instituto Federal de Brasília. Este último, em particular, guarda a memória da fundação da nova sede da capital federal e exemplifica a ligação dessas Escolas com uma política de autoabastecimento da região. Entre a lógica do agronegócio e da soberania alimentar, a relevância histórica desse ramo da educação profissional e tecnológica no Brasil é inegável.

Na contraditória convergência entre redemocratização e neoliberalismo no Brasil na passagem dos anos 1980 para os 1990, esteve a tentativa de converter as Escolas Federais ao modelo dos sistemas de aprendizagem, cuja medida mais assertiva ocorreu com o Decreto n. 2.208/1997, exarado poucos meses após a aprovação da LDB de 1996 em versão minimalista frente à defendida pela sociedade civil. A separação formação geral e formação técnica era somente a condição inicial para uma significativa reestruturação da educação profissional, que implicava o fim da oferta da primeira como ensino médio, juntamente com o desfinanciamento estatal articulado ao apoio à esfera privada, única possibilidade de qualquer expansão.

A “cefetização”, inicialmente antítese à privatização, uma vez que o avanço das funções institucionais necessariamente implicaria maior financiamento e fortalecimento institucional, foi, ao mesmo tempo, um reforço da tese, pois esteve condicionada à retração do ensino médio e ao estabelecimento de parcerias privadas visando à arrecadação de recursos próprios. Não obstante, o caráter oficialmente público e estatal se manteve, constituindo-se como resistência que sustentaram a Rede

Federal até o contexto da expansão e da criação dos Institutos nos governos ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Os Institutos mais recentes, como aqui é retratado o do Mato Grosso do Sul, não viveram diretamente esse “emaranhado” político, tendo nascido e aprendido a caminhar pelas trilhas da educação profissional e tecnológica apoiados em bastões do novo desenvolvimentismo. Trata-se, é verdade, de um modelo econômico passível de críticas, mas cuja lógica inspirou a expansão da Rede Federal e a política pública mais robusta desde o fim dos anos de 1950, que foi a criação dos Institutos Federais em 2008.

Esse padrão de desenvolvimento, no Brasil, baseou-se, principalmente no estímulo ao consumo, que provocaria a reação das empresas para produzir e investir, dinamizando o mercado interno e retomando o ciclo do capital produtivo. Argumentos em sua defesa destacaram a importância do papel da indústria na definição das perspectivas da economia brasileira para a geração de saldos comerciais e para a qualificação do mercado de trabalho, porque este seria ainda o setor dos melhores empregos. A indústria seria também necessária à inovação e à modernização da economia, bem como para a geração de demandas de serviços mais qualificados, relacionados a atividades de pré e pós-produção.³

Posições contrárias a esse modelo o identificam como linha auxiliar do neoliberalismo, cuja estratégia estaria principalmente nas operações de financiamento estatal para a concentração e a centralização dos capitais nacionais visando à formação do capital financeiro brasileiro e posterior expansão internacional para países menos desenvolvidos.⁴ Nesse período, a expansão da Rede Federal foi acompanhada do Pronatec como eixo da política de educação profissional, cuja lógica foi mais de formação para o trabalho simples do que para novos postos que a dinamização da economia poderia solicitar.

O fato é que as trilhas escuras e emaranhadas da história da educação profissional no Brasil terminaram numa clareira de reconhecimento e fortalecimento institucional. Parecia que se afirmaria, definitivamente,

³ KUPFER, D. Desenvolvimento é crescimento com mudança estrutural. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ano XII, n. 392, p. 18-20, 14 maio 2012.

⁴ CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista de Serviço Social*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

o caráter estratégico dessa Rede para a sociedade brasileira. Isso se comprovaria também pelo processo de interiorização, com consequências virtuosas que implicaram a ampliação do acesso à educação básica, profissional e tecnológica, inclusive no nível superior, a populações que não teriam tal oportunidade, salvo pela migração para centros urbanos. Cabe destacar a aliança entre essa política e as de expansão também das universidades federais e de incentivo ao acesso e à permanência nas instituições por políticas de cotas e financiamento estudantil direto e indireto. Foi um contexto também em que tais direitos, não sem reação dos conservadores, se estenderam a populações do campo, indígenas, quilombolas e ribeirinhas sem infringir suas identidades étnicas-raciais e culturais.

Obviamente, nessa clareira todos ficaram mais visíveis, inclusive com suas armas – posicionamentos ético-políticos e ideológicos –, acirrando-se, assim, as reações e as disputas. Mas este é o jogo democrático e a dialética das relações sociais que não escapam do que já sinalizamos: a contradição capital-trabalho.

A criação dos Institutos Federais impôs condições importantes para que esses 115 anos de atividades não abandonassem o núcleo que os diferenciou no processo histórico de negação do direito à educação de qualidade à classe trabalhadora: o ensino médio e sua forma integrada à educação profissional. Trata-se da construção que pode ser recuperada a partir da revogação do Decreto n. 2.208/1997 pelo Decreto n. 5.154/2004, como uma concepção que visa, com mediações históricas e contraditórias específicas na nossa sociedade, à disputa pela educação politécnica e omnilateral da classe trabalhadora. As licenciaturas foram também uma ação valorizada, reconhecendo-se a enorme contribuição que a Rede, pela síntese que a constitui como instituições de educação, ciência e tecnologia, teria à formação de educadores. Destacamos, certamente, o ensino superior em geral de graduação e de pós-graduação, o desenvolvimento de pesquisas e a extensão.

A política de verticalização é outra marca da Rede que pode proporcionar a integração em diversas perspectivas. A integração entre níveis, etapas e modalidades de ensino contribui para superar isolamentos, hierarquias e subordinações que existem na nossa estrutura educacional. Por exemplo, a identidade do ensino médio tende a não ser construída a partir da finalidade de formação de jovens (e adultos, quando

na modalidade EJA), mas sim como passagem para o ensino superior – função propedêutica – ou para o mercado de trabalho – função profissionalizante. Dessa forma, é algo externo ao ensino médio que o determina. A integração deste com a educação profissional (forma integrada de oferta) e com o ensino superior (verticalização) proporciona a consolidação de identidade própria, não subordinada a uma função heterônoma, mas fundada em uma sólida formação científico-tecnológica e cultural, que consolida, antes, o ser humano como dirigente e, por conseguinte, suas capacidades de ampliação dos estudos e de exercício profissional.

Já a integração ensino-pesquisa-extensão, princípio estruturante da formação superior – e aqui valho-me do conceito de Antonio Gramsci,⁵ segundo o qual a formação superior deve ser entendida como aquela que proporciona o acesso ao conhecimento em seu estágio mais avançado e não somente como a designação de um nível de ensino – tem nos Institutos Federais uma materialidade fecunda para se realizar. A dinâmica de professores pesquisadores atuando nos níveis da educação básica e superior proporciona a formação de grupos de pesquisa com estudantes de diversos vínculos e, conseqüentemente, sua formação científica desde então, como o filósofo italiano também nos advertia. O mesmo se pode dizer quanto à extensão, já que esta dá objetividade a uma das funções precípuas das instituições de ensino e pesquisa, que é levar o conhecimento por elas produzido à sociedade, assim como a integração da educação à prática social.

Há que se cuidar, ao mesmo tempo, para que a verticalização não seja “de estudantes”, face ao risco de estreitamento de seus horizontes e de sua formação. Com o mesmo sentido, há que se discutir os efeitos profícuos e deletérios da curricularização da extensão, quando, ao invés de se expandirem conhecimentos para a prática e a realidade social, restringe-se tal movimento aos limites do currículo formal, podendo vir ainda a substituir a aprendizagem sistematizada por experiências ocasionais.

O compromisso e a seriedade da gestão administrativa e acadêmica dos Institutos aqui retratados, testemunhados pelo acesso à sua história proporcionada pela leitura dos textos, indicam que as oportunidades geradas pelas conquistas ético-políticas estão asseguradas e não foram capturadas por interesses instrumentais e mercantis.

⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Sabemos que um dos maiores desafios a serem enfrentados hoje está não somente na resistência à contrarreforma do ensino médio, mas, principalmente, a todo o escopo ideológico que a sustenta. Nesse momento, essa ideologia pode se tornar uma cultura em nossa sociedade, alimentada pelo negacionismo e pelo neoconservadorismo, que, tristemente, se condensam em perspectivas neofascistas que chegamos a testemunhar.

Mas não se completam 115 anos por acaso. A história dos Institutos Federais e daqueles particularmente analisados neste livro não é um rio que, a cada obstáculo, desvia-se passivamente para se manter em seu leito. É uma história de tempestades e cheias, estiagens, secas e desertificações, mas também de abundância, que possibilitam irrigar e tornar férteis as terras; de águas pelas quais se pode navegar, mas que também formam quedas que questionam e desafiam nossas formas, como pessoas humanas que agem para viver e vivem para transformar. Se o princípio dessas metáforas é a unidade entre ser humano e natureza, que os Institutos Federais sejam espaços/tempos de unidade trabalho-ciência-cultura como processos históricos de produção da existência humana, orientados, nas relações políticas, pela ética de que fazemos história em circunstâncias dadas e de que, se os filósofos, até hoje, limitaram-se a interpretar o mundo, precisamos transformá-lo.⁶⁷ Este livro nos inspira em tal movimento, com o poeta Manoel de Barros, a “repetir” histórias até que “fiquem diferentes”; não numa metamorfose, mas em nome da “valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro”.⁸ Boa leitura, e boas novas repetições!

MARISE RAMOS

PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

6 MARX, K. *O dezoito brumário*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

7 MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

8 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 42.

APRESENTAÇÃO DO VOLUME

DOS IPÊS-AMARELOS E DAS ESCOLAS QUE FLORESCEM NO INVERNO

CAMINHOS

SE CAMINHAMOS JUNTOS,
SE JUNTOS DIVIDIMOS,
QUEM SABE DA RENÚNCIA
QUE NOS VAI CONDUZINDO?

QUEM SABE DOS INTENTOS
TÃO DISTANTES, TÃO PRÓXIMOS,
QUE AMAMOS EM SILÊNCIO
COMO UM SEGREDO NOSSO?

QUEM SABE DO CAMINHO,
SE TUDO É TÃO NOTURNO
E O SONHO É COMO UM SINO
ALÉM, ALÉM DO MUNDO?

Gilberto Mendonça Teles (2003)¹

No coração do Brasil, onde o Cerrado estende seu manto de vegetação resistente e rica, o ciclo das estações descortina um espetáculo único. O inverno, com seu vento seco e céu azul, parece adormecer a vida. É nesse cenário que o ipê-amarelo desponta, uma árvore símbolo de resistência e resiliência, marcando o solo com sua beleza inesperada. Em meio à aparente aridez, o ipê floresce cobrindo as paisagens de um amarelo vibrante que ilumina o inverno e convida o observador ao

¹ TELES, Gilberto Mendonça. *Hora aberta*: poemas reunidos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

assombro e à esperança. O ipê-amarelo não apenas resiste; ele se transforma. Quando tudo parece estagnado, sua floração renova a paisagem, ressignificando o ciclo natural e mostrando que a vida continua, mesmo nos períodos de maior desafio. Essa metáfora encontra eco na trajetória dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) na Região Centro-Oeste. Assim como os ipês florescem no inverno, essas instituições surgem e prosperam em meio a condições adversas, enfrentando desafios que testam sua resiliência, mas também revelam sua força transformadora.

Não é por acaso que o poeta goiano Gilberto Mendonça Teles, ao compartilhar os (des)caminhos da vida, atravessa-os com as trilhas da coletividade, dos sonhos, das esperanças e da projeção de futuro. A Região Centro-Oeste do Brasil compreende o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Com cerca de um quinto do território nacional, o Centro-Oeste apresenta baixa densidade populacional (quando contraposta ao índice de outras regiões), reflexo de seu processo de ocupação tardia. A construção de Goiânia/GO e Brasília/DF desempenhou um papel importante na integração da região aos principais centros dinâmicos do país, considerando que o crescimento populacional impulsionou investimentos em infraestrutura e transporte. Na década de 1970, políticas de urbanização e desenvolvimento produtivo elevaram o ritmo de crescimento industrial, especialmente no setor agroalimentar, consolidando a região nesse campo.

Este livro e as demais unidades que constituem a coleção memorialística da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica objetivam que você, estimado leitor, recorde a nossa história, nossos sonhos, nossos florescimentos e nossas lutas. A palavra recordar ecoa com uma delicadeza que extrapola o mero ato de lembrar. Originada do latim *recordari*, seu significado intrínseco ressoa nas entranhas da linguagem: “lembrar-se, trazer à mente”. Mas há mais nesse termo do que a simples rememoração. RE-, o prefixo que denota a ação de “de novo”, combina-se com COR, “coração”. Este último, por séculos, foi aclamado como o palácio da memória, o lugar onde se guardam os fragmentos do passado. É a partir dessa fusão etimológica que mergulhamos em nossas próprias reminiscências, imersos em caminhos, ipês e crescimento de escolas na Região Centro-Oeste brasileira.

É preciso recordar que a história do ensino profissional no Brasil, que teve início no começo do século XX, é atravessada por múltiplas fases em suas várias vertentes – filosófica, sociológica, estrutural, logística e, principalmente, política. Seu percurso inclui variadas constituições de escola, como as Escolas de Aprendizes Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, até se constituir como Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando-se depois na Rede Federal de Educação Tecnológica, culminando na contemporânea Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). No início, o ensino profissional tinha como objetivo principal preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Nos últimos anos, com uma abordagem mais humana, omnilateral e integrada às dimensões da ciência e tecnologia, a educação profissional e tecnológica se orienta por um processo educativo que valoriza e impulsiona não apenas o aperfeiçoamento de competências e habilidades, mas também o desenvolvimento da autonomia, das subjetividades humanas, dos (multi)letramentos e do pensamento crítico e criativo.

Desde a criação dos primeiros Institutos Federais, o objetivo sempre foi pontual: democratizar o acesso à educação de qualidade e promover o desenvolvimento regional por meio de uma educação tecnológica sólida. Esse projeto tem uma dimensão ainda mais significativa ao aliar a verticalização do ensino – com a oferta de cursos desde o ensino médio técnico até a pós-graduação – à interiorização – que leva essas oportunidades para os lugares mais remotos. Tais iniciativas visam tanto formar profissionais qualificados quanto criar polos de desenvolvimento que possam influenciar positivamente suas comunidades e regiões.

Assim como o ipê precisa enraizar-se profundamente no solo seco para florescer no inverno, os Institutos Federais precisaram fincar suas bases em um cenário muitas vezes desafiador. O Centro-Oeste, com sua vastidão territorial e características geográficas únicas, demandou esforços de adaptação e inovação. Levar ensino de qualidade a regiões antes marginalizadas pela oferta educacional exigiu infraestrutura, aliada a uma visão de futuro construída com base na inclusão social, no respeito às diversidades culturais e na promoção da sustentabilidade.

Durante as últimas décadas, os IFs do Centro-Oeste enfrentaram uma série de desafios. As dificuldades não foram apenas de ordem física, relacionadas à distância e à infraestrutura, mas também políticas e econômicas, inclusive com cortes orçamentários que impactaram a vida de milhares de pessoas. Em um cenário nacional em constante mudança, manter e expandir a oferta de educação tecnológica tornou-se um ato de resistência e persistência. Tal como o ipê, que floresce sob condições adversas, essas instituições se adaptaram, resistiram e se transformaram.

A crise econômica que o Brasil enfrentou nos últimos anos impactou profundamente as instituições públicas de ensino. Cortes de verbas e falta de investimentos trouxeram desafios para a manutenção de programas, infraestrutura e corpo docente. No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, os IFs do Centro-Oeste continuaram a florescer. O compromisso de seus professores, alunos e gestores com a educação pública e de qualidade foi o que manteve viva a missão de transformar a realidade regional por meio da educação.

Neste volume da coleção, o leitor é convidado a percorrer a trajetória dessas instituições que desafiam as previsões e florescem no inverno. Ao longo das páginas, encontra-se um panorama fértil dos IFs da Região Centro-Oeste, que, em meio às adversidades, firmaram-se como espaços de inovação, inclusão e desenvolvimento sustentável.

O Instituto Federal de Goiás, o Instituto Federal Goiano, o Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, o Instituto Federal do Mato Grosso e o Instituto Federal de Brasília têm transformado realidades. Em cidades antes isoladas das grandes redes de educação e inovação, hoje se encontram centros de referência tecnológica e científica, oferecendo desde cursos técnicos até doutorados. Essa atuação vai além do campo acadêmico: os IFs promovem o desenvolvimento local, capacitando mão de obra qualificada, incentivando o empreendedorismo e, ao mesmo tempo, buscando preservar e respeitar a rica diversidade cultural e ambiental da região.

Cada câmpus, cada núcleo de pesquisa, cada curso oferecido, todos juntos representam mais do que a construção de um projeto pedagógico; refletem também a materialização de sonhos coletivos que se entrelaçam com a história do Brasil e com a força transformadora da educação.

Assim como a florada do ipê anuncia que o inverno logo dará lugar à renovação da primavera, o fortalecimento das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Centro-Oeste sinaliza um futuro promissor. A despeito dos desafios enfrentados, o que se projeta é uma Rede que continuará a florescer sempre com raízes firmes na educação inclusiva, na inovação e no compromisso social.

Almejamos que o leitor, ao percorrer as páginas deste volume, possa vislumbrar a grandiosidade do trabalho realizado por essas instituições centro-oestinas, conhecer seus desafios e notar seu florescimento contínuo. E seguimos este caminho de mãos dadas com poetas (e aludimos, novamente, a Gilberto Mendonça Teles), que sempre nos alertaram para as interfaces entre educação e política, compromisso social e recordação:

Tudo isso e mais a fome
da cidade e do sertão,
tudo isso e mais o gosto
da pimenta e do limão,
tudo isso, minha gente,
vai perdendo a tradição,
vai ficando na saudade,
na forma de algum refrão,

de algum discurso eficaz
que possa matar a fome
comendo apenas o nome
das comidas de Goiás.²

Boa leitura! Boa luta! Bom início de primavera!

SARAH SUZANE AMÂNCIO
BERTOLLI VENÂNCIO GONÇALVES
ORGANIZADORA DO VOLUME
COORDENADORA DA EDITORA DO IF GOIANO

² TELES, Gilberto Mendonça. *Sociologia goiana*. 3. ed. Goiânia: Cerne, 1986. p. 97.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

115 ANOS DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

JASON HUGO DE PAULA¹

OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA²

RACHEL BENTA MESSIAS BASTOS³

RUBERLEY RODRIGUES DE SOUZA⁴

VANDERLEIDA ROSA DE FREITAS E QUEIROZ⁵

Sem a pretensão de constituir apresentação definitiva, elaboramos uma história possível dos 115 anos do Instituto Federal de Goiás, reconhecendo que existem lacunas a serem preenchidas com outras pesquisas, as quais poderão se desenvolver em publicações mais extensas. Embora tenhamos como importante referência a coleção *Instituto Federal de Goiás*:

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atua como professor no IFG/Câmpus Luziânia. Pesquisa escravidão, história de Goiás, família escrava e mestiçagem. E-mail: jason.paula@ifg.edu.br.

2 Doutor em Letras e Linguística – Estudos Literários pela UFG. Atua como revisor de textos na Editora IFG. Pesquisa sobre leitura de poesia, performance vocal, historiografia literária, formação de leitor e temas afins. E-mail: olliver.rosa@ifg.edu.br.

3 Doutora em Educação pela UFG. Atua como professora no IFG/Câmpus Goiânia Oeste. Pesquisa sobre fundamentos sócio-históricos da educação e educação escolar. E-mail: rachel.bastos@ifg.edu.br.

4 Doutor em Física pela Universidade de São Paulo – São Carlos (UFSCar). Atua como professor do IFG/Câmpus Jataí e do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do IFG. Pesquisa sobre Física nas séries iniciais do ensino fundamental, formação de professores e uso de mapas conceituais no ensino de Física. E-mail: ruberley.souza@ifg.edu.br.

5 Doutora em Educação pela UFG. Atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do IFG/Câmpus Jataí e como coordenadora da Editora IFG. Pesquisa temáticas relacionadas à formação de professores e à educação escolar. E-mail: vanderleida.queiroz@ifg.edu.br.

história, reconfigurações e perspectivas, bem como trabalhos acadêmicos que se dedicaram a estudar a Instituição sob diferentes pontos de vista, nós nos deparamos com a falta de fontes documentais oficiais sistematizadas que permitam confirmar informações obtidas de forma fragmentada em notícias de jornal e documentos avulsos. Nesta breve reflexão, temos como referência os períodos relativos a estas cinco configurações institucionais: Escola de Aprendizes Artífices de Goiás (1909-1942), Escola Técnica de Goiânia (1942-1965/1959), Escola Técnica Federal de Goiás (1959/1965-1999), Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (1999-2008) e Instituto Federal de Goiás (2008-2024).

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE GOIÁS (1909-1942)

Por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, do então presidente Nilo Peçanha, foi criada em Goiás, assim como nas outras capitais estaduais, uma Escola de Aprendizes Artífices, que, em terras goianas, foi implantada em janeiro de 1910. Em notícia do jornal *Goyaz: Órgão Democrata*, é registrado o evento de instalação da Escola, que, contando com a presença das mais importantes autoridades do estado, aconteceu cercado de expectativas quanto às benesses representadas pela nova instituição, como se observa no discurso do primeiro diretor, coronel Virgílio José de Barros:⁶

O ensino primário e o secundário existem mais ou menos disseminados, mas a escola prática de trabalho, de artes e ofícios, escola prática que vai proporcionar *um ofício para ganhar a vida*, essa abre-se hoje; correspondendo a uma necessidade pública, é o maior benefício que o Governo Federal podia fazer a Goiás. [...] esta festa modesta, mas solene, pela presença das supremas autoridades goianas, assinala uma data propícia *ao desenvolvimento material do estado* (Escola [...], 1910, p. 1, grifos nossos).

Ao discurso, reproduzido integralmente no artigo, junta-se outro trecho, também atribuído ao diretor, para quem o estado se beneficiaria com o funcionamento de um estabelecimento que “tem por fim ministrar à mocidade desvalida da fortuna a instrução primária e o ensino

⁶ No fim desta seção, apresentamos um quadro com o nome de diretores e reitores da Instituição.

de uma arte ou ofício que a ponha ao abrigo dos infortúnios da sorte, fornecendo assim à sociedade cidadãos úteis a si e à Pátria” (Escola [...], 1910, p. 1). Entusiasmo semelhante expressa o secretário de Finanças e da Instrução, Dr. Joviano de Moraes:

As Escolas de Aprendizes Artífices, como a que ora se inaugura, foram criadas para impulsionar o progresso dos estados, para que do progresso deste irradie fecundo e novo o grande progresso do Brasil. Desta Escola não sairão bacharéis, nem doutores, mas que não sairão também os fracos da vida, porque os que daqui se arremessarem para a luta levarão uma profissão definida ao lado de uma positiva confiança em seus próprios esforços. Sim, é por isso que aqui a alma e a inteligência se agitarão, é por isso que aqui se trabalhará (Escola [...], 1910, p. 1).

Em ambos os discursos, encontramos ecos do que estava previsto como função social das Escolas de Aprendizes em seu decreto de criação, enfatizando o propósito assistencialista da formação pelo trabalho voltado aos “desfavorecidos da fortuna” para afastá-los da “ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” e torná-los “cidadãos úteis à Nação” (Brasil, 1909). Como o setor fabril em Goiás era apenas incipiente no início do século XX, a escolha das oficinas para ensinar um ofício aos menores deteve-se, a princípio, no trabalho manual de ferraria, carpintaria, alfaiataria e sapataria, além das aulas de Primeiras Letras e de Desenho, que aconteciam tanto no período diurno quanto no noturno. Segundo Fonseca (1961), houve 71 matriculados nesse primeiro ano, mas somente 29 alunos frequentaram – evasão que parece ter se mantido como um desafio no decorrer dos anos. Em 1919, conforme consta nos *Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros*, houve um acréscimo significativo no número registrado ao fim do ano: 79 alunos no curso primário, 83 no de desenho e 83 nas oficinas, que incluíam o ofício de seleiro e correeiro (Escola [...], 1920). Em 1922, verificamos que a evasão parece ter sido reduzida: dos 109 matriculados, 86 alunos concluíram o ano nas oficinas, 85 no curso primário e o mesmo número no curso de desenho (Caiado, 1923). Essa aparente melhora não se confirma dez anos após: em 1932, foram 155 matriculados, mas com uma frequência de apenas 71, correspondendo a um percentual inferior ao da média de 58,8% de todas as Escolas de Aprendizes Artífices nesse ano (Brasil, [1934]).

De 1910 a 1918, a Escola funcionou em um prédio alugado de Simão de Souza Rego e Carvalho e Leonor Blandina de Souza Carvalho. Em 1918, foi autorizada, pela Lei Estadual n. 586, de 22 de junho, a aquisição desse prédio, situado na Rua d'Abadia, número 2,⁷ o que aconteceu no mês seguinte (Goiás, 1918). Apesar desse investimento do governo estadual, seguido de alguns reparos na edificação, as condições do prédio eram precárias, como descreve o ex-diretor Leão Di Ramos Caiado em relatório referente ao ano de 1922, ao afirmar que a Escola se achava “aparelhada deficientemente, quer quanto ao edifício, que não dispõe de cômodos suficientes para o ensino, quer quanto às oficinas, que ainda conservam a aparelhagem da fundação” (Caiado, 1923, p. 3). Embora esse relatório date do mesmo ano em que o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico apresentou uma proposta de mudanças nas Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), incluindo o aprimoramento de sua estrutura para viabilizar a industrialização do ensino, em Goiás a situação parece não ter se alterado durante os anos 1920. No relatório de 1935, Francisco Montojos (1935, p. 3), então superintendente do Ensino Industrial, redigiu este parecer sobre a Escola: “O seu estado de conservação é mau. É de todo impróprio a um estabelecimento de ensino. As oficinas por estarem situadas em lugar acanhado e impróprio não podem ser convenientemente instaladas”. A crítica é seguida pela indicação do elevado orçamento necessário para a adequação do edifício.

Apesar dessas limitações materiais, notícias de jornais da época teciam comentários elogiosos aos resultados das produções do alunado, que, desde o primeiro ano, foram expostas ao público e avaliadas para premiação, cumprindo o que estava estipulado no Decreto de 1909. Em 1910, no jornal *O Planalto*, de Santa Luzia/GO (atual Luziânia/GO), a notícia das provas elogiava o desempenho dos alunos, “que em pouco tempo revelaram muita aptidão e da parte de seus mestres muito esforço” (Da capital [...], 1910, p. 4). Em 1918, o *Correio Oficial de Goyaz* avaliou que “foi o mais auspicioso possível o resultado dessa prova anual, tendo os alunos revelado notável adiantamento na confecção de vários artefatos como também em matérias do curso” (Escola [...], 1918,

⁷ Este prédio existe ainda hoje, mas, em 1952, foi doado pelo governo estadual à Associação Beneficente de Santa Luzia por meio da Lei Ordinária n. 624 (Goiás, 1952).

p. 10). Nos anos 1930, também há registros desse entusiasmo. Em 1933, o *Voz do Povo* assinalou: “Vimos ali produto da inteligência dos jovens alunos guiados habilmente pelos provetos [sic] professores daquele estabelecimento modelar e tivemos a impressão de estarmos diante das obras dos mais perfeitos fabricantes” (Escola [...], 1932b, p. 1). Em 1938, esta era a impressão do jornal *Cidade de Goiás*: “Em todos os setores a exposição realçou: quadros que um mestre poderia assinar, ternos de brim e casemira, mobília folheadas, facões, freios e demais especialidades de ferraria, lindos calçados e botas” (Escola [...], 1938, p. 1). O tom laudatório se assemelhava, mas, provavelmente, a motivação dessas últimas notas adquiria nuances associadas a eventos então recentes, sobretudo os relacionados à transferência da Instituição para Goiânia/GO, em uma defesa da antiga capital pelos periódicos vilaboenses.

De 1912 a 1930, o caiadismo dominou a política goiana, incluindo o comando das principais instituições, tendo estado na direção da Escola um de seus representantes, o que parece reverberar em seu funcionamento. No *Voz do Povo*, jornal de oposição, encontram-se denúncias contra o ex-diretor Leão Caiado acerca de mau uso do serviço público, de abuso de autoridade e mesmo de violência contra os alunos (Abuso [...], 1928, p. 2; Como [...], 1928, p. 3; Vingança [...], 1930, p. 1). Esse quadro se modifica após a Revolução de 1930. Durante o governo estadual provisório, assumiu interinamente a condução da Instituição a professora Maria Henriqueta Péclat, que esteve no centro de uma polêmica envolvendo sua exoneração imposta de forma autoritária pelo ex-diretor, tendo sido a primeira mulher a estar numa posição diretiva na história do Instituto Federal de Goiás (IFG) (A mulher [...], 1930, p. 2). A gestão do estado influenciou, assim, a tomada de novos rumos nas escolhas para o ensino dos artífices, porém não a ponto de provocar melhorias efetivas nas instalações existentes na antiga capital. Em âmbito nacional, o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública encaminhava mudanças na política educacional, fomentadas pela preocupação com a formação de mão de obra para a industrialização do país. Apesar de estar atento a esse processo, o diretor empossado no início da década, Claro de Godoi, admitiu que as condições tanto da Escola quanto da economia local não eram favoráveis a uma transformação efetiva dos objetivos e dos resultados da formação proporcionada pelas oficinas em Goiás:

A execução de serviços industriais, nos moldes delineados na circular n. 675, de 7 de maio de 1926,⁸ que contém instruções claras e precisas sobre o palpitante assunto, reclamam providências radicais. [...] Uma grande dificuldade é a falta de colocação para os artigos produzidos em grande escala. Faltam-nos vias de comunicação com os centros consumidores, tornando-se diminuto o intercâmbio comercial. [...] A industrialização será um ótimo incentivo para o aprendiz aperfeiçoar-se [...] Na sua totalidade desfavorecidos da fortuna, os alunos se contentam alhures com quaisquer proventos, preferindo-os ao regime disciplinar. É preciso, entretanto, que este estabelecimento seja dotado de aparelhamentos necessários e que se ampliem as suas acomodações, que não comportam um trabalho mais intenso (Escola [...], 1932a, p. 2).

Nessa ocasião, os cursos oferecidos receberam outras designações, talvez mais ajustadas ao pretenso caráter fabril – trabalhos em metal, fabrico de calçados, trabalho de madeira, feitura de vestuário e trabalhos de couro –, mas a função assistencialista permanecia com foco semelhante ao que estava claramente expresso em um edital de matrículas de 1921, segundo o qual seriam admitidos, preferencialmente, os mesmos “desfavorecidos da fortuna”.

Na avaliação de Fonseca (1986), as dificuldades que afetavam o funcionamento da Escola foram superadas apenas quando a sede do governo foi transferida para Goiânia/GO. Essa percepção reflete o discurso do então interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira, em defesa da mudança da capital, calcado na crítica à cidade de Goiás/GO, caracterizada pela precariedade e pelo atraso, e no enaltecimento do novo centro urbano como símbolo de modernidade e crescimento. Em 1939, o jornal *O Triângulo* noticiou o início da construção do Liceu Industrial de Goiânia, afirmando que “ele vem fazer desaparecer uma lacuna existente há muito no Brasil Central”, por se constituir como “uma escola de aperfeiçoamento para o nosso trabalhador [...] ministrando-lhe os

⁸ Nesta circular, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, órgão criado em 1920-1921 para propor uma reestruturação das atividades das Escolas de Aprendizes Artífices, assim se expressou sobre o processo de industrialização das oficinas: “Com efeito, para a eficiência do ensino industrial [...] é indispensável que o aprendiz se torne apto a executar com perfeição uma dada obra em ‘tantas horas’ de trabalho, este resultado só se pode obter mediante regime de trabalho industrial, pois o simples regime educacional ou de ensino profissional demonstrativo é insuficiente para produzi-lo” (Queluz, 1996, p.53).

conhecimentos de que necessita na vida moderna, e formando, assim, no campo do proletariado goiano, uma nova mentalidade” (Iniciado [...], 1939, p. 6). Nota-se um apagamento do passado, ainda que, naquele ano, a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás continuasse em atividade na antiga capital, o que se manteve até 1942, quando a Instituição foi, enfim, transposta para a nova localidade. A despeito de a Instituição ter sido chamada, em notícias e documentos da época, de Liceu Industrial, em conformidade com a Lei n. 378/1937, quando as atividades de ensino reiniciaram em 1943, seu nome já era Escola Técnica de Goiânia (ETG).

QUADRO 1
Diretores/reitores da Instituição⁹

Institucionalidade	Nome	Período
Escola de Aprendizes Artífices de Goiás	Coronel Virgílio José de Barros	1910-1912
	Claudino Neri Vallú	1912-1917
	Leão Di Ramos Caiado	1918-1930
	Franklin da Rocha Lima	1930
	Maria Henriqueta Péclat	1930
	Claro Augusto de Godoi	1931-1934
	Franklin da Rocha Lima	1934-1939
	Maria Henriqueta Péclat	1940-1941
Escola Técnica de Goiânia	Antônio Manoel de Oliveira Lisboa	1941-1956
	Jorge Félix de Souza	1957-1959
	Amaro José Freire	1959-1962
	Edmar Fleury Pereira	1962-1963
Escola Técnica Federal de Goiás	Niso Prego	1965-1971
	Edwaldo Augusto Von Waldow	1972-1975
	Manoel Virgílio Pimentel Cortes	1976-1979
	Hélio Naves	1979-1984
	José Alves de Freitas	1985-1994
	Ítalo de Lima Machado	1994-2001
	Ivone Maria Elias Moreyra	2001
Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás	Geraldo Silva de Almeida	2001-2005
	Adolfo Sérgio Furtado da Silva	2005
	Paulo César Pereira	2005-2009
Instituto Federal de Goiás	Paulo César Pereira	2009-2013
	Jerônimo Rodrigues da Silva	2013-2021
	Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon	2021-atual

Fonte: Elaboração própria.

⁹ Os períodos deste quadro, sobretudo os anteriores aos anos 1980, foram identificados em notícias de jornal disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, bem como em documentos do Tribunal de Contas da União, nos quais foi referido o nome dos diretores. Os dados dos períodos mais recentes foram registrados pelos autores com base em sua vivência na Instituição.

ESCOLA TÉCNICA DE GOIÂNIA (1941-1959/1965)

No contexto histórico-político de desenvolvimento – desigual e combinado – da sociedade brasileira, a ETG representa as transformações da educação pública decorrentes da institucionalização de políticas educacionais, desencadeadoras de leis, decretos e pareceres provenientes de jogos de forças socioeconômicas e de lutas histórico-sociais. Trata-se do conjunto de reformas educacionais¹⁰ constitutivas da história da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil, oficializadas por suas configurações educativas em tempos diversos. “Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância” (Ianni, 2004, p. 77). Na pluralidade dessas configurações histórico-educativas da EPT, as Escolas Industriais e Técnicas, entre as quais se encontra a ETG, constituem a Fase III de mudanças do ensino profissional procedentes do conjunto de ações da reforma educacional conhecidas como Reforma Capanema, ou Leis Orgânicas do Ensino – secundário, industrial, comercial, agrícola, normal e primário –, estabelecidas no período de 1942 a 1946. As decretações desse contexto remodelaram todo o ensino no país num processo histórico de continuidades e rupturas das fases antecedentes, a saber: a primeira referente à criação das EAAs e seus desdobramentos políticos, caracterizados pela inauguração de um sistema nacional de educação profissional com “prédios, currículos e metodologia didática próprios” (Cunha, 2000, p. 94). A Fase II decorre da Lei n. 378/1937, que transformou as EAAs em Liceus Industriais e estabeleceu a criação de novos Liceus com a finalidade educativa de difundir e fortalecer o “ensino profissional, de todos os ramos e graus”, em atenção ao processo de industrialização nacional (Brasil, 1937).

Na Fase III, estava em curso o projeto político do nacional-desenvolvimentismo com foco na intervenção estatal na economia, objetivando a modernização, a industrialização e a urbanização da nação.

¹⁰ A história da educação pública brasileira é constituída por um processo político de estabelecimento de reformas educacionais que estão relacionadas ao desenvolvimento e ao progresso social. “A reforma educacional não transmite meramente informações em novas práticas. Definida como parte das relações sociais da escolarização, a reforma pode ser considerada como ponto estratégico no qual ocorre a modernização das instituições” (Popkewitz, 1997, p. 21).

Imbricada nessas determinações socioeconômicas – entre elas a preparação profissional dos trabalhadores da indústria –, a decretação das leis orgânicas do ensino e sua legislação complementar oficializou o dualismo educacional e provocou uma série de mudanças relacionadas à organização da educação profissional e do ensino secundário. Dentre essas regulamentações, destacam-se o Decreto-Lei n. 4.127/1942, que extinguiu os Liceus Industriais, transformando-os em Escolas Industriais e Técnicas, e definiu as bases de organização dos estabelecimentos de ensino industrial, constituídos de Escolas Técnicas, Industriais, Artesanais e de Aprendizagem (Brasil, 1942); e o Decreto-Lei n. 4.073/1942, que organizou o ensino industrial em dois níveis: o primeiro referente ao ensino básico, o ensino de mestria, artesanal, aprendizagem; o segundo, ao ensino técnico e pedagógico (Romanelli, 2006; Ribeiro, 2003). Tais decretações engendraram a criação de 25 Escolas Profissionais em todo o país, com nova estruturação e cursos, conforme anunciado nos atos administrativos federais na *Gazeta de Notícias* em janeiro de 1943.

Alinhada a esse escopo legislativo e aos ensejos do progresso urbano-industrial, que exigia uma mão de obra qualificada para atender às necessidades da modernização da economia brasileira, em 1942 a Escola foi transferida e instalada no centro da nova capital, Goiânia/GO, como resultado da efervescência do ideário da “Marcha para o Oeste”.¹¹ Para o interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira, “Goiânia apareceu como um objetivo de oxigenamento e progresso para Goiaz. Surgiu como farol para iluminar o Estado” (ABE, 1942, p. 32). A mudança da capital configurou a institucionalização da ETG em prédio próprio, planejado e com arquitetura em estilo *art déco*. Nessa condução político-social, a “Marcha para o Oeste” foi um projeto lançado em 1938 pelo governo de Vargas, que instituiu comissões e órgãos para analisar, avaliar e estabelecer a ocupação territorial a partir de uma perspectiva nacionalista (Cassiano, 1970).

¹¹ Dentre os acontecimentos sociais da solenidade oficial, ao receber a caravana do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Palácio das Esmeraldas, o interventor Pedro Ludovico Teixeira explicou: “a ‘marcha para o Oeste’ não é apenas uma conceituação teórica, mas um fato que se constata a cada momento e que enche de júbilo os corações brasileiros, porque representa um fenômeno político e social do maior alcance para o progresso e desenvolvimento do nosso hinterland” (ABE, 1942, p. 38).

A configuração da ETG, engendrada pelo ato político-econômico de inauguração do novo centro urbano, abrangeu um arcabouço de medidas administrativas, culturais e pedagógicas, desencadeadas por um febril entusiasmo que atingiu setores de atividades e classes sociais, como noticiou o *Gazeta de Notícias* em junho de 1942 (Aproxima-se [...], 1942, p. 4). O prédio da ETG foi definido pelo interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira,¹² como o local para sediar os eventos da inauguração oficial de Goiânia/GO no período de 20 junho a 10 de julho de 1942. Tal decisão foi deferida à época pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, que cedeu o edifício da ETG, recém-construído pelo governo federal e considerado o maior prédio existente na nova capital, de acordo com o que foi noticiado no *Gazeta de Notícias* em março de 1942 (Oitavo [...], 1942, p. 6).

A organização dessa solenidade cívica e cultural, diferenciada pela sua dimensão e extensibilidade, recebeu o nome de “Batismo Cultural”.

o país inteiro solidarizou-se às comemorações então realizadas. Figuras de relevo de todas as classes, expoentes da vida civil, militar e eclesiástica do país, inclusive representantes das diversas unidades federadas, tiveram oportunidade de apreciar o surto de progresso que se acentua nesses últimos anos em Goiaz (ABE, 1942, p. 30).

Outra ação fundamental relacionada à inauguração foi a construção e a entrega do “Pórtico” na ETG, que se tornou símbolo dos eventos daquele período, entre eles a Exposição Cultural Econômica da Capital, a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, as Assembleias Gerais dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia e seus Cursos de Aperfeiçoamento, a Semana Ruralista, sessões solenes do Instituto Histórico de Goiás e o 8º Congresso Brasileiro de Educação.

Em consequência do uso governamental e cultural do prédio no decorrer de 1942, as inscrições para a seleção de novas turmas e as aulas

¹² Pedro Ludovico, em seu discurso na inauguração oficial da nova capital, comentou as lutas enfrentadas na realização desse ideal e destacou que “a cidade moderna é o repositório de todos os afetos do homem. Ali tem ele o seu lar, a sua família, os seus amigos, as reservas para a sua subsistência e os focos para a sua cultura. A cidade moderna educa e civiliza. É o fator mais valioso para reforçar a homogeneidade das pátrias” (ABE, 1942, p. 31).

na ETG iniciaram somente em 1943. Foi um início marcado por alguns problemas em razão da escassez de recursos materiais e humanos. Todavia, a ETG começou suas atividades institucionais oferecendo estes cursos: a) primeiro ciclo – ensino industrial básico com os requisitos para o ingresso: conclusão do ensino primário, aprovação em exame com provas das disciplinas de Português e Aritmética e avaliação de aptidão mental; b) segundo ciclo – cursos técnicos industriais com estes requisitos para o ingresso: conclusão do primeiro ciclo ou equivalente; e exame de admissão com exigências de conhecimentos nas disciplinas de Português, Matemática e Desenho. A conclusão dos dois ciclos equiparava-se ao ensino médio atual (Sá, 2014).

Em relação à primeira seleção realizada na Escola, “foram aprovados 170 alunos, dos quais 92 conseguiram vagas no internato, ficando os 78 restantes como alunos semi-internos” (Sá, 2014, p. 150). As atividades estavam estruturadas em dois blocos: no período da manhã ocorriam as aulas teóricas, destinadas aos alunos do primeiro e do segundo ciclo do ensino industrial; e, no vespertino, eram desenvolvidas as atividades práticas nas oficinas, tanto para os estudantes internos quanto para os semi-internos (Sá, 2014). Com a intencionalidade de “esclarecer a mocidade estudiosa dos ginásios do Brasil Central”, o primeiro diretor da ETG, Antônio Lisboa, enviou um ofício para o jornal *Cidade de Goiás* em 1947 explicando as finalidades da Escola e a importância da publicização de informações, tais como: os cursos existentes desde 1942 – Serralheria, Mecânica de Máquinas, Aparelhos elétricos de telecomunicação, Carpintaria, Marcenaria, Artes do Couro, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação – e as disciplinas de cultura técnica constituintes do curso industrial básico com base em estudos desenvolvidos no período de quatro anos. Inclusive, afirmou que a conclusão do curso técnico permitia ao “portador se inscrever no concurso de habilitação para matrícula em Escola de Engenharia”, de acordo com critérios preestabelecidos para a efetivação da matrícula. Além disso, elencou os critérios para se candidatar em um curso industrial básico, “idade superior a 12 anos e inferior a 17, além de educação primária conveniente, aferida por exame de admissão ao estabelecimento” (Escola [...], 1947, p. 3). Com a conclusão desse ciclo, o aluno recebia o diploma de Artífice, que permitia ingressar no curso de Mestria, com duração de dois anos,

ou no curso técnico – e ainda tinha direito à inscrição em exames de vestibulares para se matricular em um curso técnico. Em 1947 iniciaram os processos seletivos para os cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Construção de Máquinas e Motores, e não havia mais restrição para o ingresso de mulheres.

Os cursos do primeiro e do segundo ciclo eram ministrados com ênfase no trabalho teórico-prático por docentes com formação diversificada e especialidades práticas com notório saber em relação aos componentes curriculares e ao ensino nas oficinas. Alguns deles eram também intelectuais da cena pública de Goiânia, a saber: Bernardo Élis, Domingos Félix, Belkiss Spenciere, Jorge Félix de Souza, Henning Gustav Ritter (Sá, 2014). Para além das notícias de festividades, a ETG tornou-se pauta no *Jornal de notícias* de dezembro de 1957 tanto para anunciar os cortes de verbas de 5% a 50% (Cortes [...], 1957) – em entrevista do então diretor, Jorge Félix de Souza – quanto para comunicar o recebimento de um dos maiores quinhões do orçamento da União no ano seguinte (Verbas [...], 1958, p. 1). Essas oscilações na destinação de recursos orçamentários para a Instituição, muitas vezes sob influência política, foram uma das causas da greve estudantil ocorrida em 1959, que, tendo repercussão nacional, contou com a adesão do alunado da ETG, exigindo, principalmente, a demissão do diretor de Ensino Industrial na época, Francisco Montojos.

Em 1959, a ETG, assim como as demais Escolas Técnicas e Industriais, foi transformada em autarquia, e em 1965 configurou-se como Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG).

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE GOIÁS (1959-1999)

A denominação e a qualificação da ETG como ETFG, à época dirigida pelo professor Niso Prego,¹³ ocorreu em 1965, mediante a Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965 (Brasil, 1965). Essa mudança ocorreu tardiamente em relação à transformação da ETG em autarquia federal,

¹³ Gracindo e Monlevade (2013, p. 85) afirmam que um dos primeiros casos de eleição para diretor na Rede ocorreu na ETFG: “Em 1965, na então Escola Técnica Federal de Goiás (hoje IFG), o professor Niso Prego foi eleito diretor, como resultado de uma efervescência pedagógica e política entre professores e funcionários daquele estabelecimento”.

já operada pela Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959,¹⁴ que concedeu às Escolas Industriais e Técnicas¹⁵ personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira (Pereira, 2003). Além dessa autonomia, a lei possibilitou a alteração curricular com o objetivo de incluir mais conteúdos de cultura geral nos cursos – uma mudança que, no decorrer da história das Escolas Técnicas Federais, tornou-se objeto de debate quanto às questões pedagógicas. Segundo Pereira (2003, p. 54), promoveu-se, então, a valorização dos conteúdos “voltados para uma formação cultural e propedêutica, presentes na constituição do curso ginásial, e na inclusão de disciplinas de tais áreas nos cursos de nível técnico” (Brasil, 1959).

Em que pese a possibilidade de alteração curricular para promover formação mais ampla, a lei também resultou no estreitamento da relação escola-fábrica-empresa, por meio do estabelecimento da membresia de representantes da indústria nos conselhos dirigentes dessas escolas, com o objetivo de que estas servissem aos interesses daquela (Pereira, 2003). Essa determinação se expressa no primeiro Conselho de Representantes da ETFG, composto de um representante das seguintes instituições: professor da Escola, professor de outra unidade de ensino, representante do Conselho Regional de Arquitetura, representante da indústria local, representante da Escola de Engenharia e um técnico de nível médio, com formação correlata ao ensino da ETFG (Serviço Público Federal, 1983).

A aproximação da Escola com o setor produtivo também se revela na atuação da ETFG, durante 40 anos, como promotora ou participante de eventos como a I Feira Industrial da Escola Técnica (Finet), que, planejada e sediada pela Instituição, ocorreu entre 2 e 22 de setembro de 1968. De acordo com o *Correio Braziliense*, essa feira visava “promover uma melhor interação com o público e a indústria goiana, além

¹⁴ A Lei n. 3.552/1959, segundo Pereira (2003), consistiu em importante instrumento legal para o crescimento do ensino industrial. A Lei n. 4.024/1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1961), revogou a lei de 1959, mas incorporou o que ela estabelecia.

¹⁵ Importante mencionar que essa nova configuração ocorreu logo após a imposição da Ditadura Militar (1964-1985), que impactou o papel social da Instituição e sua relação com os setores produtivos, com prevalência dos princípios liberais na formação dos técnicos, sob a concepção da teoria do capital humano.

de oferecer à juventude uma amostragem das possibilidades que tem a Escola, como formadora de mão de obra especializada”¹⁶ (Escola [...], 1968, p. 10). Destacam-se também, no decorrer dos anos subsequentes, as feiras de ciências, que reuniam estudantes e representantes de empresas locais, com grande repercussão pelos jornais da época. A segunda feira nacional e a primeira realizada em Goiás, com o nome de II Feira de Ciências e Tecnologia do estado de Goiás, ocorreu de 16 a 25 de agosto de 1974 nas dependências da ETFG, com a participação de representantes de várias instituições nacionais e internacionais e de 30 mil visitantes, incluindo apresentação de trabalhos, projetos, premiações, peças musicais e teatrais (II Feira [...], 1974; Trinta [...], 1974, p. 2).

O *Correio Braziliense* registrou muitas outras atividades realizadas pela ETFG, que evidenciam o empenho dos dirigentes e servidores na promoção da educação profissional, alinhada às políticas de desenvolvimento econômico e ao posicionamento da Escola na comunidade local como instituição educacional da mais alta relevância. Nesse contexto, destacam-se torneios esportivos, ciclo de palestras, campanhas de valorização dos técnicos, convênios com programas oficiais, atividades culturais com envolvimento de alunos e o serviço de orientação, chamadas para concursos, entre outras ações de caráter cultural e cívico – como os desfiles – e pedagógico – como o Seminário de Avaliação do Exercício Orientado da Profissão.

Quanto ao aspecto estritamente curricular, sob a égide da Lei n. 4.024 (LDB/1961), a ETFG ofereceu o ensino profissional organizado em cinco modalidades: Ginásio Industrial, Colégio Técnico Industrial, Aprendizagem Industrial, cursos técnicos na área industrial e cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial (Brasil, 1961). Dessa forma, a Instituição compunha a educação de nível médio nos termos da lei, em seus artigos 33 e 34, destinada à formação do adolescente em prosseguimento à escola primária, a ser ministrada em dois ciclos, o ginasial e o colegial, abrangendo, “entre outros, os cursos secundários,

¹⁶ Essa medida se justificava pela ideia – que fundamentou as finalidades educativas do ensino profissional desde sua gênese – de que a Escola teria como finalidade primordial viabilizar, por meio da formação de mão de obra, o crescimento econômico do país. Para tanto, os cursos deveriam buscar atender às necessidades do setor produtivo a partir de seus currículos e organização escolar, promovendo a formação do trabalhador em conformidade com as expectativas do mercado de trabalho, ou seja, com os interesses dos empregadores.

técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (Brasil, 1961). O segundo ciclo¹⁷ foi se fortalecendo aos poucos até que viesse a se constituir na principal opção curricular da Instituição, com uma formação que buscava articular conhecimentos de natureza técnica e propedêutica, visando à inserção dos profissionais no mercado de trabalho (Manso, 2016). A Instituição consolidou-se como escola ofertante de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, conforme se pode observar na seguinte relação de cursos ministrados entre os anos 1950 e 1980, elaborada por Manso (2016): Agrimensura em 1958, Estradas e Eletromecânica em 1969, Secretariado e Administração em 1971,¹⁸ Saneamento em 1974, Mineração¹⁹ em 1975, Telecomunicações em 1978 e Mecânica em 1986.

Após dez anos de vigência da LDB/1961, a Lei n. 5.692 (LDB/1971) fixou novas diretrizes para o ensino, sem, contudo, revogar totalmente a anterior. A educação de nível médio recebeu a denominação de 1º e 2º graus, assim o ginasial passou a fazer parte do 1º grau, e o colegial do 2º grau, reunindo todos os cursos ministrados nesse sistema: secundário, comercial, industrial, agrícola, normal (Brasil, 1971). De acordo com Barbosa, Oliveira Júnior e Bezerra (2015, p. 164), embora o ensino industrial tenha deixado de existir como sistema de ensino, as precárias

¹⁷ Com a nova qualificação de Escolas Técnicas Federais e no contexto da ampliação da formação profissional, elas “teriam que se voltar unicamente para o segundo ciclo, reconhecido então como prioritário para a intensificação da industrialização, já que as indústrias procuravam contratar técnicos, e não tanto estudantes de ginásio” (Barbosa; Oliveira Júnior; Bezerra, 2015, p. 163).

¹⁸ Segundo o *Correio Braziliense*, a extinção desses cursos (Secretariado e Administração) teve por objetivo a ampliação do número de vagas para os cursos existentes (Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica e Estradas), que funcionavam nos turnos matutino e noturno com duração de três a quatro anos, conferindo ao estudante o certificado de conclusão do Colégio Técnico. Para o certificado de técnico de grau médio, o estudante deveria fazer o “exercício orientado da profissão, correspondente ao trabalho em empresas de sua especialidade, por um período igual a um terço da carga horária total do curso” (Escola [...], 1973, p. 1).

¹⁹ Em 1974, o *Correio Braziliense* anunciou a criação do Curso Técnico de Mineração, a ser iniciado em 1975, destacando sua importância no cenário nacional, uma vez que à época apenas duas escolas ministravam o curso: a Escola Federal de Ouro Preto e a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Em Goiás haveria falta de técnicos de nível médio e superior, o que comprometia o desenvolvimento da exploração de minérios no estado. Merece atenção a notícia de convênios empresa-escola a fim de garantir colocação dos formados pela ETFG (Goiás [...], 1974).

condições estruturais fizeram com que essa modalidade continuasse desempenhando o papel de antes de 1971: “fornecer mão de obra especializada em nível médio”.

Na vigência da LDB/1971, a ETFG ampliou sua oferta de cursos, sempre em alinhamento com as demandas do mercado por força dos dispositivos legais da época, que a levaram a assumir iniciativas como reestruturações curriculares e estabelecimento de parcerias com instituições do ramo empresarial. No relatório da IV Reunião de Diretores das Escolas Técnicas Federais, ocorrida em Pelotas/RS em 1976, constatou-se que as Escolas Técnicas Federais (ETFs) estavam mobilizadas em torno de objetivos comuns, que refletiam a preocupação em formar “recursos humanos” para atender às “perspectivas de desenvolvimento socioeconômico brasileiro” (Brasil, 1976, p. 162). Corrobora essa constatação o relato do então diretor da ETFG, Manoel Virgílio Pimentel, sobre as ações desenvolvidas na Escola a partir das recomendações da III Reunião, realizada em Manaus no ano anterior. Ele informou que haviam sido adotadas medidas como a “realização de análise ocupacional de cinco cursos oferecidos pela Escola”, o “levantamento do mercado de trabalho através de entrevistas com técnicos formados pela Escola e com a Empresa” e a “adequação dos currículos, principalmente no que se refere à formação especial, permitindo melhor formação dos técnicos”, a fim de ajustar “o ensino oferecido às necessidades decorrentes do esforço de desenvolvimento nacional” (Brasil, 1976, p. 86).

Em relação às parcerias, a ETFG criou, em maio de 1972, no contexto do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – lançado para o período de 1972 a 1974, por meio da Lei n. 5.727/1971, que promovia maior participação empresarial na formação profissional –, o seu Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E), por meio do qual firmou acordos com empresas governamentais e privadas para o desenvolvimento de projetos nas áreas dos seus cursos e a realização de estágios, incluindo a garantia de empregos²⁰ para os alunos. Tal feito era anunciado com entusiasmo à sociedade pelo jornal *5 de Março* (1974),

²⁰ Em documento da Escola datado de 1976, consta a lista de empresas nas quais havia egressos da ETFG: seis empresas de São Paulo e uma de Brasília. Em Goiás, 11 empresas, com destaque para: Celg, Rio Doce Geologia e Mineração, Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, Saneago, Centrais Elétricas de Furnas e Embratel (Histórico [...], 1976).

em matéria cujo título chama a atenção por sua eloquência: “Escola Técnica Federal de Goiás: estrela que brilha desde 1910”. Além de listar os cursos oferecidos na época, a matéria tratou com ênfase do SIE-E, atribuindo importância fundamental a esse serviço na formação de “recursos humanos”, expressando a compreensão de que “a Escola não se justifica se não interpretar as necessidades de Empresa e a Empresa não se desenvolverá se não assimilar a Ciência e a Técnica emanadas da Escola” (Escola [...], 1974, p. 5). À vista disso, os relatos dessas iniciativas em documentos e jornais permitem apreender a finalidade educativa fundamental da Escola assumida nesse período perante a sociedade: formar quadros para o setor empresarial e industrial, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico.

No final da década de 1980, a ETFG vivenciou o início do processo de expansão e interiorização da Rede Federal no âmbito do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), do Governo Sarney, conforme Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987 (Brasil, 1987), com a implantação em Jataí/GO de uma unidade de ensino descentralizada (Uned) em 1988, fato que contribuiu para o aumento das matrículas de ensino profissional e o reconhecimento da Escola no interior do estado.

Os cursos ofertados pela ETFG mantiveram a modalidade profissional em nível médio, mesmo depois de retirada a obrigatoriedade da qualificação para o trabalho nesse nível de ensino, por meio da Lei n. 7.044/1982,²¹ até a promulgação da Lei n. 9.394/1996, que definiu a separação entre o ensino médio e o técnico, podendo o técnico ser realizado de forma concomitante com o médio ou após sua conclusão (Brasil, 1982, 1996). Por parte de professores e técnicos da Escola, houve ações no intuito de reverter essa separação de modalidades, considerada prejudicial para a formação de caráter omnilateral.

As greves e os atos públicos promovidos por servidores e alunos da Escola exemplificam essa disposição contraditória como reflexo do movimento da própria realidade sob a lógica capitalista. Nos anos 1980,

²¹ Segundo Pereira (2003), as Escolas da Rede continuaram a promover a formação de técnicos nos cursos já existentes, destacando-se no cenário nacional pela qualidade da formação profissional ofertada. Entendemos essa qualidade como a referenciada no mercado, percebida pela sociedade como a qualidade desejada pelo setor produtivo na contratação de mão de obra qualificada, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país.

por exemplo, eclodiram movimentos em razão da insatisfação quanto à nomeação de Hélio Naves como diretor sem considerar a vontade da comunidade e a crise desencadeada pela falta de professores contratados, como registrado no *Correio Braziliense* (Goianos [...], 1985; SOS [...], 1988). Em 1985, a paralisação foi empreendida por mais de 3 mil alunos, 180 professores e cerca de 170 servidores, que prometeram manter a greve enquanto o diretor não fosse substituído.

Assim, por meio de rupturas e continuidades de arranjo curricular, incluindo a adoção de formas de organização administrativa e pedagógica, além da estruturação física adequada às novas demandas, a ETFG se encaminhava para uma nova reconfiguração institucional com a “cefetização” das Escolas da Rede.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS (1999-2008)

A transformação da ETFG em Cefet/GO, fruto de um conjunto de leis aprovadas em diferentes momentos da década de 1990, ocorreu vinculada às mudanças globalizantes da política econômica e do mundo do trabalho, especialmente aquelas voltadas para o atendimento das demandas do mercado, no cerne das transformações tecnológicas mundiais e da reprodução do capital (Bezerra; Machado; Barbosa, 2016). No campo da educação brasileira, no final dos anos 1990, viviam-se experiências de políticas neoliberais, com a aprovação da LDB/1996 e uma intervenção na EPT pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que assumia “um posicionamento de separação entre a formação profissional e o ensino médio” (Reis Júnior, 2017, p. 64). Nesse contexto, o governo brasileiro, em consonância com as instituições internacionais (FMI, BID, BM), entendeu que o percurso mais eficiente para a educação profissional e tecnológica era desvincular o ensino médio do ensino técnico de modo a atender “às demandas dos setores produtivos” com cursos de duração menor, visto que os existentes “não formavam mão de obra qualificada para o mercado de trabalho” (Lima; Souza; Oliveira, 2019, p. 174).

Em abril de 1997, dois anos antes da criação do Cefet/GO, o Decreto n. 2.208/1997 regulamentou o inciso II do artigo 36 e os artigos

29 a 42 da LDB/1996. Depreende-se do decreto que a proposta era tornar oficial uma formação acelerada, de caráter técnico, destinada a jovens e adultos, cuja finalidade seria o mercado de trabalho (Brasil, 1997). Quando, no artigo 3º, destaca-se que o nível de formação técnica para a habilitação profissional seria voltado aos alunos egressos do ensino médio, compreende-se que a separação entre o ensino técnico e médio obedecia a uma agenda neoliberal, sendo que “um dos motivos sustentados pela reforma [...] era a alegação da contenção de gastos” (Lima; Souza; Oliveira, 2019, p. 174). O artigo 3º da Portaria²² n. 646/1997, combinado com o artigo 5º do Decreto n. 2.208/1997, permite observar que a oferta de ensino médio ficaria restrita a 50% do total de vagas, estando o restante destinado aos cursos de educação profissional nos moldes sequencial ou concomitante.

Desse pequeno recorte da legislação que embasou a política educacional nos anos 1990, o que se desvela é que a chamada Fase III da “cefetização”, promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), gerou ainda mais mudanças às diversas características já presentes na Rede Federal. Perante essas movimentações políticas, quando a ETFG se transformou em Cefet/GO²³ por meio do Decreto de 22 de março de 1999, houve alterações na Instituição que marcariam não apenas sua função social, delineada desde o princípio como a oferta de ensino técnico profissionalizante aos trabalhadores goianos, mas também as mudanças no perfil socioeconômico dos alunos e no aumento da demanda por servidores com formação qualificada para atuarem nos cursos já existentes e nos cursos superiores que passavam a ser disponibilizados nessa nova configuração.²⁴

22 “Art. 3º – As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei n. 9394/96” (Brasil, 1997).

23 A criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica pela Lei n. 8.948/1994 abriu espaço para a transformação da ETFG em cefet, o que seria efetivado mediante decreto específico e observados os critérios definidos pelo MEC.

24 Acerca dos cursos de tecnólogos que o Cefet/GO passou a ofertar, já se disse que nem sempre atendiam às demandas da comunidade escolar, e sim à busca por recursos determinados pelo Programa de Reforma da Educação Profissional (Proep), conforme a Portaria MEC n. 1.005/1997 (Bezerra; Machado; Barbosa, 2016).

Não se pode afirmar que a transformação da ETFG em Cefet/GO tenha sido um acontecimento alheio aos dirigentes e aos servidores, visto que antes disso houve movimentações políticas e mesmo uma lei prevendo essa alteração. Os indicativos anteriores desse novo arranjo institucional são vários, entre os quais um ofício do diretor da ETFG na época, José Alves de Freitas, endereçado ao presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Lindolpho de Carvalho Dias, em junho de 1993. Portanto, isso antecedeu a lei que criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. O assunto central do ofício foi o encaminhamento do Projeto Institucional, no entanto o que se observa é que a continuidade da parceria entre a ETFG e o CNPq se fundamentava na certeza da “aprovação” pelo MEC/Semtec da posterior transformação em Cefet/GO. Essa “aprovação” avalizaria a demanda de recursos para a capacitação de professores da ETFG, especialmente para que a Instituição pudesse “sobrelavar-se à altura dessa nova realidade”, que correspondia, nas palavras do diretor, às “imperiosas necessidades decorrentes dos constantes avanços que ocorrem na área tecnológica” (Manso, 2016, p. 314-315).

Os anos iniciais do Cefet/GO foram de rearranjo e reorientação pedagógica e institucional tanto na sede, em Goiânia/GO, quanto na Uned/Jataí, que oferecia, além dos cursos profissionalizantes de nível médio, o ensino fundamental, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação. Diante da previsão de ampliação da oferta de cursos e vagas, o relatório de gestão do ano 2000 evidenciou a necessidade de melhorias na estrutura funcional, na qualificação dos servidores docentes – 42 com licença capacitação e outros 42 sem afastamento – e técnicos, na democratização das decisões, no aperfeiçoamento da autonomia de gestão e da proposta pedagógica e curricular. As preocupações mencionadas reapareceram nos planos plurianuais de 2000-2003 e 2003-2006, além do Plano de Trabalho para 2001 (Cefet/GO, 2000-2005). Nota-se uma ênfase em: “adequar laboratórios para atender o novo modelo de educação profissional” e “seleção/vestibular 2000/1 e/2 para os novos cursos de Tecnologia” (Cefet/GO, 2000, p. 13). Esses itens destacaram a inovação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a oferta de cursos de formação de tecnólogos.

Pensar e construir essa nova instituição, sobretudo em relação à reestruturação curricular, exigiu da Gerência Educacional de Apoio ao Ensino, em 2000, a promoção de inúmeras atividades, com destaque para a Reforma da Educação Profissional e do ensino médio, incluindo a Reestruturação dos Currículos dos Cursos Técnicos e do ensino médio por Competências e Módulos. A mesma gerência garantiu a participação e a formação continuada de servidores técnicos em vários eventos promovidos pelo MEC/Semtec. A transformação requeria, principalmente, mudanças endógenas. Ademais, a “nova” instituição precisava se fazer conhecida do público, e foi essa demanda uma das atribuições da Assessoria de Comunicação Social. A promoção na comunidade contou ainda com informações cotidianas direcionadas ao público interno e externo, por meio do *Informativo do Cefet/GO*, bem como da eficiente divulgação dos processos seletivos e da capacitação de servidores vinculados àquela diretoria (Cefet/GO, 2000).

De acordo com o relatório de gestão do ano 2000, naquele primeiro ano o Cefet/GO enfrentou diversas dificuldades, tais como a perda de professores substitutos, o processo eleitoral para a direção, a reformulação curricular, a troca de chefias, as alterações no calendário e o movimento grevista ocorrido entre os meses de maio e julho. Em 2001, as dificuldades continuaram com a perda de recursos em 25%, problemas na recomposição do quadro de servidores, atrasos de discussões e encaminhamentos referentes à reformulação curricular e nova paralisação de servidores, que durou quase quatro meses. As greves de 2001 e 2005, juntamente com as manifestações de alunos e servidores, e as várias dificuldades apontadas pelas diretorias e gerências, evidenciam as complexidades enfrentadas pelo Cefet/GO.

A “construção” da nova instituição foi marcada por tensões e incertezas, sendo o movimento grevista um termômetro de como a comunidade escolar entendia e reagia aos novos passos dados pelo Cefet/GO. Esse ambiente não desapareceu com a mudança de governo, como pode ser observado em matéria do *Correio Braziliense* publicada em 17 de maio de 2003, que noticiou o protesto de estudantes do Cefet/GO direcionado ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, enquanto ele participava de um evento com representantes da Rede Federal de Educação em Goiânia/GO – Cefets, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas

das Universidades Federais. O texto jornalístico demonstra-se tendencioso ao afirmar que o protesto dos estudantes era contra a “privatização de universidades”, mas destaca que o que se viu foi depredação, tentativa de agressão e “violência” dos estudantes contra o ministro, que “queria diálogo, mas [os] estudantes preferiram vandalismo” (Tentativa [...], 2003, p. 6).

Quanto ao perfil estudantil dos Cefets, em novembro de 2005, o então secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Eliezer Pacheco, reafirmou a preocupação do ministério em relação à elitização do alunado (Klingl, 2005, p. 9). Essa questão também esteve presente nas reflexões feitas sobre a ETFG e o Cefet/GO, especialmente em virtude do Decreto n. 2.208/97 (Bezerra; Machado; Barbosa, 2016). O percentual de alunos com renda mínima abaixo de um salário mínimo nunca ultrapassou a margem de 1,5% no breve tempo do Cefet/GO. O que se constatou foi “o fato de que ela não mais cumpre o papel para o qual fora criada e mantida inicialmente – atender os desvalidos da fortuna” (Manso, 2016, p. 214). Em todo o percurso, desde a Escola de Aprendizizes Artífices de Goiás, observa-se que se tornou “uma escola elitizada sob o ponto de vista de renda da clientela que ocupa a grande maioria das vagas dos diferentes cursos que são ofertados” (Manso, 2016, p. 214).

Mesmo diante de todo esse cenário, os relatórios de gestão são incisivos em afirmar os elevados índices de eficácia medidos, por exemplo, pelo percentual de concluintes em relação ao quantitativo de entradas, pelo aumento no número de matrículas, pela realização de eventos científicos, pela evolução dos gastos por aluno, pela melhoria da infraestrutura e de custeio etc. Em 2004, ressaltam-se a aprovação do novo currículo para o ensino médio, o reconhecimento de cursos superiores, a criação de fóruns permanentes para discutir o currículo da educação profissional, a aprovação do Estatuto da Instituição e a criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão em Tecnologia da Informação.

Em 2005, como parte do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Cefet/GO passou a contar com mais uma Uned, na cidade de Inhumas, em fase de construção e com início das atividades previsto para 2007. No começo de 2008, foi autorizada a criação da Uned/Itumbiara e da Uned/Uruaçu.

As gestões do Cefet/GO intentaram construir uma identidade para essa nova configuração, atentas às diretrizes governamentais e aos planos de ação propostos pelos colegiados e órgãos de controle interno. Nesse contexto, enquanto servidores, gestores e discentes se adequavam internamente, no âmbito político havia movimentações com o fim de transformar os Cefets em outra instituição: os IFs. Assim, no apagar das luzes de 2008, por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no inciso X do artigo 5º, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) (Brasil, 2008).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (2008-)

O dia 29 de dezembro de 2008 marcou o início de uma nova institucionalidade para a Rede Federal, incluindo o Cefet/GO, que nessa data foi transformado em IFG. No entanto, essa transformação não se tratou apenas de uma mudança na nomenclatura, e sim de uma alteração drástica da estrutura administrativa, influenciando o tipo de oferta de vagas e, mesmo que lentamente, o pensar dos gestores e da comunidade sobre a atuação docente e a valorização da pesquisa e da formação na pós-graduação.

A mudança não aconteceu de forma simples, sobretudo pelo fato de que, inicialmente, houve uma dicotomia: de um lado, a condição de instituição de ensino superior, com plena atuação no ensino, na pesquisa e na extensão; de outro, a forte influência de uma instituição centenária com atuação restrita ao ensino. A excelência da formação ofertada pela ETFG era confrontada com uma sensação de desvalorização das atividades de pesquisa e extensão realizadas pelos docentes, o que, durante muitos anos, acabou gerando um inconformado sentimento de não pertencimento e de desalento, principalmente entre os professores ingressantes após 2009 – muitos deles pesquisadores doutores recém-egressos de grandes universidades. Acreditamos que a existência dessa dicotomia não se restringia ao IFG, mas também acontecia no âmbito das outras instituições da Rede Federal.

Outra situação desse período diz respeito à relação de poder entre a unidade-sede (Câmpus Goiânia) e as Uneds, principalmente a de Jataí.

Até aquele momento, a gestão máxima do Cefet/GO era exercida por um diretor-geral, eleito de forma paritária por servidores e alunos da unidade-sede e das Uneds.²⁵ No processo eleitoral, o candidato eleito como vice-diretor do Cefet/GO assumia a função de diretor da unidade-sede, sendo uma das atribuições da gestão máxima da Instituição. Paralelamente, ocorria outro processo, restrito à comunidade da Uned/Jataí, no qual se elegia a equipe gestora dessa unidade. Essas eleições independentes e a busca de autonomia da Uned davam a impressão de que existiam uma diretoria-geral na unidade-sede – exercida pela gestão máxima da Instituição – e uma diretoria-geral na Uned/Jataí, subordinada à gestão máxima. Com a transformação da antiga unidade-sede em câmpus, que passou a receber um tratamento semelhante ao das outras unidades, surgiu um sentimento de perda de poder na comunidade do Câmpus Goiânia. O fato de a Reitoria do IFG ter funcionado por mais de três anos nesse câmpus também contribuiu para que as atribuições da nova gestão máxima e da direção-geral local não fossem claramente distinguidas.

A criação de novas unidades nos anos 2000 fez parte do processo de expansão da Rede Federal, iniciado em 2005, tendo como objetivo a implantação de mais 422 unidades até o final de 2014 (Pereira; Cruz, 2019). No caso do IFG, que possuía 5 unidades no ato de sua criação, passou a ter 17 unidades: 14 câmpus (Quadro 2), a Reitoria, o Polo de Inovação e o Centro de Referência em Pesquisa e Inovação. No momento de transformação do Cefet/GO em IFG, a Instituição possuía a unidade-sede em Goiânia/GO e 4 Uneds, localizadas em cidades do interior de Goiás: Jataí, criada em 1988; Inhumas, implantada na Fase I do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica; Itumbiara e Uruaçu, implantadas na Fase II do Plano de Expansão (Brasil, 2005). Após 2008, as antigas unidades passaram a ser denominadas de câmpus, e houve uma intensificação no processo de criação de novos câmpus: Anápolis, Formosa e Luziânia, ainda na Fase II do Plano de Expansão; Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Goiânia Oeste, Águas Lindas, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás, no âmbito da Fase III

²⁵ O último processo eleitoral do Cefet, realizado em 2005, teve a participação apenas da comunidade da unidade-sede e da Uned/Jataí.

do Plano de Expansão. Em 2024, foi aprovada a criação de outros dois câmpus: em Quirinópolis e Cavalcante, por meio do novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo federal (Brasil, 2024).

QUADRO 2
Relação dos câmpus do IFG com a data de criação

Câmpus		Data criação	Etapa	
1	Goiânia	05/07/1942	preexistente	transferência da capital
2	Jataí	18/04/1988		Protec – Gov. Sarney
3	Inhumas	30/04/2007	Expansão Fase I	
4	Uruaçu	25/08/2008	Expansão Fase II	
5	Itumbiara	01/09/2008		
6	Anápolis	21/06/2010		
7	Formosa	21/06/2010		
8	Luziânia	21/06/2010		
9	Aparecida de Goiânia	23/04/2012	Expansão Fase III	
10	Cidade de Goiás	02/05/2012		
11	Goiânia Oeste	24/03/2014		
12	Águas Lindas	14/04/2014		
13	Senador Canedo	10/06/2014		
14	Valparaíso de Goiás	29/09/2014		

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do site oficial do IFG: www.ifg.edu.br.

Essa ampliação teve como consequência um aumento significativo do quadro de servidores da Instituição, principalmente de docentes, o número mais que triplicou, passando de 362 em 2008 para 1.142 em 2024 (Quadro 3). Esse aumento não se restringiu às demandas dos novos câmpus, mas refletiu também nas antigas unidades, tanto nas que estavam em implantação – Inhumas, Itumbiara e Uruaçu – quanto nas preexistentes –Goiânia e Jataí. Nestas últimas, o acréscimo foi superior a 20%, levando em conta o número de professores substitutos que havia em cada uma dessas unidades em 2008: 46 e 18 respectivamente (IFG, 2009). Deve-se registrar que, naquela época, os substitutos supriam as necessidades de contratação de efetivos e não de docentes afastados, como é atualmente.

QUADRO 3
Quantitativo de servidores em 2008 e 2024²⁶

Categoria	2008						2024							
	Gyn	Jat	Inh	Itu	Uru	Total	Gyn	Jat	Inh	Itu	Uru	Novos	Rei	Total
Docente	247	48	40	11	16	362	354	87	67	63	65	506	-	1142
Técnico administrativo	188	65	41	20	20	334	165	62	50	45	48	338	172	880
Total	435	113	81	31	36	696	519	149	117	18	113	844	172	2022

Fonte: Elaboração própria com base em IFG (2009) e no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFG (<https://suap.ifg.edu.br/>).

Por um lado, se a transformação dos antigos Cefets em IFs fez com que essas instituições passassem a ser equiparadas às universidades federais; por outro, o compromisso em ofertar no mínimo 50% de suas vagas para os cursos técnicos de nível médio, preferencialmente integrados, gerou um grande problema: a necessidade de reestruturar a oferta de vagas e a limitação na atuação nos cursos superiores. Em dezembro de 2008, o então Cefet/GO ofertava 19 cursos superiores, sendo 12 de tecnologia, 4 licenciaturas e apenas 3 bacharelados, o que representava mais de 60% das ofertas de vagas (Quadro 4).

QUADRO 4
Quantitativo de ofertas de vagas por nível e modalidade de ensino

Curso		2008			2023		
		Nº	Vagas		Nº	Vagas	
			Nº	%		Nº	%
Técnico	Integrado	11	365	39,8	41	1254	50,9
	Subsequente	8	305		6	282	
	EJA	3	130		15	642	
Superior	Licenciatura	4	160	8,0	20	1002	23,4
	Tecnologia	12	850	52,2	4	130	25,6
	Bacharelado	3	200		26	966	
Total		42	2010		112	4276	

Fonte: Elaboração própria, com base nos editais de seleção de 2008 e 2023 (IFG, [2024]).

²⁶ Apesar do grande aumento no número de servidores, é importante ressaltar que a Instituição ainda tem um déficit de 100 técnico-administrativos e quase 150 docentes, conforme estabelece a Portaria n. 713/2021 (Brasil, 2021).

Para atender à legislação, o IFG fez a opção de reduzir o número de vagas anuais ofertadas nos cursos de bacharelado e de tecnologia, passando o ingresso de semestral para anual. Além disso, também houve uma supressão do número de cursos de tecnologia ofertados no Câmpus Goiânia, transformando-os em engenharias. Em alguns casos, essa transformação ocorreu pela junção de dois cursos, mudando Tecnologia em Planejamento Turístico e em Hotelaria para Bacharelado em Turismo (2013), Tecnologia em Construção de Edifícios e em Construção de Vias Terrestres para Engenharia Civil (2013) e Tecnologia em Agrimensura e em Geoprocessamento para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura (2015). Em outros casos, houve a criação do Bacharelado em Engenharia a partir da ampliação do escopo de um curso de tecnologia equivalente, como o Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental, que deu origem ao Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Paralelamente a esse processo, ocorreu uma grande ampliação do número de licenciaturas, passando de 4 em 2008 para 20 em 2023. Essa ampliação também aconteceu nos cursos técnicos integrados e de educação de jovens e adultos (EJA), garantindo, assim, o atendimento aos requisitos estabelecidos na legislação quanto à oferta de vagas: mínimo de 50% em cursos técnicos e mínimo de 20% em cursos de licenciaturas.

A fim de que o IFG pudesse se tornar plenamente uma instituição de ensino superior, era também necessário que houvesse uma plena atuação no tripé ensino, pesquisa e extensão, o que exigiu a criação de uma política de valorização da pesquisa e a qualificação do quadro em nível de mestrado e doutorado, de modo a possibilitar a oferta de pós-graduação *stricto sensu* pela Instituição. Nesse sentido, nos primeiros anos do IFG, foi fortalecido o Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, criado ainda no período de cefet, ampliando o número de bolsas ofertadas e contabilizando as orientações na jornada de trabalho docente. Além disso, foram criados programas de incentivo à pesquisa, concedendo auxílio financeiro para a execução de projetos de pesquisa e para servidores e estudantes participarem em congressos científicos, entre outros. Com relação a esse período, vale destacar a criação da Editora IFG em 2013 e o credenciamento do IFG na primeira fundação de apoio à pesquisa, a Funape, em 2015.

No caso da qualificação dos servidores, além de regulamentar a possibilidade de afastamento dos servidores para cursarem pós-graduação *stricto sensu*, em mestrado, doutorado e pós-doutorado, também foi ampliado o programa de bolsas de qualificação para servidores, criado no final da era cefet. Somado a isso, foram estabelecidas parcerias com instituições nacionais – para a oferta direcionada a servidores do IFG de mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter) – e internacionais, para mestrado (Instituto Politécnico do Porto) e doutorado (Universidade de Santiago de Compostela). Esse conjunto de ações fez com que o IFG passasse de 61% de docentes com mestrado e doutorado, no final de 2008, para os atuais 96,9%, sendo mais de 50% doutores. Essa valorização atendeu também aos servidores técnico-administrativos, fazendo com que hoje o IFG tenha um quadro de quase 90% de servidores especialistas, sendo 31,5% deles com título de mestrado ou doutorado.

Esse investimento na qualificação propiciou não só o fortalecimento da pesquisa, mas também o início da atuação na pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*. Embora o Cefet/GO tenha ofertado um ou dois cursos de especialização, no final de 2008 o IFG não disponibilizava nenhuma formação em pós-graduação. O primeiro curso de especialização do IFG – Ensino de Ciências e Matemática – foi ofertado no Câmpus Jataí em 2010. Esse curso deu origem ao Mestrado em Educação para Ciências e Matemática, que, em conjunto com o Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis (desativado) do Câmpus Goiânia, representa uma das primeiras iniciativas do IFG na pós-graduação *stricto sensu* em 2012. Atualmente, o IFG tem seis cursos de pós-graduação *stricto sensu*: um doutorado²⁷ e cinco mestrados, dois dos quais em rede (Quadro 5). Além deles, há 14 cursos de pós-graduação *latu sensu*, ofertando, em 2023, um total de 411 vagas, sendo: 14 de doutorado, 112 de mestrado e 285 de especialização.

²⁷ Em 2020 é aprovada a criação do Doutorado em Educação para Ciências e Matemática (IFG, 2020).

QUADRO 5
Relação dos cursos de pós-graduação stricto sensu

Curso		Modalidade	Câmpus	Ano início	Vagas 2023
1	Doutorado em Educação para Ciências e Matemática	Profissional	Jataí	2022	14
2	Mestrado em Educação para Ciências e Matemática	Profissional	Jataí	2012	20
3	Mestrado em Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade	Profissional	Goiânia	2021	16
4	Mestrado em Educação	Acadêmico	Goiânia	2022	23
5	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	Prof. em rede	Anápolis	2017	24
6	Mestrado em Artes	Prof. em rede	Ap. Goiânia	2021	29
Total					126

Fonte: Elaboração própria, com base em informações dos relatórios de atividades da PROPPG (IFG, 2017) e nos editais de seleção de 2023 (IFG, 2024a).

Uma questão interessante que se pode extrair da relação de cursos ofertados pelo IFG é que sua atuação na pós-graduação não está restrita a apenas alguns dos câmpus, já que 11 ofertam algum tipo de pós-graduação e 4 ofertam mestrado/doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a trajetória do IFG em seus 115 anos de atividade demonstra como a atuação da Instituição sempre esteve atravessada não apenas pela legislação educacional definida em âmbito nacional, mas, e por vezes, pelas decisões da gestão institucional, marcadas pela influência das demandas socioeconômicas direcionadas à educação profissional em cada período por agentes políticos e sociais. Demonstra também como a educação profissional foi sendo reconfigurada no movimento contraditório que implicava atender a interesses do setor produtivo e à reivindicação de agentes educacionais que representavam a classe trabalhadora, que já não mais se satisfazia com uma educação para formação de quadros subalternos das empresas, mas que pudesse realizar progressão nos estudos e alcançar postos de comando na sociedade.

Apresentamos neste capítulo um recorte dessa história que se desenhcou a partir das escolhas de um grupo de autores/as com uma determinada perspectiva, porém, por certo, há outras muitas visões que poderiam ser reveladas em novos textos. Para isso, contudo, fazemos questão de reforçar a importância de um esforço institucional para a coleta, a classificação, o arquivamento e a preservação dos mais diversos documentos subsidiários de qualquer reflexão sobre o passado da Instituição. Sem o aporte arquivístico, dado por uma sistematização das fontes documentais existentes, há o risco de que a memória sofra um apagamento irreversível, o que penalizará não somente a construção de uma identidade para o Instituto Federal de Goiás em sua configuração multicâmpus como também o registro de sua presença centenária na vida da educação e do trabalho da sociedade no estado de Goiás.

AGRADECIMENTOS

Registramos nosso agradecimento ao Museu das Bandeiras, na Cidade de Goiás, por ter concedido acesso ao seu acervo sobre a Escola de Aprendizizes Artífices de Goiás, por meio da pesquisa realizada por Norberto Ferreira e Diogo de Souza, e aos servidores Charles Alves e Karol Almeida por terem compartilhado conosco documentos sobre o período da ETFG. Também agradecemos à Coordenação de Comunicação Social do IFG/Câmpus Goiânia e à Diretoria de Comunicação do IFG pelo apoio na obtenção de fotografias para compor este volume.

REFERÊNCIAS

- A MULHER goiana. *Voz do Povo*, Goiás, ano IV, n. 172, p. 2, 4 nov. 1930.
- ABE (Associação Brasileira de Educação). *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- ABUSO de poder. *Voz do Povo*, Goiás, ano I, n. 7, p. 2, 5 ago. 1928.
- APROXIMA-SE a inauguração oficial de Goiânia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 132, p. 4, 9 jun. 1942.
- BARBOSA, W.; OLIVEIRA JR., G. C. de; BEZERRA, D. de S. Marcos e datas da história da educação profissional e tecnológica no Brasil. In: BARBOSA,

W.; PARANHOS, M. F.; LÔBO, S. A. (org.) *A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o IFG no tempo: conduzindo uma recuperação histórica até os anos 1990*. Goiânia: IFG, 2015. (Coleção Instituto Federal de Goiás, v. 1).

BEZERRA, D. de S.; MACHADO, F. P.; BARBOSA, W. De Cefet a IF: reconfiguração institucional e ensino na Rede Federal e no IFG (2000-2012). In: BARBOSA, W.; PIRES, L. L. de A.; VILASBOAS E SANTOS, N. J. de. *O IFG no tempo presente: possibilidades e limites no contexto das reconfigurações institucionais (de 1990 a 2015)*. Goiânia: IFG, 2016. (Coleção Instituto Federal de Goiás, v. 2).

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial*, Presidência da República, Rio de Janeiro, p. 6975, 23 set. 1909.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro/DF, 27 fev. 1942. Seção 1, p. 2957.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. *Quadro demonstrativo do movimento das Escolas de Aprendizes Artífices, relativo a 1932*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública, [1934]. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/12. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro/DF, 15 jan. 1937. Seção 1, p. 1210.

BRASIL. Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro/DF, 17 fev. 1959. Seção 1, p.3009.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília/DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p.11429.

BRASIL. Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro/DF, p. 8554, 24 ago. 1965.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, p. 6377-6380, 12 ago. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Relatório: IV Reunião de Diretores das Escolas Técnicas Federais*, Pelotas-RS, 5 a 9 abril de 1976. Brasília/DF: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

BRASIL. Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, p. 19539, 19 out. 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, p. 2062, 10 fev. 1987.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília/DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/1997/decreto/D2208.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto de 22 de março de 1999*. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. Brasília/DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/1999/00000/1999/Dnn7985.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. *Portaria MEC n. 646, de 14 de maio de 1997*. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal n. 9.394/96 e no Decreto Federal n. 2.208/97 e dá outras providências (trata da Rede Federal de Educação Tecnológica). Brasília/DF: MEC, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica*. Brasília/DF: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília/DF: MEC, 2007.

BRASIL. *Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. *Portaria n. 713, de 25 de novembro de 2021*. Permuta Função Comissionada do Poder Executivo Federal por Cargo em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por de mesmo nível e categoria. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-713-de-25-de-novembro-de-2021-362682499>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Casa Civil. Governo Federal anuncia 100 novos Institutos Federais no Novo PAC. *Notícias*, Brasília, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CAIADO, L. D. R. *Relatório da Escola de Aprendizizes Artífices de Goyaz: exercício de 1922*. Goyaz, 1923.

CASSIANO, R. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

CEFET/GO (Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás). *Relatório anual de gestão 2000*. Goiânia: Cefet/GO, 2000. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/239/relatoriogestao2000.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2024.

CEFET/GO (Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás). *Relatórios de gestão*. Goiânia: Cefet/GO, 2000-2005. Disponível em: <https://ifg.edu.br/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 1º jul. 2024.

ESCOLA Técnica de Goiânia. *Cidade de Goiás*, Goiás, ano IX, n. 328, p. 3, 9 jan. 1947.

COMO levaram à breca as palmatórias do Dr. Leão. *Voz do Povo*, Goiás, ano II, n. 46, p. 3, 4 maio 1928.

CORTES de 5 a 50 por cento nas verbas destinadas à Escola Técnica de Goiânia. *Jornal de Notícias*, Goiânia, ano II, n. 216, p. 3, 19 dez. 1957.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000.

DA CAPITAL de Goyaz. *O Planalto*, Santa Luzia, ano I, n. 11, p. 4, 15 out. 1910.

ESCOLA de artífices. *Correio Oficial de Goyaz*, Goiás, ano LXI, n. 196, p.10, 16 nov. 1918.

ESCOLA de Aprendizizes Artífices. *Voz do Povo*, Goiás, ano VI, n. 227, p. 2, 13 mar. 1932a.

ESCOLA de Aprendizizes Artífices. *Voz do Povo*, Goiás, ano VI, n. 260, p. 1, 11 dez. 1932b.

ESCOLA de Aprendizizes Artífices. *Cidade de Goiás*, Goiás, ano I, n. 24, p. 1, 11 dez. 1938.

ESCOLA de Aprendizizes. *Goyaz: Órgão Democrata*, Goiás, ano XXV, n. 1097, p. 1, 8 jan. 1910.

ESCOLA de Aprendizizes Artífices. In: *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros*. Goiás: Tipografia do Correio Oficial, 1920.

ESCOLA Técnica acaba comercial. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 4.116A, 25 mar. 1973. Caderno de Goiás, p. 1.

ESCOLA Técnica de Goiânia. *Cidade de Goiás*, Goiás, ano IX, n. 328, p. 3, 9 jan. 1947.

ESCOLA Técnica de Goiânia promove 1ª Feira Industrial. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 2.658, 10 ago. 1968. Primeiro Caderno, p. 10.

ESCOLA Técnica Federal de Goiás: estrela que brilha desde 1910. *Cinco de Março*, Goiânia, ano XIV, n. 677, 28 jan.-3 fev. 1974.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: ETN, 1961. v. 1.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986. v. 5.

GOIÁS (estado). Lei n. 586, de 22 de junho de 1918. *Correio Oficial de Goyaz*, Goiás, ano LXI, n. 178, p.1, 13 jul. 1918.

GOIÁS (estado). *Lei Ordinária n. 624, de 26 de agosto de 1952*. Doa, o título gratuito e com a cláusula da inalienabilidade, à Associação Beneficente de Santa Luzia, Classe Operária, da cidade de Goiás, o prédio que menciona. Goiânia: Governo do Estado, 1952. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/7705>. Acesso em: 9 ago. 2024.

GOIÁS terá Escola Técnica de Mineração. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 4.367, 5 dez. 1974. Segundo Caderno.

GOIANOS “exigem” degola. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 8.174, p. 12, 18 ago. 1985.

GRACINDO, R. V.; MONLEVADE, J. A. C. de. *Gestão democrática nos sistemas e na escola*. 4. ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil, 2013.

HISTÓRICO da Escola Técnica Federal de Goiás. Goiânia, 1976. Documento interno da Biblioteca Prof. Jorge Félix de Souza do IFG/Câmpus Goiânia.

IANNI, O. A dialética da globalização. In: IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IFG (Instituto Federal de Goiás). *Aprovada criação do doutorado em Educação para Ciências e Matemática*. Goiás: IFG, 2020. Disponível em: <http://www.ifgoias.edu.br/ultimas-noticias-campus-jatai/20836-aprovada-criacao-do-doutorado-em-educacao-para-ciencias-e-matematica>. Acesso em: 8 out. 2024.

IFG (Instituto Federal de Goiás). *Estude no IFG*. Goiás: IFG, [2024]. Editais 2008 e Editais 2023. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/estudenoifg>. Acesso em: 26 jun. 2024.

IFG (Instituto Federal de Goiás). *Relatório de atividades*. Goiânia: IFG, 2017. Disponível em: https://ifg.edu.br/attachments/article/222/relat%C3%B3rio_Proppg_2017.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

IFG (Instituto Federal de Goiás). *Relatório de Gestão 2008*. Goiânia: IFG, março de 2009. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/239/relatorio-gestao2008.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

II FEIRA DE CIÊNCIAS TEM INÍCIO HOJE. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 4.527, 16 ago. 1974. Caderno de Integração, p. 2.

INICIADO o Liceu Industrial em Goiânia. *O Triângulo*, Araguari, ano X, n. 497, p. 6, 11 jun. 1939.

KLINGL, E. De bem com as elites. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 15533, p. 9, 27 nov. 2005.

LIMA, A. P. M. de; SOUZA, F. das C. S.; OLIVEIRA, L. de A. B. A legalização da dualidade no ensino técnico brasileiro: um estado do conhecimento sobre o Decreto n. 2.208/1997. *Revista Principia: Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB*, João Pessoa, n. 47, p. 172-180, dez. 2019.

MANSO, E. de A. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: a trajetória histórica do câmpus Goiânia*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2016.

MONTOJOS, F. [Ofício de 8 de janeiro de 1935]. Rio de Janeiro: [s. n.], 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/15. Acesso em: 5 ago. 2024.

OITAVO Congresso Brasileiro de Educação. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 72, 28 mar. 1942.

PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível. *Holos*, [s. l.], v. 4, n. 35, e7992-1–e7992-18, 2019.

PEREIRA, L. A. C. *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local*. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

POPKEWITZ, T. S. *Reforma educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação*. Tradução: Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUELUZ, G. L. *História do CEFET-PR: Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná (1909- 1935)*. Curitiba: Cefet/PR, 1996.

REIS JÚNIOR, R. de L. *Os limites da experiência de estado desenvolvimentista no Brasil (2003-2015): o caso dos Institutos Federais*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2017.

RIBEIRO, M. L. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas, Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, O. de O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SÁ, H. G. M. de. *A transferência da escola de aprendizes artífices da Cidade de Goiás para a nova capital: contribuições para a construção da memória do IFG*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. Escola Técnica Federal de Goiás. *Histórico*. Goiânia: IFG, 1983. Documento interno da Biblioteca Prof. Jorge Félix de Souza do IFG/Câmpus Goiânia.

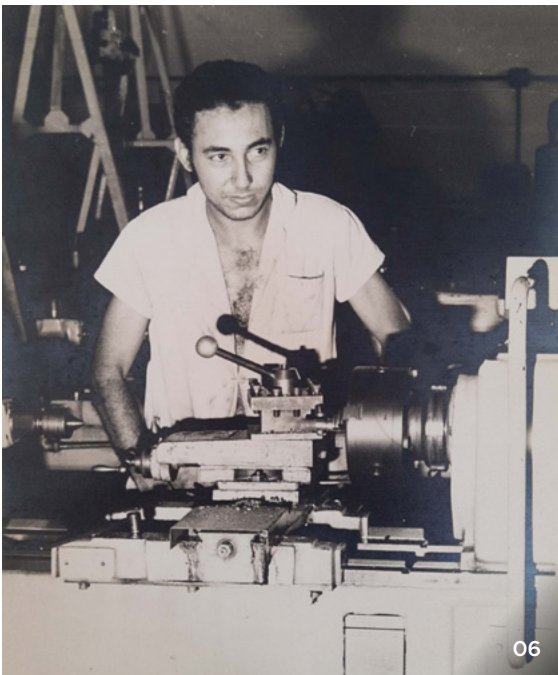
SOS Escola Técnica Federal de Goiás. *Correio Braziliense*, Brasília, n. 9.259, p. 4, 23 ago. 1988.

TENTATIVA de agressão. *Correio Braziliense*, Brasília/DF, n. 14.608, p. 6, 17 maio 2003.

TRINTA mil visitam feira de ciências. *Correio Braziliense*, Brasília/DF, n. 4.532, 21 ago. 1974. Caderno de Integração, p. 2.

VERBAS para Goiás no Orçamento Geral da União. *Jornal de Notícias*, Goiânia, ano III, n. 380, p. 1, 19 dez. 1958.

VINGANÇA mesquinha. *Voz do Povo*, Goiás, ano IV, n. 158, p. 1, 4 jul. 1930.





08



09



10



11



12



13



14



15

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Fachada externa da Escola de Aprendizes Artífices | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 02 Primeira turma de professores e alunos da Escola de Aprendizes Artífices | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 03 Sala de Aula da Escola de Aprendizes Artífices | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 04 Fachada externa da ETG | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 05 Visita de Getúlio Vargas à ETG | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 06 Atividade discente em oficina da ETG | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 07 Fachada externa da ETEG | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 08 Aula em laboratório na ETEG | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 09 Planejamento escolar na ETEG | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 10 Solenidade de criação do Cefet/GO | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 11 Fachada externa da Uned Jataí/Cefet/GO | Fonte: Acervo pessoal da professora Flomar A. O. Chagas.
- 12 Apresentação musical de estudantes na SEMPLIC-Uned Jataí/Cefet/GO | Fonte: Acervo pessoal da professora Flomar A. Oliveira Chagas.
- 13 Congresso Institucional do PDI do IFG-2012 | Fonte: Acervo institucional do IFG.
- 14 Etapa de desenvolvimento do Projeto Lapassion no IFG/Câmpus Goiânia | Fonte: Acervo pessoal do professor Ruberley Rodrigues de Souza.
- 15 Lançamento dos novos câmpus do IFG em 2024 | Fonte: Acervo institucional do IFG.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

INOVAÇÃO E EXCELÊNCIA
NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

HAIHANI SILVA PASSOS¹

ROSENILDE NOGUEIRA PANIAGO²

LAÍSE DO NASCIMENTO CABRAL RAMALHO³

ÍTALO JOSÉ BASTOS GUIMARÃES⁴

MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA⁵

1 Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), atua como professora e pesquisadora do IF Goiano e diretora de Extensão no Câmpus Rio Verde do IF Goiano. Coordena projetos de inovação, Educação 4.0, Economia do conhecimento e Liderança. E-mail: haihani.passos@IFGoiano.edu.br.

2 Pós-Doutora e doutora em Ciências da Educação, atua como professora e pesquisadora do IF Goiano/Câmpus Rio Verde e do Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do IFG. Tem experiência na área de Ciências da Educação, com ênfase em formação de professores, desenvolvimento profissional, identidade, saberes e práticas educativas, ensino de Ciências, Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: rosenilde.paniago@IFGoiano.edu.br

3 Doutora em Recursos Naturais, professora e pesquisadora do IF Goiano – Câmpus Campos Belos, atua na área de Vulnerabilidade e Resiliência de Recursos Hídricos em áreas Urbanas, Climatologia Geográfica, Educação/Ensino e áreas correlatas. E-mail: laise.nascimento@IFGoiano.edu.br.

4 Pós-doutor em Ciência da Informação e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, professor do IF Goiano e docente permanente do Mestrado Profissional em Administração do IF Goiano – Câmpus Rio Verde. E-mail: italo.guimaraes@IFGoiano.edu.br.

5 Pós-doutor e doutor em Ciência Animal, atua na área de tecnologia e processamento de produtos de origem animal e vegetal, atua como professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos do IF Goiano. E-mail: marco.antonio@IFGoiano.edu.br.

A trajetória única do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Brasileira (RFEPECT)⁶ destaca-se por sua contribuição significativa para a evolução dessa Rede no Brasil, especialmente no que se refere à inovação e à excelência na educação profissional e tecnológica (EPT), pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, a integração entre ensino, pesquisa e extensão é uma de suas bases fundamentais, objetivando estabelecer uma conexão entre as necessidades da sociedade e o mundo do trabalho com as diversas áreas do saber e a inovação científica, tecnológica, social, artística e cultural (Silva *et al.*, 2024). Não obstante, esse tripé indissociável reafirma o compromisso da Instituição com a educação contínua e permanente, visando à consolidação nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.

Nesta escrita feita por cinco mentes e dez mãos, temos como objetivo apresentar o papel do IF Goiano como organização educativa integrada à RFEPECT, sinalizando aspectos relevantes, como marcos históricos, políticas educacionais, inovações pedagógicas e contribuições para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, evidenciam-se as principais conquistas da Instituição, bem como os desafios enfrentados por ela no decorrer dos anos. Tendo em vista que as políticas e práticas educacionais têm evoluído para atender às demandas de um mundo em constante mudança, o Instituto se posiciona para continuar promovendo a transformação social e econômica no Brasil, a fim de cumprir sua missão institucional, que é “ofertar educação profissional, científica e tecnológica de excelência, para a formação integral cidadã e desenvolvimento da sociedade” (Silva *et al.*, 2024, p. 23). Por meio dessa abordagem, espera-se oferecer uma visão abrangente do papel vital que o IF Goiano desempenha na formação de profissionais competentes e cidadãos responsáveis, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

⁶ Conforme o art. 1º da Lei n. 11.892/2008, a atual RFEPECT inclui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e de Minas Gerais (Cefet/MG), além das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Brasil, 2008).

Para efeitos de organização do texto, inicialmente são apontados alguns marcos históricos e políticas educacionais do IF Goiano, seguidos de reflexões sobre as inovações científicas e pedagógicas referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão. Também são apresentadas algumas contribuições do Instituto para o desenvolvimento socioeconômico e educacional e, por fim, há uma breve ponderação sobre os atores que constroem sua história e sua identidade.

MARCOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO IF GOIANO

A criação do IF Goiano é um reflexo das políticas educacionais que foram implementadas no país no decorrer dos anos, com ênfase no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).⁷ Esse processo detalha a trajetória histórica e a constituição de cada unidade do Instituto, destacando não apenas a sua grandiosidade, mas também o impacto significativo gerado na vida de milhares de estudantes e no contexto social em que os câmpus estão inseridos.

O IF Goiano faz parte da RFEPT, cuja origem está assentada no início do século XX e tem como foco o desenvolvimento da EPT. No final da década de 2000, a Lei n. 11.892/2008 provocou uma reviravolta na organização administrativa e pedagógica dessas instituições, visto que os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) foram transformados em Institutos Federais de educação profissional, científica e tecnológica (IFs) com status de universidade, mas com uma característica educativa singular, sendo as únicas instituições no Brasil a ofertarem os três níveis de ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 (Paniago, 2021).

Com efeito, os IFs têm importante papel de desenvolvimento social e econômico, porquanto, desde sua criação, “têm sido fundamentais para a promoção do desenvolvimento regional, por ofertarem educação com vistas à profissionalização dos indivíduos, o que, no mínimo, proporciona uma evolução na qualificação da mão de obra nas regiões em que se encontram inseridos” (Oliveira; Resende; Bertolli, 2022, p. 154).

⁷ No Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado em 2007, são apresentadas as concepções e metas da educação brasileira. Ver mais em Brasil (2007).

Nesse sentido, Pacheco (2011, 2020) e Nunes (2023) contribuíram para elucidar que os IFs oferecem educação verticalizada, alinhada com a formação cidadã desde a última etapa da educação básica, técnica e tecnológica até a pós-graduação.

De acordo com o PDI 2024-2028, o processo histórico de constituição do IF Goiano tem início com a integração dos antigos Cefets de Urutaí (1953), Rio Verde (1967), Escola Agrotécnica Federal de Ceres (1994) e a Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Morrinhos (1997), todas oriundas das antigas Escolas Agrícolas.

Com a criação do IF Goiano em 2009, foi instalada, em Goiânia, capital do estado, a Reitoria. No processo de expansão institucional, foi criado o Câmpus Iporá, localizado na região oeste de Goiás, que iniciou suas atividades em 2010. Em 2014, a estrutura organizacional foi ampliada com a implantação de outros quatro câmpus avançados nos municípios de Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri. O Câmpus Posse foi inaugurado em 2015, enquanto os Câmpus Trindade e Campos Belos começaram a operar em 2016. A expansão prosseguiu com a autorização para o funcionamento do Polo de Inovação em Rio Verde, em 2018, e a criação do Centro de Referência em Ensino e Formação em Rede (Cerfor), em 2022. A linha do tempo apresentada na Figura 1 ilustra o histórico de criação das diversas unidades da Instituição.



Figura 1. História cronológica do IF Goiano

Fonte: Elaboração própria a partir do PDI 2024-2028.

Assim, o IF Goiano se faz presente em todas as regiões de Goiás, atendendo a aproximadamente 18.193 estudantes em 2023. Esses estudantes estão distribuídos em 251 cursos, que abrangem desde a educação de jovens e adultos, passando pelos cursos técnicos e superiores, até os cursos de formação inicial e continuada (FIC), de especialização e de pós-graduação stricto sensu. Esses indicadores evidenciam que o IF Goiano cumpre uma de suas finalidades, que é a de promover a verticalização da educação básica e sua integração à educação profissional e superior – incluindo a pós-graduação –, conforme previsto na Lei n. 11.892/2008.

A missão, a visão e os valores do IF Goiano são apresentados na Figura 2.



Figura 2. Missão, visão e valores do IF Goiano

Fonte: Elaboração própria a partir do PDI 2024-2028.

Perante tais propósitos apresentados no PDI 2024-2028, o IF Goiano vislumbra tornar-se uma instituição reconhecida no Brasil, entre as três melhores. Sua missão é ofertar a EPT para a formação integral e o desenvolvimento da sociedade, sustentando-se na ética, na responsabilidade social, na inclusão e no respeito à diversidade, bem como se comprometendo com a sustentabilidade.

O IF Goiano desempenha papel fundamental no desenvolvimento local e regional, com diversos câmpus espalhados por todo o estado de Goiás (Figura 3). Cada câmpus do IF Goiano tem características singulares que potencializam o crescimento econômico, social e cultural das comunidades locais e regionais em que estão inseridos, promovendo a educação de excelência e a formação de profissionais qualificados para atender às demandas do mundo do trabalho.



Figura 3. Unidades educativas do IF Goiano

Fonte: Elaboração própria.

O Câmpus Morrinhos, ativo desde 1997, é uma referência na região sul de Goiás como instituição pública federal promotora de educação profissional, científica e tecnológica. Originalmente, foi criado como Escola Agrotécnica Federal de Urutai – Uned/Morrinhos, resultado de uma parceria entre o governo federal, o governo do estado e a prefeitura de Morrinhos. Em 2008, tornou-se o atual Câmpus do IF Goiano, conforme a Lei n. 11.892/2008, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional, formando profissionais capacitados para o mundo do trabalho, envolvendo agronegócio, indústria, tecnologia da informação e formação de professores. Além disso, promove programas de formação continuada e atividades de pesquisa e extensão.

O Câmpus Rio Verde nasceu em 1967 como Ginásio Agrícola de Rio Verde e foi transformado em Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde (EAFRV) em 1968. Em 2002, expandiu-se com a transformação da EAFRV para Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde (Cefet/Rio Verde); em 2008, transformou-se em IF Goiano/Câmpus Rio Verde. O Câmpus se destaca por ser um centro de excelência em ciências agrárias e tecnologia, ofertando cursos voltados para a agricultura,

pecuária, gestão, meio ambiente e formação de professores. Possui cursos técnicos nas áreas de: Administração, Agropecuária, Alimentos, Biotecnologia, Contabilidade, Edificações, Química e Segurança do Trabalho. Já na formação superior há os cursos de Administração, Engenharia Química, Agronomia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Química (licenciatura) e Zootecnia. Todo esse arcabouço de possibilidades de formação complementar nos cursos técnico e nos bacharelados prepara e capacita a população do município e da circunvizinhança para atuar na indústria, no comércio, na área agrícola e na prestação de serviços.

O Câmpus Urutaí tem histórico de 70 anos, iniciando em 1957 com a oferta do curso de Operário Agrícola. Desde então, o Câmpus tem demonstrado comprometimento constante em promover ensino de excelência, voltado para as áreas de ciências agrárias, tecnologia e formação de professores. Essas iniciativas não apenas beneficiam a comunidade acadêmica, mas também têm impacto substancial na comunidade local e regional. É um dos câmpus mais antigos da Rede Federal no estado de Goiás e disponibiliza cursos técnicos nas áreas de Informática para Internet, Biotecnologia e Agropecuária. No nível superior, há diversos cursos, tais como Nutrição, Educação Física, Sistemas de Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Química, Medicina Veterinária, Matemática, Gestão da Tecnologia da Informação e Engenharia Agrícola.

O Câmpus Ceres se destaca por realizar atividades direcionadas ao desenvolvimento sustentável e à inovação tecnológica, por meio da oferta de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Sistemas de Informação e Formação de Professores. O Câmpus promove projetos de extensão e pesquisas voltadas para a preservação do meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais e a adoção de práticas sustentáveis.

O Câmpus Iporá, inaugurado como unidade autônoma em fevereiro de 2010, é proeminente na oferta diversificada de cursos, entre os quais se incluem o ensino médio integrado e cursos técnicos e superiores, com foco em áreas como ciências agrárias, agronegócio, tecnologia da informação e formação de professores. Os cursos de nível médio/técnico são:

Desenvolvimento de Sistemas, Secretariado, Química, Informática e Agropecuária: os cursos de nível superior são: Ciência da Computação, Química, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Agronomia e Agromercado. Reconhecido pela realização de projetos de extensão e pesquisa voltados para a sustentabilidade e inovação, o Câmpus conta com uma infraestrutura moderna e corpo docente qualificado, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região.

O Câmpus Campos Belos iniciou suas atividades em agosto de 2014, com o Curso Técnico em Informática. Criado em 2016, ampliou sua oferta com cursos técnicos de Administração, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho na modalidade a distância e o Curso Técnico em Comércio. Em 2017, passou a oferecer cursos gratuitos em Agropecuária e Comércio. No tocante à formação integrada ao ensino médio e profissional, ressaltam-se os cursos superiores, incluindo Zootecnia e Administração (bacharelado), e a pós-graduação lato sensu, expandindo suas áreas de atuação e contribuindo para o desenvolvimento regional.

O Câmpus Avançado Catalão iniciou suas atividades educacionais em fevereiro de 2014, oferecendo cursos técnicos em Informática e Mineração. Além disso, disponibiliza os cursos de Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Ciências Naturais, bem como de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática. O Câmpus se destaca pelo corpo docente qualificado, composto de especialistas, mestres e doutores, que proporcionam educação de qualidade, preparando os estudantes para atender às demandas da sociedade local.

O Câmpus Avançado Cristalina se destaca pela ampla variedade de cursos oferecidos. Desde 2014, disponibiliza os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, Agromercado e Informática, permitindo que os estudantes concluam a sua formação técnica junto com o ensino básico. Além disso, o Câmpus oferece graduações em Pedagogia – na modalidade educação a distância (EaD) –, Agronomia e Tecnologia em Horticultura. Com abordagem prática e moderna, o Câmpus prepara os estudantes para o mundo do trabalho, atendendo às necessidades regionais e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e educacional local.

O Câmpus Hidrolândia oferece, desde 2014, vários cursos voltados para a formação técnica e superior. Entre os cursos técnicos, ressaltam-se o Técnico em Agropecuária e o Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, ambos na modalidade integrada ao ensino médio. O Câmpus também oferece o Bacharelado em Agronomia e a Licenciatura em Pedagogia na modalidade de EaD. Com proposta educativa diversificada, essa unidade atende às necessidades da região, preparando os estudantes para desafios profissionais nas áreas de agricultura, tecnologia e educação.

Desde 2014, o Câmpus Avançado Ipameri oferta cursos técnicos em Administração e Informática nas modalidades concomitante e subsequente, alinhados com as demandas da região. Em 2015, expandiu sua oferta com o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Comércio e o Curso Técnico em Redes de Computadores. O Câmpus oferece ainda o Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, o Bacharelado em Administração e o Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia. Além desses, disponibiliza cursos de formação inicial e continuada por meio do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e da EaD, ampliando as oportunidades de qualificação profissional e respondendo às demandas educacionais e profissionais da comunidade local.

O Câmpus Trindade, cujas atividades se iniciaram no primeiro semestre de 2015, está situado em uma área urbana e foca principalmente as áreas de indústria e serviços, oferecendo vários cursos técnicos voltados para essas demandas do mundo do trabalho. O Câmpus disponibiliza cursos de capacitação de níveis técnico e superior nas áreas de Informática para Internet, Eletrotécnica, Edificações e Automação Industrial, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil. Essas ofertas visam preparar os profissionais para setores estratégicos e em crescimento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região e posicionando a unidade como um polo de educação e inovação tecnológica.

O Câmpus Posse iniciou suas atividades em 2015, com a oferta de cursos técnicos em Administração, Agropecuária, Meio Ambiente e Secretariado. A partir de 2016, incluiu o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária, além dos cursos técnicos em Informática para Internet e Meio Ambiente. Gradualmente, começou a oferecer

outros cursos, tais como o Bacharelado em Agronomia, o Bacharelado em Administração, a Licenciatura em Ciências Biológicas e a Especialização em Ensino de Humanidades. O Câmpus se destaca por oferecer cursos alinhados com as necessidades do mundo do trabalho, contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento econômico, social e educacional do noroeste goiano.

O Polo de Inovação é uma unidade do IF Goiano dedicada à captação e à gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Credenciada pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a unidade é especializada em tecnologias agroindustriais, com foco no desenvolvimento de tecnologias para manejo agrícola, processamento e armazenamento de grãos. Localizado em Rio Verde/GO, o Polo de Inovação está subordinado à Reitoria do IF Goiano. Os projetos captados e geridos pela unidade são executados de forma descentralizada, envolvendo pesquisadores de diversos câmpus da Instituição com a participação obrigatória de estudantes.

O Centro de Referência em Ensino e Formação em Rede (Cerfor), por sua vez, foi criado para desenvolver e implementar políticas de ensino e aprendizagem em rede, integrando tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) às atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Cerfor promove a inclusão digital e a formação de conhecimentos tecnológicos, oferecendo cursos de capacitação, oficinas e recursos educacionais digitais.

Assim, embora historicamente o IF Goiano tenha investido na área de Ciências Agrárias, desde 2010 oferta cursos de formação de professores em nível de licenciatura, formação continuada e pós-graduação, entre outras modalidades. Atualmente, são ofertados, em diferentes câmpus, cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (Ceres, Posse, Rio Verde e Urutaí), Licenciatura em Química (Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí), Licenciatura em Matemática (Urutaí), Licenciatura em Pedagogia (Morrinhos), Licenciatura em Educação Física (Urutaí) e o curso de Pedagogia para a EPT em EaD pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), com polos nas cidades de Cristalina, Iporá, Urutaí, Hidrolândia, Aparecida de Goiânia e Goiânia.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INOVAÇÃO: O PAPEL DO ECOSISTEMA DO IF GOIANO

A história do IF Goiano remonta a um período em que a educação técnica e tecnológica começava a ganhar espaço como vetor de desenvolvimento no Brasil. Desde suas primeiras iniciativas, o Instituto adotou uma abordagem visionária, entendendo que a verdadeira inovação não reside apenas na aplicação de novas tecnologias, mas também na transformação dos paradigmas educacionais e na promoção de uma cultura inovadora no ensino, na pesquisa e na extensão, integrados de forma alinhada com as necessidades regionais.

O IF Goiano tem se estruturado para atender a essas demandas. Nesse contexto, é possível observar que a Instituição, tendo em vista que a promoção da inovação não se limita à área tecnológica, considera também a interdisciplinaridade e a partilha de conhecimento entre diferentes áreas do saber, o que se torna essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e aproveitar as oportunidades emergentes.

Dessa forma, nota-se que a promoção da inovação na Instituição tem se consolidado pela formação de um ecossistema dinâmico, sustentado pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Esse ecossistema tem por objetivo fomentar a criação de novas tecnologias e novos processos, no intuito de preparar os estudantes para os desafios do mercado de trabalho, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das comunidades locais e impulsionando a competitividade da economia regional. Nesse cenário de iniciativas, a trajetória do IF Goiano é marcada por uma série de diretrizes, ações e infraestruturas que situam a Instituição nos caminhos da inovação.

Em 6 de abril de 2011, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IF Goiano foi oficialmente cadastrado no Ministério da Ciência e Tecnologia. O NIT, que representou a institucionalização da inovação na Instituição, foi regulamentado pela Resolução n. 88, de 1º de dezembro de 2017. Sua principal função é gerir a política de propriedade intelectual, promover a transferência de tecnologia e incentivar a cultura de inovação entre estudantes e pesquisadores. Como responsável por disseminar a Política Institucional de Propriedade Intelectual do IF Goiano, visa ainda estimular o pensamento inovador, fomentando criações tecnológicas avançadas (IF Goiano, 2021b).

Ademais, foi criada a Agência de Inovação Tecnológica do IF Goiano para coordenar e fomentar atividades inovadoras, atuando de maneira integrada com os diversos câmpus. Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, esse setor contribui para o cumprimento dos dispositivos legais previstos na Lei n. 11.892/2008 ou seus substitutos, por meio do incentivo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico (IF Goiano, 2021a).

À medida que avançamos, o IF Goiano se evidencia pelo apoio ao empreendedorismo por meio de suas incubadoras de empresas, localizadas em diferentes câmpus. Desse modo, a incubadora IF For Business – implantada em 2020 no Câmpus Rio Verde – e a incubadora Casa de Ideias – implantada em 2024 no Câmpus Iporá – são pilares estratégicos na promoção do empreendedorismo e da inovação, oferecendo suporte essencial à formação de empreendedores em áreas que complementam as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação (IF Goiano, 2024).

As incubadoras do IF Goiano oferecem ambiente propício ao desenvolvimento de *startups*, fornecendo infraestrutura física e acesso a mentorias especializadas, subsidiadas por uma vasta rede de contatos. Em conjunto com iniciativas bem-sucedidas, a IF For Business alcançou um marco notável em 2024 ao receber a Certificação Cerne 1, um reconhecimento que valida sua eficácia no fomento e no apoio a empreendimentos inovadores. Esse certificado atesta a qualidade dos processos e da gestão da incubadora, reforçando seu papel como centro de excelência na promoção de novos negócios e no incentivo à inovação no estado de Goiás (Salustiano; Passos; Bucker-Neto, 2024).

A partir de 2020, a criação dos Laboratórios Maker, possibilitada pelo Edital Setec n. 35/2020, marcou um avanço significativo na infraestrutura dos IFs. Esses laboratórios, localizados nos Câmpus de Rio Verde, Iporá, Urutaí e Ceres, foram estabelecidos como espaços dedicados à prototipagem e à experimentação, e têm se mostrado essenciais para o desenvolvimento de projetos relacionados à modelagem e à impressão em 3D. Além disso, oferecem cursos focados na cultura Maker, na modelagem, na impressão em 3D e na programação.

Os Laboratórios Maker atuam em colaboração com diversas instituições e contribuem diretamente para as iniciativas de inovação e

empreendedorismo nos câmpus. Os laboratórios Estação IF Lab Maker (em Rio Verde), Guará IF Maker (em Iporá), Lab IF Maker Urutaí (em Urutaí) e Lab Maker (em Ceres) têm como objetivo consolidar os princípios da cultura Maker no contexto da transformação educacional, social, cultural e tecnológica. Isso é alcançado por meio da renovação das práticas de ensino, promovendo a disseminação da filosofia *learning by doing* por meio de projetos multidisciplinares e do ensino híbrido. As atividades dos laboratórios estão alicerçadas nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, alinhando-se à perspectiva da Educação 4.0 e ao protagonismo dos estudantes. Com início em 2018 e consolidação em 2020, o Câmpus Ceres implantou a Fábrica de Software, um órgão complementar vinculado à Gerência de Pesquisa e Extensão, com atribuições técnico-científicas relacionadas ao desenvolvimento e à sustentação de software para apoio a atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Sua atribuição abrange o planejamento, a gestão, a operação, a manutenção e a evolução de um ambiente tecnológico adequado para a produção e a sustentação de software de alta qualidade.

No desenvolvimento de tecnologias inovadoras, o IF Goiano conta com o Polo de Inovação, que foi idealizado em 2014 com a criação da Rede Arco Norte, projeto do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Embrapa e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para o desenvolvimento tecnológico da região do Arco Norte. Em Rio Verde, foi estabelecido o Polo de Inovação em Agrocombustíveis, renomeado posteriormente para Polo de Inovação em Bioenergia e Grãos. Em 2017, uma proposta de credenciamento à Embrapii foi elaborada e aprovada, destacando laboratórios, pesquisadores e parcerias. Em fevereiro de 2018, com a criação da Unidade Embrapii de Tecnologias Agroindustriais, o MEC autorizou o funcionamento do Polo de Inovação em Rio Verde como unidade administrativa do IF Goiano (Embrapii, c2023).

Atualmente, o Polo Embrapii do IF Goiano conduz projetos de PD&I e presta serviços tecnológicos nas áreas de agricultura e agroindústria, em colaboração com empresas do setor. Acerca disso, ressalta-se que os projetos de PD&I voltados para tecnologias de manejo agrícola e para processamento e armazenamento de grãos podem ser executados conforme o modelo Embrapii (IF Goiano, 2018).

Outro marco significativo foi a inauguração do Centro de Excelência em Agricultura Exponencial (Ceagre), criado em 2020 a partir da colaboração entre o IF Goiano, a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Goiás (Fapeg), o estado de Goiás e a prefeitura de Rio Verde. Esse centro tem como objetivo principal o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias avançadas no campo, com o propósito de otimizar a gestão de safras e a agropecuária para produtores de diferentes portes e para toda a cadeia do agronegócio no estado (Goiás, 2020).

Com base em novas abordagens inovadoras, a agricultura exponencial, conceito promovido pelo Ceagre, refere-se à aplicação de inovações tecnológicas na cadeia do agronegócio, visando a um crescimento exponencial na geração de valor. À medida que novas soluções inovadoras surgem, o Centro utiliza tecnologias como Internet das Coisas (IoT), Big Data, Sistemas Ciberfísicos (CPS) e outras ferramentas voltadas para o Agro 4.0, procurando transformar e modernizar práticas agrícolas e agropecuárias (Ceagre, 2023).

Localizado no sudoeste goiano, na cidade de Rio Verde/GO, o Ceagre também se estenderá para o leste do estado, em Cristalina/GO. Essas regiões foram escolhidas por sua importância estratégica para o desenvolvimento da agricultura em Goiás. Explorando novas fronteiras da inovação, o Ceagre se posiciona como líder na integração entre academia, governo e cadeia produtiva do agronegócio, fortalecendo as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação no estado (Goiás, 2020).

Nesse mesmo período, foi inaugurado o Parque Tecnológico do IF Goiano, evidenciando o compromisso da Instituição com a inovação e o desenvolvimento regional. Aprovado pelo governo estadual, o Parque está credenciado no Programa Goiano de Parques Tecnológicos (PGTec). Instalado em Rio Verde/GO, tem o objetivo de fomentar a inovação por meio de um ambiente compartilhado entre pesquisadores do IF Goiano e empresas que promovem pesquisa, desenvolvimento e inovação (Goiás, 2019). O Parque está localizado em uma área de 100 mil metros quadrados, às margens da Rodovia GO-174, cujas obras estão em andamento. Desde sua implantação, o Parque Tecnológico foi idealizado como um espaço onde ciência, tecnologia e inovação se encontram para promover o progresso econômico e social, simbolizando a união entre a academia, o setor produtivo e a comunidade.

No âmbito das estratégias inovadoras emergentes, o IF Goiano implementou o Centro de Excelência em Bioinsumos (Cebio) em 2022. Esse projeto, financiado pela Fapeg, tem o objetivo de fortalecer o Programa Estadual de Bioinsumos, lançado pela Secretaria de estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (Seapa), e está alinhado com o Programa Nacional de Bioinsumos do Ministério da Agricultura e Pecuária (Cebio, 2024; IF Goiano, 2024; Goiás, 2024). Nessa perspectiva, as estratégias inovadoras surgem a partir da demanda crescente do agronegócio em Goiás e no Brasil por insumos de base biológica capazes de gerar mais sustentabilidade para a agricultura. O Centro está estruturado em três Unidades de Referência em Bioinsumos (URB) e dez Unidades de Transferência de Tecnologia (UTT), localizadas em vários câmpus do IF Goiano e em câmpus de instituições parceiras (Cebio, 2024).

Como um ambiente rico em oportunidades para o desenvolvimento de competências profissionais e científicas, catalisador de inovação e empreendedorismo, o IF Goiano mantém também empresas juniores e laboratórios especializados, além de desenvolver parcerias com a indústria, o comércio, a prestação de serviços e organizações sociais, bem como outros mecanismos de fortalecimento das atividades.

Tais parcerias ampliam ainda mais o alcance das iniciativas do IF Goiano. São colaborações que proporcionam recursos e expertise adicional e criam oportunidades para projetos interdisciplinares que atendem às necessidades reais do mercado e da sociedade. A interação contínua com esses parceiros fortalece os arranjos produtivos locais, regionais e nacionais, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

O IF Goiano se destaca na oferta de pós-graduação *stricto sensu* no interior de Goiás, com discentes de diferentes regiões do Brasil, que ingressam semestralmente nos programas da modalidade acadêmica e profissional (Quadro 1). A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação é sediada na capital, Goiânia/GO, e os mestrados e doutorados são distribuídos nas diferentes regiões do estado. Os cursos, recomendados e fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), têm conceitos que variam de três a cinco.

QUADRO 1

Programas de pós-graduação do IF Goiano

Programas de Pós-Graduação	Linhas de Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Agroquímica (mestrado e doutorado)	• Agroquímica orgânica • Agroquímica ambiental
Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação (mestrado)	• Conservação de recursos naturais
Programa de Pós-Graduação em Zootecnia (mestrado)	• Sustentabilidade e produção de não-ruminantes • Sustentabilidade e produção de ruminantes
Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias – Agronomia (mestrado e doutorado)	• Tecnologias sustentáveis em sistemas de produção e uso do solo e água e fisiologia • Bioquímica e pós-colheita de produtos vegetais
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Aplicada e Sustentabilidade (mestrado)	• Tecnologia e ciência dos materiais • Eficiência energética e sustentabilidade
Programa de Pós-Graduação em Administração (mestrado)	• Estratégia e inovação organizacional • Gestão no agronegócio
Programa de Pós-Graduação em Bioenergia e Grãos (mestrado)	• Produção de culturas bioenergéticas • Sanidade de culturas bioenergéticas
Programa de Pós-Graduação em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado (mestrado)	• Conservação do Cerrado e tecnologias ambientais
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) (mestrado)	• Gestão e organização do espaço pedagógico em EPT • Práticas educativas em EPT
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica (mestrado)	• Metodologias de ensino e tecnologias • Atuação docente e educação para a cidadania
Programa de Pós-Graduação em Irrigação no Cerrado (mestrado)	• Tecnologias de irrigação
Programa de Pós-Graduação em Olericultura (mestrado)	• Sistemas de produção em olerícolas • Manejo fitossanitário em olerícolas
Programa de Pós-Graduação em Proteção de Plantas (mestrado)	• Manejo de pragas, doenças e plantas daninhas
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia de Alimentos (mestrado)	• Caracterização, desenvolvimento e inovação de produtos de origem animal • Inovação e desenvolvimento de produtos a partir de frutos nativos, com ênfase em frutos do Cerrado • Pós-colheita e processamento de grãos e vegetais

Fonte: Elaboração própria.

Os Programas do IF Goiano têm forte inserção nacional e internacional e contam com vários docentes permanentes que possuem bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) e de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT). Ademais, o IF Goiano tem sido destaque na aprovação de projetos na Fapeg, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Nesse contexto, citam-se os fomentos para a tradução e a tramitação dos artigos científicos em periódicos de elevado fator de impacto no contexto mundial.

Com efeito, a história de inovação do IF Goiano é marcada pelo olhar atento dos gestores, que identificam oportunidades e proporcionam a liderança necessária para criar um ambiente propício ao desenvolvimento, direcionam esforços com sabedoria e incentivam uma cultura de experimentação e criatividade, sempre buscando o melhor para a Instituição e para a comunidade.

CONTRIBUIÇÕES DO IF GOIANO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E EDUCACIONAL

Em relação às condições socioeconômicas de cada município onde o IF Goiano tem abrangência, denota-se a capacidade institucional de estabelecer orientações acerca da construção populacional anexa a oportunidades de educação, trabalho e rendimento. Conforme afirmado anteriormente, o IF Goiano, em seus 12 câmpus espalhados por todo o estado de Goiás, depara-se com as mais diversas realidades sociais e educacionais, em regiões que apresentam baixos Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com a sua atuação, a Instituição promove a inclusão social e contribui para o desenvolvimento do estado (Silva *et al.*, 2024).

Nesse contexto, por exemplo, o Câmpus Campos Belos tem oportunizado ensino, pesquisa e extensão à comunidade do município onde está situado, que contava em 2022, conforme IBGE Cidades (c2024a), com uma população total de 18.108 habitantes, contabilizando, quanto aos potenciais de trabalho e rendimento em 2021, o salário médio mensal de 1,8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 12,63%.

Na comparação com outros municípios do estado de Goiás, Campos Belos/GO apresenta o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): 0,692 (Pnud, c2024). O Câmpus atende às comunidades dos municípios de Arraias/TO, Aurora do Tocantins/TO, Cavalcante/GO, Combinado/TO, Divinópolis de Goiás/GO, Lavandeira/TO, Monte Alegre de Goiás/GO, Novo Alegre/TO, São Domingos/GO e Teresina/GO, viabilizando a qualificação da mão de obra local por meio dos cursos técnicos (Administração, Agropecuária e Informática para Internet) e de graduação (Administração e Zootecnia). Anteriormente, toda a população precisava se deslocar para Goiânia/GO, Brasília/DF ou Palmas/TO para se qualificar, o que era difícil, tendo em vista as condições econômicas comprovadas por meio do IDHM.

O município de Catalão/GO tem uma população de 114.427 habitantes, de acordo com dados do Censo 2022, gerando, em seu contexto regional, um potencial salarial de 2,8 salários mínimos e indicando uma correlação entre pessoas ocupadas e a população em geral de 29,03% (IBGE Cidades, c2024b). O IDHM de 2010 foi de 0,766 (Pnud, c2024). O Câmpus tem abrangência relacionada com os demais municípios, como Campo Alegre de Goiás/GO, Cumari/GO, Davinópolis/GO, Goiandira/GO, Ipameri/GO, Nova Aurora/GO, Ouvidor/GO e Três Ranchos/GO, ou seja, nove municípios, incluindo Catalão/GO, perfazendo um aglomerado significativo com foco na área de mineração, predominante na economia local.

Quanto ao município de Ceres/GO, segundo dados do Censo 2022, a população era de 22.046 habitantes, com o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,2 salários mínimos e a taxa de ocupação da população de 39,86% (IBGE Cidades, c2024c). Segundo dados do Censo 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 0,5 salário mínimo era de 30,5%, o que revela uma condição de trabalho informal e de baixa remuneração. O IDHM de 2010 foi de 0,775 (Pnud, c2024). Além disso, ressalta-se que o Câmpus tem abrangência com os municípios de Barro Alto/GO, Carmo do Rio Verde/GO, Ceres/GO, Goianésia/GO, Guarinos/GO, Ipiranga de Goiás/GO, Itaguaru/GO, Itapaci/GO, Itapuranga/GO, Jaraguá/GO, Mara Rosa/GO, Nova Glória/GO, Porangatu/GO, Rialma/GO, Rianópolis/GO, Rubiataba/GO, São Luiz do Norte/GO, São Patrício/GO, Uruaçu/GO e Uruana/GO, totalizando

20 municípios circunvizinhos. No município, as principais atividades econômicas são a agricultura – milho, soja e arroz – e pecuária de corte.

De acordo com dados do Censo 2022, Cristalina/GO tinha uma população de 62.337 habitantes, registrando o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos e a população ocupada de 26,17% (IBGE Cidades, c2024d). O IDHM de 2010 foi de 0,699 (Pnud, c2024). O município limita-se com Cidade Ocidental/GO, Ipameri/GO e Luziânia/GO. Embora sua base econômica esteja concentrada na exploração e na exportação de produtos minerais, segundo dados da prefeitura, o município também se destaca no cenário do plantio de diferentes culturas. Além de empregar mão de obra manual nas colheitas, apresenta inúmeras oportunidades de trabalho em nível superior, como na Agro-nomia, Zootecnia, Administração e Engenharia Civil. Essa demanda por capacitação pode ser suprida pelo IF Goiano/Câmpus Cristalina.

O município de Hidrolândia/GO tinha, em 2022, uma população estimada de 27.742 pessoas, com renda média mensal de empregados formais de 2,1 salários mínimos e o índice de ocupação laboral de 25,15% (IBGE Cidades, c2024e). Em 2021, o IDHM relativo ao ano de 2010 foi de 0,706 (Pnud, c2024). Limita-se com os municípios circunvizinhos de Aparecida de Goiânia/GO, Bela Vista de Goiás/GO, Goiânia/GO, Piracanjuba/GO e Professor Jamil/GO. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 1,1 milhão, sendo que 59,1% do valor adicionado provém dos serviços, 18,6% da indústria, 11,7% da Administração Pública e 10,6% da agropecuária. Na cidade, atuam grandes distribuidoras e há uma produção agropecuária diversificada, com destaque para a jabuticaba, cuja colheita é a maior do país.

Em 2022, segundo dados do censo, havia em Ipameri/GO 25.548 habitantes, contabilizando a renda média mensal dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos, com uma população ocupada na faixa de 20,41% (IBGE Cidades, c2024f). O IDHM de 2010 foi de 0,701 (Pnud, c2024). Seus limites territoriais aproximam-se de Campo Alegre/GO. As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a pecuária. O comércio na região é variado e passou por um recente processo de industrialização a partir das agroindústrias.

Iporá/GO tinha em 2022 uma população de 35.684 habitantes, segundo dados do Censo (IBGE Cidades, c2024g), registrando o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,2 salários mínimos, com

população ocupada em 21,92%. O IDHM em 2010 foi de 0,743 (Pnud, c2024). São limítrofes com a região os seguintes municípios: Amorinópolis/GO, Arenópolis/GO, Caiapônia/GO, Diorama/GO, Doverlândia/GO, Israelândia/GO, Ivolândia/GO, Jaupaci/GO, Jussara/GO, Moiporá/GO, Montes Claros de Goiás/GO, Montividiu/GO, Palestina de Goiás/GO, Paraúna/GO, Piranhas/GO, Rio Verde/GO e São Luís de Montes Belos/GO. A economia local se concentra basicamente na pecuária e produção baseada na agricultura familiar.

De acordo com o último Censo, Morrinhos/GO registrava 51.351 habitantes em 2022, com a média salarial mensal dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos e o percentual de população ocupada de 26,51% (IBGE Cidades, c2024h). Em 2021, IDHM em 2010 era de 0,734 (Pnud, c2024). O município faz limite com Água Limpa/GO, Aloândia/GO, Buriti Alegre/GO, Caldas Novas/GO, Goiatuba/GO, Joviânia/GO, Marzagão/GO, Piracanjuba/GO, Pontalina/GO, Professor Jamil/GO e Rio Quente/GO. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CodeGO), Morrinhos/GO tem localização estratégica, a 127 quilômetros de Goiânia/GO, e é uma referência para as cidades vizinhas. A agropecuária é responsável por 53% da geração municipal de divisas, mas o setor industrial tem crescido nos últimos anos. O distrito agroindustrial da cidade conta com área de 1,4 milhão de metros quadrados e abriga empresas dos ramos de alimentos, agronegócio, materiais plásticos e construção civil. Desse modo, agricultura é o principal motor econômico do município, no entanto o comércio, os serviços e a indústria também têm papel importante para a economia local e regional.

O município de Posse/GO está localizado no nordeste goiano e sua população é de 34.914 habitantes, conforme o último censo, registrando, em 2022, a renda média mensal dos trabalhadores formais de 1,8 salários mínimos e o percentual de população ocupada de 20,63% (IBGE Cidades, c2024i). O IDHM de 2010 foi de 0,659 (Pnud, c2024). Seus limites municipais são com Alvorada do Norte/GO, Buritinópolis/GO, Damianópolis/GO, Divinópolis de Goiás/GO, Flor de Goiás/GO, Guarani de Goiás/GO, Iaciara/GO, Mambai/GO, Nova Roma/GO, Simolândia/GO e Sítio D'Abadia/GO. A economia é baseada no setor de serviços, na administração pública (28,3%), na agropecuária (9,8%) e na indústria (8,8%), de acordo com os dados da CodeGO (2024).

O município de Rio Verde/GO tinha, em 2022, população declarada no último censo de 225.696 pessoas, com uma média salarial de 2,4 salários mínimos com relação aos trabalhadores formais, o que corresponde a uma população ocupada de 37,22% (IBGE Cidades, c2024j). O IDHM para o Censo 2010 foi de 0,754 (Pnud, c2024). Os municípios em sua circunvizinhança são: Acreúna/GO, Aparecida do Rio Doce/GO, Cachoeira Alta/GO, Caiapônia/GO, Castelândia/GO, Jataí/GO, Maurilândia/GO, Montividiu/GO, Paraúna/GO, Quirinópolis/GO, Santa Helena de Goiás/GO, Santo Antônio da Barra/GO, São Simão/GO e Turvelândia/GO. De acordo com dados da prefeitura, o município tem como pilar econômico o agronegócio, com destaque para as agroindústrias (Rio Verde, c2024). Também é conhecido como o maior produtor de proteína animal do Brasil, tem o segundo maior PIB agropecuário brasileiro e é o terceiro município que mais produz grãos no país, além de ser o maior exportador do estado de Goiás.

Em 2022, a população do município de Trindade/GO era de 142.431 habitantes, registrando a renda média mensal dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos e uma população ocupada de 15,36% (IBGE Cidades, c2024k). Seu IDHM em 2010 era de 0,699 (Pnud, c2024). Os municípios limítrofes são: Abadia de Goiás/GO, Aparecida de Goiânia/GO, Avelinópolis/GO, Campestre de Goiás/GO, Caturai/GO, Claudinápolis/GO, Goiânia/GO, Goianira/GO, Guaporé/GO, Nazário/GO, Palmeiras de Goiás/GO e Santa Bárbara de Goiás/GO. O município se destaca pela diversificação da base econômica, além do setor religioso, das indústrias, do comércio e da agricultura, que desempenham papéis significativos na economia local.

Em 2022, o município de Urutaí/GO tinha população de 3.553 habitantes, registrando o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 4,2 salários mínimos e uma população ocupada de 23,59%, com percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 0,5 salário mínimo segundo o Censo de 2010, o que equivale a 33,8% (IBGE Cidades, c2024l). O IDHM em 2010 foi de 0,732 (Pnud, c2024). Seu limite territorial faz divisa com os municípios de Campo Alegre de Goiás/GO, Catalão/GO, Cristalina/GO, Cumari/GO, Distrito Domiciano Ribeiro/GO, Goiandira/GO, Ipameri/GO, Luziânia/GO, Orizona/GO, Palmelo/GO, Pires do Rio/GO, Santa Cruz de Goiás/GO,

Silvânia/GO e Vianópolis/GO. De acordo com dados do Observatório do Turismo de Goiás, a base econômica do município de Urutai/GO está apoiada na agricultura familiar e na pecuária (Goiás, 2021).

A Figura 4 demonstra a espacialização dos diferentes câmpus do IF Goiano.

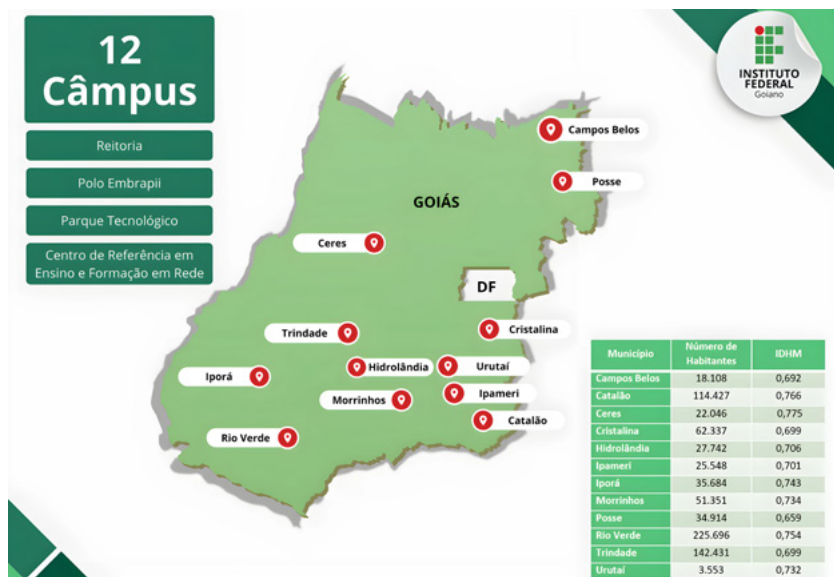


Figura 4. Distribuição dos câmpus do IF Goiano no estado de Goiás e os respectivos números de habitantes e IDHM

Fonte: Elaboração própria.

OS ATORES DA TRANSFORMAÇÃO EDUCACIONAL NO IF GOIANO

No cenário da educação pública brasileira, o IF Goiano surge como protagonista na formação técnica e tecnológica na Região Centro-Oeste do Brasil. São 12 câmpus responsáveis por formar cerca de 18.193 estudantes por ano. Mas o que está por trás dos números e dos resultados? Quem torna os indicadores realidade? No contexto das inovações revolucionárias, os servidores do IF Goiano se destacam como verdadeiros protagonistas dessa história. São eles que implementam novas tecnologias, desenvolvem metodologias avançadas e colaboram em projetos interdisciplinares que impulsionam o progresso.

Nesta seção, destacaremos os atores que contribuem para a construção da história e da identidade do IF Goiano, superando desafios constantes e multifacetados. Esses desafios abrangem desde a implementação das políticas públicas educacionais e a adaptação a elas até a valorização e o desenvolvimento dos profissionais da educação que compõem a Instituição.

Em março de 2024, o IF Goiano contava com 827 professores e 651 técnicos administrativos (TAEs), cada um desempenhando papel importante na formação dos estudantes e na condução das atividades acadêmicas e administrativas. São esses profissionais que, diariamente, enfrentam desafios, buscando soluções criativas e dedicando-se ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de iniciativas com impacto significativo na comunidade acadêmica e na sociedade como um todo. Suas histórias, experiências e contribuições individuais não apenas enriquecem, mas também definem a identidade do IF Goiano, evidenciando seu compromisso com a excelência educacional e a constante busca por inovação.

Os professores do IF Goiano, assim como os dos demais IFs, desenvolvem o trabalho docente nos níveis médio e superior, na pós-graduação e nos programas de formação inicial e continuada de professores, atuando na relação indissociável do tripé: ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o Plano de Carreiras do Ensino Básico Federal, com base na Lei n. 12.772/2012 e na Lei n. 12.863/2013 (Brasil, 2012, 2013). Nesse contexto, conforme pontua Paniago (2023a), os professores têm uma jornada de intenso trabalho no ensino verticalizado na Instituição, que abrange desde o ensino médio à pós-graduação. Esse fato cria possibilidades significativas para o trabalho docente, uma vez que a atuação multifacetada pode promover aprendizagens diversas que transcendem sua área epistemológica do saber e buscam aprender a aprender (Paniago, 2023a, p. 22). Além da intensa jornada referente à pesquisa, ao ensino e à extensão, os docentes realizam outras atividades – em comissões, conselhos etc. –, o que provoca tanto a intensificação do trabalho docente quanto o mal-estar em seu desenvolvimento pessoal e profissional (Paniago, 2021, 2023a). Nesse sentido, em pesquisa sobre o trabalho docente no IF Goiano,

Nunes (2023) argumenta que a sua organização educativa intensifica as ações destinadas ao trabalho docente,

na medida em que são esperados que estes/as atuem em diferentes níveis e modalidades de ensino da Instituição, na tríade ensino-pesquisa-extensão e na gestão institucional, com vistas ao desenvolvimento de práticas tecnológicas inovadoras na Instituição, associadas conforme a lógica do mercado de trabalho (Nunes, 2023, p. 245).

Em tal cenário, os TAEs também exercem várias funções importantes para o funcionamento do IF Goiano. Eles são responsáveis pelos setores administrativos, laboratórios, bibliotecas, manutenção da infraestrutura, apoio pedagógico, participação em atividades de comissão, dentre outras, sendo fundamentais para a realização das atividades acadêmicas. Além disso, os TAEs participam dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, que são importantes para toda a comunidade acadêmica. O Quadro 2 apresenta a distribuição do número de servidores por câmpus e unidades do IF Goiano no período entre 2021 e 2024.

QUADRO 2
Distribuição do quantitativo de servidores por câmpus e unidades

Nome do Câmpus	Total de Servidores 2021	Total de Servidores 2022	Total de Servidores 2023	Total de Servidores 2024
Câmpus Avançado Catalão	30	32	34	39
Câmpus Avançado Hidrolândia	29	31	32	40
Câmpus Avançado Ipameri	31	31	32	36
Câmpus Campos Belos	60	57	53	60
Câmpus Ceres	177	173	179	198
Câmpus Cristalina	33	38	38	40
Câmpus Iporá	126	124	121	130
Câmpus Morrinhos	153	154	155	165
Câmpus Posse	57	58	53	62
Câmpus Rio Verde	250	244	244	261
Câmpus Trindade	79	91	80	89
Câmpus Urutai	222	212	216	239
Reitoria	133	133	120	117

Fonte: Adaptado de IF Goiano (2024, p. 56) e de Silva et al. (2024).

Além dos números de docentes e TAEs, é importante ressaltar o nível de qualificação dos servidores que atuam no IF Goiano. Os professores possuem pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, incluindo, ainda, a experiência prática em suas áreas de especialização, o que contribui para um ensino de alta qualidade, em consonância com as necessidades do mundo do trabalho e da comunidade local. Apesar do número expressivo de servidores, especialmente professores, com qualificação em cursos de mestrado e doutorado em diversas áreas de conhecimento, Paniago (2023b) faz um alerta que merece atenção, sinalizando que essas formações são em áreas específicas, ausentes de formação pedagógica. Assim, muitos professores possuem amplo conhecimento e realizam pesquisas em áreas específicas; contudo, carecem de experiência na docência ou da formação pedagógica necessária para articular saberes que os capacitem a atuar no ensino verticalizado na educação profissional e tecnológica (EPT).

Nesse contexto, de modo geral, os servidores administrativos são capacitados para oferecer suporte eficiente e qualificado, garantindo o bom funcionamento das atividades institucionais e o atendimento adequado aos estudantes. Essa qualificação é fundamental para a missão do IF Goiano de promover a educação profissional, científica e tecnológica com inclusão social e desenvolvimento regional. Além disso, o IF Goiano implementa uma série de políticas e programas internos voltados para o aprimoramento profissional de seus servidores. Entre as principais iniciativas, destacam-se os programas de desenvolvimento profissional dos servidores do IF Goiano, como o Programa Institucional de Qualificação de Servidores (PIQ), o programa de treinamento de curta duração, a licença para capacitação, o afastamento para cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e, por fim, o reembolso para cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. O Quadro 3 apresenta os principais programas e políticas internas para o desenvolvimento de carreira e a capacitação dos servidores no IF Goiano.

QUADRO 3

Programas e políticas internas para o desenvolvimento de carreira e a capacitação dos servidores do IF Goiano

Programas de Desenvolvimento Profissional dos Servidores do IF Goiano	Estimula a participação de servidores em diferentes modalidades de ações de desenvolvimento que possam contribuir para a melhoria da sua eficiência e para a qualidade dos serviços prestados, conforme legislações vigentes, estabelecendo concessões de licenças, afastamentos, bolsas e reembolso.
Programa Institucional de Qualificação de Servidores (PIQ) do IF Goiano	Objetiva viabilizar a formação, em nível de pós-graduação stricto sensu, do quadro de pessoal permanente da Instituição.
Programa de Qualificação de Curta Duração	Objetiva estimular a participação dos servidores em cursos que não sejam disciplinas/módulos de educação formal (ensino técnico, graduação, especialização lato sensu e stricto sensu).
Licença para Capacitação	Permite ao servidor, após cada quinquênio de efetivo exercício, com base no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar de curso de capacitação profissional.
Afastamento para cursos de pós-graduação stricto sensu mestrado, doutorado e pós-doutorado	Permite que o/a servidor/a possa se afastar de suas atividades para realização de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado, doutorado e pós-doutorado).
Reembolso para cursos de graduação e pós-graduação lato sensu	Tem a finalidade de ressarcir o servidor por meio de reembolso para cursos de graduação e pós-graduação lato sensu.

Fonte: Adaptado de Silva *et al.* (2024).

Além dessas ações, ressalta-se a Pós-Graduação em Formação Pedagógica, ofertada pelo IF Goiano para os servidores que não possuem formação em licenciatura, sobretudo os professores, a fim de atender às necessidades pedagógicas e administrativas, bem como às legislações que tratam da formação docente para a EPT: Resoluções CNE/CP n. 6/2012, n. 1/2021 e CNE/CP n. 1/2022 (Brasil, 2012, 2021, 2022). Ademais, conforme o PDI (2024), o IF Goiano planeja melhorar o acompanhamento da saúde dos servidores, aperfeiçoar o processo de ingresso de novos servidores, realizar ações institucionais de reconhecimento e valorização em diferentes níveis e formas pela participação efetiva dos servidores, destacando-se tanto institucionalmente quanto socialmente (Silva *et al.*, 2024). Também estão previstas ações artístico-culturais voltadas para os servidores. Outras ações planejadas incluem a integração e aproximação da Reitoria com os câmpus, o combate e enfrentamento

aos assédios, melhorias nas estruturas físicas de trabalho e a construção de espaços de bem-estar, além de promover ações para grupos minoritários (mulheres, negros e LGBTQIAPN+).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, com este capítulo, apresentar o papel do IF Goiano como organização educativa integrada à RFEPCT, com o intuito de sinalizar aspectos relevantes, como marcos históricos, políticas, educacionais e inovações pedagógicas. Não temos dúvidas de que o IF Goiano é um exemplo de como a educação pode ser uma força transformadora na vida dos indivíduos e das comunidades, conforme defendia Freire (2005, 2006).

Com uma oferta educativa em diversos níveis e modalidades de ensino, o IF Goiano tem impactado profundamente os municípios onde seus câmpus estão localizados e suas regiões circunvizinhas, promovendo desenvolvimento integral, que envolve conhecimentos, valores e habilidades.

O IF Goiano valoriza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando uma formação integral que capacita os estudantes a enfrentar os desafios contemporâneos. Fundamentada nos pilares educacionais, a busca incessante por qualidade e relevância social no ensino do IF Goiano é um diferencial. Não se trata apenas de transmitir conhecimentos técnicos, o objetivo é formar indivíduos capazes de problematizar, compreender e transformar a realidade em que vivem. Com efeito, por meio da integração do tripé ensino, pesquisa e extensão, o IF Goiano contribui significativamente para sua missão de “ofertar educação profissional, científica e tecnológica de excelência para a formação integral cidadã e desenvolvimento da sociedade” (Silva *et al.*, 2024, p. 23), preparando os estudantes para as demandas do mundo do trabalho contemporâneo.

Nos processos educacionais ofertados pelo IF Goiano, a relação ensino-aprendizagem constitui-se de modo a integrar saberes teórico-práticos, rompendo com a dicotomia entre formação técnica e formação humana. Essa relação vai ao encontro dos pilares educacionais definidos por Delors (2003), aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, bem como da educação como prática de liberdade, defendida por Freire (2005, 2006), em que a educação transforma as pessoas, e elas transformam o mundo e o contexto em que vivem. Assim,

a função da educação e do ensino abrange mais do que a formação técnica dos estudantes. A Instituição promove uma educação que é, antes de tudo, um direito social, preparando os jovens para a vida em sociedade e promovendo uma capacidade crítica e reflexiva essencial para a construção de uma democracia participativa. Desse modo, rompe-se com a visão instrumental da educação, oferecendo uma formação que integra saberes teóricos e práticos, técnicos e humanos, preparando os estudantes para serem cidadãos completos. Esse compromisso com a educação integral e a transformação social faz do IF Goiano uma referência em educação. Seus egressos saem capacitados para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, com uma visão crítica e transformadora do mundo.

A pesquisa é outro elemento central no IF Goiano, considerada essencial para a construção de saberes significativos. De acordo com o PDI 2024-2008, a pesquisa é orientada como princípio pedagógico e se alinha ao ideário de Demo (1996), que defende que os professores precisam ser pesquisadores. Ao considerar essa perspectiva, esse enfoque permite que a prática docente seja constantemente renovada e questionada, promovendo uma educação crítica, inovadora e emancipadora. À luz das relações estabelecidas, nota-se que a pesquisa não se limita à formação de profissionais técnicos, mas visa, sobretudo, à formação de cidadãos capazes de intervir de maneira ética e responsável em sua realidade. A produção de conhecimento inovador é uma alavanca para a intervenção social, promovendo o desenvolvimento de competências humanas com qualidade formal e política. Nesse contexto, a pesquisa assume papel emancipatório, capacitando os indivíduos a questionarem o status quo e a buscarem soluções para os desafios que enfrentam. Para tanto, o IF Goiano possui políticas e programas que promovem a inserção dos estudantes em pesquisa, com a realização de projetos que exploram a inovação tecnológica nos vários laboratórios dos câmpus.

A extensão é o terceiro pilar do IF Goiano, possibilitando uma interação direta e dialógica entre a Instituição e a sociedade. Ela busca romper com a visão tradicional da educação como um processo unilateral, promovendo uma construção coletiva do saber, em que os estudantes são protagonistas de seu próprio processo educativo. Sob essa ótica, por intermédio das ações extensionistas, o IF Goiano leva o conhecimento produzido na academia para a sociedade, aplicando-o em contextos

reais e proporcionando soluções para os problemas locais. Esse processo beneficia as comunidades e enriquece a formação dos estudantes, que aplicam o que aprenderam em situações práticas. Assim, a extensão fortalece a conexão entre teoria e prática, preparando os estudantes para serem agentes de mudança em suas realidades.

Os servidores do IF Goiano, conscientes de seu papel transformador, atuam como mediadores do conhecimento, e o ensino não se limita às paredes da sala de aula. A interação com a comunidade é promovida por meio de um diálogo constante que enriquece tanto estudantes quanto educadores. Dessa maneira, o processo dialógico amplia o alcance da educação, fazendo com que ela seja sentida em toda a sociedade. Evidentemente, a lógica singular da organização educativa do IF Goiano – assim como nos demais IFs, como as únicas instituições públicas no Brasil que ofertam todos os níveis da educação escolar brasileira, conforme o proposto na Lei n. 9.394/1996, do ensino médio à pós-graduação – gera impactos no desenvolvimento profissional dos servidores, visto que a eles são atribuídas várias exigências, desde as relações de ensino, pesquisa e extensão nos diversos níveis, até a atuação em comissões, gestão e conselhos, fato que intensifica o trabalho tanto dos técnicos administrativos quanto dos professores. Em tal contexto desafiador, o trabalho dos servidores da EPT merece ser valorizado, com o reconhecimento de suas amplas possibilidades e complexidades, exigindo, para tanto, políticas específicas que assegurem condições de trabalho e aprimoramento profissional.

Finalmente, o IF Goiano transforma! Essa transformação ressoa profundamente na trajetória dos estudantes, que emergem como profissionais de excelência e cidadãos conscientes, preparados para enfrentar e moldar a realidade ao seu redor. Para os servidores, o IF Goiano representa um ambiente de constante inovação e crescimento, onde cada dia é uma oportunidade para contribuir de maneira significativa para a sociedade. Para a comunidade, a produção de conhecimento se traduz em melhorias tangíveis e em um futuro mais promissor. O IF Goiano faz mais do que transmitir conhecimento: acende paixões, desperta potenciais e constrói sonhos. Em cada ação, reforça seu compromisso com a justiça social, inclusão e sustentabilidade, iluminando o caminho para um amanhã mais justo e equitativo para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília/DF: MEC, 2007.

BRASIL. *Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB n. 6, de 20 de setembro de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília/DF, 2012.

BRASIL. *Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal [...]. Brasília/DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12772.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 12.863, de 24 de setembro de 2013*. Altera a Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal [...]. Brasília/DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12863.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/DF, 2021.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 1, de 6 de maio de 2022*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNMFormação). Brasília/DF, 2022.

CEAGRE (Centro de Excelência em Agricultura Exponencial). *Quem somos*. Rio Verde: Ceagre, 2023. Disponível em: <https://www.ceagre.com.br/> Acesso em: 30 jul. 2024.

CEBIO (Centro de Excelência em Bioinsumos). *Quem somos*. Goiânia: Cebio, 2024. Disponível em: <https://cebiobrasil.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CODEGO (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás). *Economia*. Goiânia: CodeGO, 2024. Disponível em: <https://www.codego.com.br/economia/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

DELORS, J. *et al. Educação: um tesouro a descobrir*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: MEC/Unesco, 2003.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 1996.

EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. *Unidade de EMBRAPII de tecnologias agroindustriais*: IF Goiano. Goiânia: Embrapii, c2023. Disponível em: <https://embrapii.org.br/unidades/unidade-embrapii-de-tecnologias-agroindustriais-if-goiano/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 42 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOIÁS (Estado). *Aprovado Parque Científico-Tecnológico do IF Goiano*. Goiânia: Governo do Estado, 2019. Disponível em: <https://goias.gov.br/fapeg/aprovado-parque-cientifico-tecnologico-do-if-goiano/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

GOIÁS (Estado). *Governo de Goiás investe R\$ 15 milhões em centro de excelência de agricultura exponencial*. Goiânia: Governo do Estado, 2020. Disponível em: <https://goias.gov.br/governo-de-goias-investe-r-15-milhoes-em-centro-de-excelencia-de-agricultura-exponencial/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GOIÁS (Estado). *IF Goiano tem primeiro polo Embrapii de Goiás*. Goiânia: Governo do Estado, 2018. Disponível em: <https://goias.gov.br/fapeg/if-goiano-tem-primeiro-polo-embrapii-de-goias/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

GOIÁS (Estado). *Observatório do turismo do estado de Goiás*: boletim de dados do turismo em Goiás. Goiânia: IMB, 2021.

GOIÁS (Estado). *Site do Governo do estado de Goiás*. Nova biofábrica do Centro de Excelência em Bioinsumos é inaugurada em Cristalina. Goiânia: Governo do Estado, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/agricultura/nova-biofabrica-do-centro-de-excelencia-em-bioinsumos-e-inaugurada-em-cristalina/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Relação da População dos Municípios enviada ao TCU em 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/37734-relacao-da-populacao-dos-municipios-para-publicacao-no-tcu.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Campos Belos, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/campos-belos/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Catalão, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Ceres, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ceres/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Cristalina, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cristalina/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Hidrolândia, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/hidrolandia/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Ipameri, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024f. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipameri/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Iporá, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024g. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipora/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Morrinhos, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024h. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/morrinhos/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Posse, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024i. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/posse/panorama>. Acesso em 30 de jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Rio Verde, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024j. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Trindade, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, c2024k. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/trindade/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE CIDADES. *Panorama*: Urutai, Goiás, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2024l. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/urutai/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IF GOIANO (Instituto Federal Goiano). *Agência IF Goiano de Inovação Tecnológica*. Goiânia: IF Goiano, 2021a. Disponível em: <https://www.IF.Goiano.edu.br/home/index.php/nit/18935-agencia-if-goiano-de-inovacao-tecnologica.html>. Acesso em: 21 jul. 2024.

IF GOIANO (Instituto Federal Goiano). *Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)*. Goiânia: IF Goiano, 2021b. Disponível em: <https://IF.Goiano.edu.br/home/index.php/nit/2943-apresentacao.html>. Acesso em: 23 jul. 2024.

IF GOIANO (Instituto Federal Goiano). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*: 2019 a 2023. Goiânia: IF Goiano; Brasília/DF: MEC, 2018.

IF GOIANO (Instituto Federal Goiano). *Relatório de Gestão 2023*. Goiânia: IF Goiano, 2024.

IF GOIANO (Instituto Federal Goiano). Incubadora IF For Business conquista Cerne 1. *Últimas Notícias*, Rio Verde, 23 maio 2024. Disponível em: https://www.IF_Goiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias/25320-incubadora-if-for-business-conquista-cerne-2.html. Acesso em: 23 jul. 2024.

NUNES, P. G. *Desafios e possibilidades para a formação e ação docente dos professores dos Institutos Federais*. 2023. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade do Minho, Portugal. 2023.

OLIVEIRA, G. A.; RESENDE, O.; BERTOLLI, S. S. (org.). *MAPA do Brasil: entre trilhas históricas, memórias e normativas*. Brasília/DF: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Goiás: IF Goiano, 2022.

PACHECO, E. (org.). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Fundação Santillana: Moderna, 2011.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

PANIAGO, R. N. A formação docente para a metamorfose do ensino nos Institutos Federais: um direito assegurado ou cerceado nas políticas educacionais? *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 454-473, 2023a.

PANIAGO, R. N. Desafios e possibilidades enfrentados na atuação dos Formadores de Professores de um Instituto Federal. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 39, e84355, 2023b.

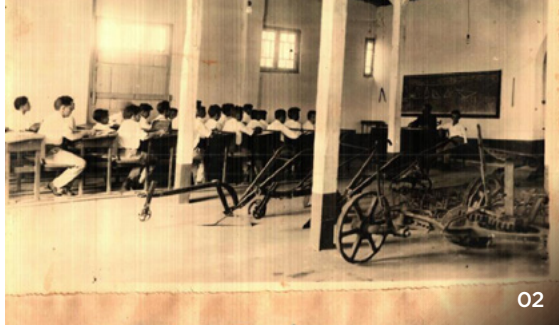
PANIAGO, R. N. Formação dos formadores para a docência nas licenciaturas dos Institutos Federais. *Educação em Revista*, v. 22, p. 199-216, 2021.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *IDHM Municípios 2010*. Brasília/DF: Pnud Brasil, c2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>. Acesso em: 11 out. 2024.

RIO VERDE. *Economia*. Rio Verde: Prefeitura de Rio Verde, 2024. Disponível em: <https://www.rioverde.go.gov.br/economia-cidade/>. Acesso em: 11 out. 2024.

SALUSTIANO, S. F.; PASSOS, H. S.; BÜCKER-NETO, L (org.). *IF for Business: o primeiro triênio da incubadora de empresas do IF Goiano – Câmpus Rio Verde*. Goiânia: IF Goiano, 2024.

SILVA, G. D. da; CARVALHO, R.; SANTANA, R. R. de; HONÓRIO, V. M. (org.). *Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Goiano (PDI IF Goiano) 2024-2028*. Goiânia: IF Goiano, 2024.







16



17

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Portal com identificação institucional da Escola Agrícola de Urutaí – excerto do relatório anual sobre as atividades da Instituição de 1958
- 02 Alunos em aula de Cultura Técnica da Escola Agrícola de Urutaí- excerto do relatório anual sobre as atividades da Instituição de 1958
- 03 Colégio Agrícola de Rio Verde em 1969
- 04 Antigo Colégio Agrícola em 1982
- 05 Formandos da turma de 1984 no Curso Técnico em Agropecuária da Escola Agrotecnica Federal de Rio Verde/GO (EAFRV)
- 06 Formandos da turma de 1987 da EAFRV
- 07 Turma de 1994 do Curso Técnico em Agropecuária da EAFRV
- 08 Aula inaugural do Doutorado em Ciências Agrárias – Agronomia em 2014
- 09 IF Goiano/Câmpus Ceres em 2016
- 10 Festa junina do IF Goiano/Câmpus Rio Verde em 2023
- 11 Verticalização no ensino no Câmpus Rio Verde em 2017 – do ensino técnico ao doutorado
- 12 Estudantes do Câmpus Rio Verde vencem 1ª etapa da Olimpíada Brasileira de Informática de 2019
- 13 Primeira incubadora de empresas do IF Goiano
- 14 Projeto Beija-flor contempla ciência e meio ambiente da Educação Infantil ao ensino superior
- 15 Trilha Ecológica Projeto Beija-flor do Câmpus Rio Verde
- 16 Projeto de produção de álcool em gel durante a pandemia de Covid-19 em 2020 no Câmpus Rio Verde
- 17 Sala de aula da Escola Agrícola de Urutaí em 1958

Fonte: Acervo institucional do IF Goiano.

RELATO HISTÓRICO- INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

IMPLANTAÇÃO, DESAFIOS E CONQUISTAS

ANDERSON MARTINS CORRÊA¹

AZENAIDE ABREU SOARES VIEIRA²

DEJAHYR LOPES JUNIOR³

ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO⁴

LUIS EDUARDO MORAES SINÉSIO⁵

VINÍCIUS VILLAS BOAS⁶

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atua como professor efetivo do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: anderson.correa@ifms.edu.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual Paulista, com estágio pós-doutoral na HAMK School of Professional Teacher Education, atua como professora e pesquisadora do IFMS. E-mail: azenaide.vieira@ifms.edu.br.

³ Doutor em Educação pela UFMS, atua como professor do IFMS. Pesquisa na linha de práticas educativas por meio de produtos educacionais voltados para uma melhor compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem no âmbito da educação profissional e tecnológica (EPT) e da inclusão. E-mail: dejahyr.lopes@ifms.edu.br.

⁴ Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco, atua como professora e reitora do IFMS (2019-2027). E-mail: elaine.cassiano@ifms.edu.br.

⁵ Doutor em Educação pela UFMS, atua como professor do IFMS e do ProfEPT. Tem experiência na área de educação, pesquisando principalmente os seguintes temas: formação continuada, educação, sociedade, prática pedagógica, currículo, esporte, lazer e gestão escolar. E-mail: luis.sinesio@ifms.edu.br.

⁶ Graduado em Comunicação Social pela UFMS, atua como jornalista e chefe da Assessoria de Comunicação Social do IFMS. É cocriador da marca de 10 anos dos Institutos Federais e coautor da Política de Comunicação do Conif. É presidente do Comitê de Gestores da Comunicação da Rede Federal. E-mail: vinicius.vieira@ifms.edu.br.

No cenário educacional contemporâneo, marcado por fluxos incessantes de informação e constantes transformações sociais, a história das instituições de ensino se revela como um mosaico dinâmico de narrativas e significados. O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), fundado em 2008, é um testemunho das complexidades e dos desafios da educação pública no Brasil do século XXI. Este relato explora a trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional e do IFMS, reconhecendo a fragmentação, a multiplicidade e a descentralização como características centrais da análise histórica.

Ao abordar a história do IFMS, é fundamental considerar a interação entre os diversos atores sociais, as políticas públicas educacionais e os contextos regionais que influenciaram sua criação e seu desenvolvimento. Além disso, a inserção do IFMS no contexto mais amplo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica será examinada, destacando as particularidades que conferem singularidade à sua trajetória.

Nesse contexto, a história do IFMS se apresenta como um espaço discursivo dinâmico, onde diversas vozes convergem para revelar as contradições, os progressos e os desafios que moldaram sua narrativa institucional. Dentro dessa trajetória, emergem práticas que podem ser interpretadas como exemplos de sucesso institucional, especialmente quando observadas por meio das realizações individuais que, em conjunto, ilustram o vasto potencial e as oportunidades proporcionadas pela Instituição.

Dessa forma, este relato pretende não apenas desvelar fatos históricos, mas também instigar reflexões sobre os sentidos e significados atribuídos ao IFMS ao longo de sua existência. Ao abraçar a complexidade e a diversidade inerentes à sua história, buscamos fomentar um diálogo aberto e crítico sobre as transformações educacionais em curso, bem como os desafios futuros para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

NOSSOS PRINCÍPIOS LEGAIS: LEI QUE CRIA OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A análise do percurso histórico de uma política pública requer a consideração dos marcos legais e dos textos políticos que dão forma a essa política. Por isso, é essencial apresentar a Lei n. 11.892/2008, que reestrutura a Rede Federal de Educação Profissional, criando os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), bem como o Decreto n. 2.208/1997 e n. 5.154/2004, que apresentam posições ora próximas, ora distintas quanto à significação atribuída, pelo texto legal, à formação integrada que constitui o principal eixo dos Institutos Federais (Brasil, 1997, 2004).

Nas últimas décadas, essa Rede Federal passou por um processo de reestruturação e expansão, sendo hoje composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 24 Escolas técnicas filiadas a Universidades Federais, uma universidade tecnológica (UTFPR) e o Colégio Pedro II. De acordo com dados retirados do site do Ministério da Educação, atualmente o Brasil tem 685 câmpus que mantêm a educação profissional e tecnológica, com aproximadamente 1,4 milhão de estudantes matriculados e investimentos em torno de R\$ 5,5 bilhões para a expansão e consolidação da Rede a partir de 2024 (Brasil, c2018). A Figura 1 apresenta a expansão das unidades dos Institutos Federais no decorrer da história no Brasil.

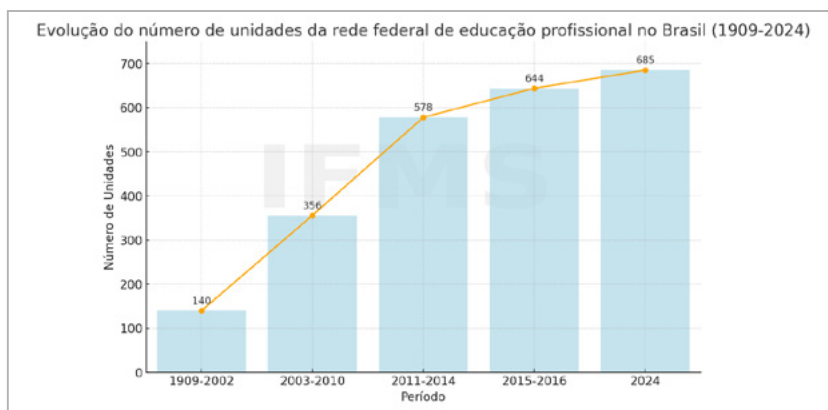


Figura 1. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar que os princípios orientadores dessa política foram estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN). A LDB não apenas define as diretrizes gerais para a educação no Brasil, mas também fornece o arcabouço legal que possibilitou a criação e a expansão dos Institutos Federais, integrando a formação técnica e profissional ao ensino médio (Brasil, 1996). Nesse contexto, entendemos como os fundamentos dessa legislação influenciaram

a estruturação dos IFs, garantindo que a educação profissional e tecnológica se alinhasse às demandas sociais e econômicas contemporâneas.

A LDB, portanto, não só institucionalizou a educação integrada como também consolidou a proposta de um ensino que prepara os estudantes de maneira abrangente, tanto para o mundo do trabalho quanto para o exercício pleno da cidadania. Traçar a história dos IFs sem considerar a LDB seria ignorar a base legal que assegura a sua missão educacional e a sua relevância no contexto da educação pública no Brasil.

No §2º do art. 1º, a LDB de 1996 estabelece que a educação escolar deve estar conectada ao mundo do trabalho e à prática social. Além disso, o art. 2º define, como um dos princípios e objetivos da educação nacional, a preparação do educando para o trabalho. No art. 40, que faz parte do Capítulo III, sobre a educação profissional, a LDB prevê que a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por meio de diferentes estratégias de educação continuada, seja em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho (Brasil, 1996).

Essa legislação aborda a questão da “articulação” entre o ensino regular e a educação profissional, que deve ocorrer em “instituições especializadas”, representadas à época pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Em 1997, o Decreto n. 2.208/1997 reformulou a educação profissional, em especial modificou o art. 40 da LDB/1996 ao determinar em seu art. 2º que “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou por diferentes estratégias de educação continuada, *podendo ser realizada em escolas do ensino regular*, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (Brasil, 1997, grifo nosso), ou seja, reafirmou a articulação já citada e possibilitou que a formação articulada acontecesse nas escolas regulares, ao mesmo tempo que a Portaria n. 646/1997 determinou que os Cefets deveriam priorizar o crescimento de matrícula no ensino profissional, deixando a formação acadêmica para as escolas regulares.

Segundo Oliveira e Carneiro (2013), esse decreto determinou a extinção da integração entre educação geral e profissional, a priorização das necessidades do mercado, o afastamento do Estado no custeio da

educação, bem como o fim da equivalência entre educação profissional e ensino médio.

Observa-se que o processo de criação e implementação das políticas públicas é frequentemente confuso, caótico, complexo, instável e, por vezes, contraditório (Ball, 2009). Parece-nos que o Estado revela contradições em sua gestão referente à relação entre educação e trabalho, especialmente a partir de 2003, com a nova gestão nacional, que criou o Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica para promover o debate sobre esse tema com a sociedade civil. O doutor em sociologia Moisés Domingos Sobrinho explora as diferenças ideológicas presentes na relação entre educação e trabalho durante esse período.

Enquanto no governo do líder tucano FHC a educação profissional e tecnológica foi encarada como mero fator econômico, por conseguinte, subjugada às necessidades do mercado e do mundo dos negócios, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa modalidade da educação vem sendo considerada fator estratégico não só para o desenvolvimento nacional, mas também para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros (Sobrinho, 2012, p. 4).

Em 2004, o Decreto n. 5.154/2004 foi instituído para regulamentar o ensino profissional, substituindo o Decreto n. 2.208/1997. Esse novo decreto representa uma tentativa legal de reintegrar o ensino regular com a educação profissional, restabelecendo a equivalência entre esses dois níveis de ensino e promovendo a forma de estudo “integrada”. Nesse modelo, os estudantes têm a oportunidade de cursar, simultaneamente, na mesma instituição, tanto o ensino médio quanto a educação profissional técnica de nível médio, além de outras formas de integração, seja de maneira concomitante ou subsequente. Esse decreto também restaurou para os Cefets a missão de atuar como “instituições especializadas” na promoção dessa articulação.

A partir de 2007, o Estado iniciou a reorganização da Rede Federal de Educação Tecnológica por meio do Decreto n. 6.095/2007, que estabeleceu diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológica, visando à criação dos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). No art. 3º, o decreto define que esse processo de integração deveria começar com a união voluntária dos Cefets,

Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrícolas Federais (EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais situadas em um mesmo estado. Esse documento destaca, entre outros objetivos dos IFs, a oferta prioritária de educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino regular, em uma possível tentativa de superar o dualismo entre a formação geral e a educação profissional no contexto educacional brasileiro.

Essa iniciativa foi consolidada pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que formalizou a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e instituiu os IFs. Conforme o art. 2º da lei, os IFs são caracterizados como instituições que oferecem educação em níveis superior, básico e profissional, operando em múltiplos câmpus e com currículos diversificados. Especializam-se na oferta de educação profissional e tecnológica em várias modalidades de ensino, integrando conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Essa configuração é única dentro do sistema educacional brasileiro, em relação ao qual é raro encontrar uma instituição que atue simultaneamente em diferentes níveis de ensino.

Nessa mesma lei, o art. 6º detalha as finalidades e características dos Institutos Federais, que são as seguintes:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais são constituídos como autarquias, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Assim como as universidades federais, os Institutos Federais possuem a capacidade de atuar como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Além disso, têm autonomia para criar e extinguir cursos dentro de sua área de atuação territorial e para registrar os diplomas dos cursos que oferecem, conforme autorização do seu Conselho Superior. O art. 7º dessa lei apresenta os objetivos dos Institutos Federais:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Brasil, 2008).

O art. 8º trata do direcionamento das atividades acadêmicas dos Institutos Federais, estabelecendo que, a cada ano, essas instituições devem reservar pelo menos 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, com ênfase em cursos integrados. Além disso, determina que pelo menos 20% das vagas sejam destinadas a cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

Por fim, a Lei n. 11.892/2008 criou o IFMS, dois anos depois, em 2011, foram iniciadas as atividades letivas nas cidades de Campo Grande, Aquidauana, Coxim, Ponta Porã, Corumbá, Nova Andradina e Três Lagoas, em 2015 foram instaurados os câmpus das cidades de Dourados, Jardim e Naviraí, totalizando dez câmpus em Mato Grosso do Sul.



Figura 2. Primeiro câmpus do IFMS: Câmpus Nova Andradina
Fonte: Assessoria de Comunicação Social do IFMS (Ascom).

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO IFMS: ORIGENS, EVOLUÇÃO, PERSPECTIVAS E ATORES

O ano de 2008 foi crucial para o IFMS, pois o Ministério da Educação (MEC), por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, iniciou o processo de reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Todavia, o marco da implantação do IFMS remonta a 2007, com a criação da Escola Técnica Federal de Mato

Grosso do Sul, em Campo Grande, e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, mediante a Lei n. 11.534, de 25 de outubro de 2007.



Figura 3. Câmpus Campo Grande, na capital do estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: Audiovisual do IFMS/CG.

ORIGENS E EVOLUÇÃO

Com o suporte da UTFPR, no dia 1º de fevereiro de 2010, o Câmpus Nova Andradina foi inaugurado em ato solene em Brasília, juntamente com mais 77 câmpus de Institutos Federais, o que foi consolidado pela publicação da Portaria MEC n. 1.170/2010. Na prática, a equipe de servidores começou a se constituir no dia 8 de fevereiro de 2010.

No ano seguinte, a Portaria MEC n. 79, de 31 de janeiro de 2011, autorizou o funcionamento dos outros seis câmpus. As unidades iniciaram as atividades de ensino em sedes provisórias com a oferta de cursos de educação a distância, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e prefeituras municipais.

À medida que as obras foram sendo concluídas, estudantes e servidores iniciaram as atividades nos câmpus definitivos. Em Aquidauana, as aulas na nova sede tiveram início no dia 2 de setembro de 2013. No dia 30 do mesmo mês, o Câmpus Ponta Porã entrou em funcionamento no prédio construído em uma área de 25 hectares doada pela prefeitura. Seria a segunda unidade com vocação para educação no campo, assim como Nova Andradina.



Figura 4. Câmpus Aquidauana, exemplo do design de alguns câmpus do interior do MS
Fonte: Assessoria de Comunicação Social do IFMS (Ascom).

Em 28 de abril de 2014, foram iniciadas as atividades no Câmpus Coxim. Em Três Lagoas, a sede definitiva começou a funcionar no dia 12 de maio daquele ano. Em junho, o governo federal realizou, em Brasília/DF, a inauguração oficial desses quatro câmpus. Depois dessa data, os câmpus realizaram o descerramento das placas em suas unidades.

Em 2014, foram criadas três unidades nos municípios de Dourados, Jardim e Naviraí, cujas sedes passaram a ser construídas. Inicialmente, houve a oferta de cursos de qualificação profissional e idiomas. A Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016, autorizou o funcionamento dos novos câmpus. Nessa data, Dourados e Jardim foram oficialmente inaugurados pela Presidência da República, em Brasília.

Em 2016, o Câmpus Dourados iniciou o ano letivo na sede definitiva. Em 25 de outubro, o Câmpus Jardim foi entregue à comunidade. A sede definitiva do Câmpus Campo Grande entrou em funcionamento em julho de 2017, e a de Corumbá no primeiro semestre de 2018. Atualmente, apenas o Câmpus Naviraí funciona em sedes provisórias. Nos dez municípios, o IFMS oferece cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação, educação a distância, além de qualificação profissional.

PERSPECTIVAS

O IFMS passa, atualmente, por um processo significativo de consolidação e expansão, com a criação de novos câmpus em Amambai e Paranaíba. Essa iniciativa faz parte do Novo Programa de Aceleração

do Crescimento (Novo PAC), que prevê a criação de 100 novos câmpus dos Institutos Federais em todo o Brasil. A expansão será realizada com investimentos destinados à construção de novas unidades e à consolidação das estruturas existentes.

Os novos câmpus em Amambai e Paranaíba serão estruturados para atender às necessidades locais e regionais, oferecendo cursos técnicos e de qualificação profissional.

Em Amambai, o Câmpus Povos Originários será focado em áreas como desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e valorização cultural das populações indígenas. A inclusão da temática interculturalidade indígena no currículo dos cursos será um dos princípios fundamentais para orientar as atividades do câmpus.

Para a implantação do Câmpus Paranaíba em uma área adequada para sua vocação agrícola, havia uma lacuna na região que agora foi preenchida. Uma área foi doada para a construção da sede definitiva, com previsão de oferta de cursos técnicos dos eixos Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, e Recursos Naturais, voltados para os habitantes da região.

A expansão do IFMS gerará impactos significativos para as comunidades locais, com os novos câmpus servindo de catalisadores para o desenvolvimento econômico e social, preenchendo vazios existentes na oferta de educação profissional e tecnológica e impulsionando o desenvolvimento regional.

ATORES DE LIDERANÇA E GESTÃO

O primeiro reitor *pro tempore* do IFMS foi o professor Marcus Aurélius Stier Serpe, que ocupou o cargo de janeiro de 2009 a maio de 2014. Em seguida, assumiu a reitora Maria Neusa de Lima Pereira, cedida do Instituto Federal de Roraima (IFRR), que ocupou o cargo até novembro de 2015. Luiz Simão Staszczak, primeiro reitor eleito pela comunidade interna, assumiu o cargo em 24 de novembro de 2015, com mandato de quatro anos. A cerimônia de posse ocorreu no dia 1º de dezembro de 2015. Seu mandato foi até o mês de novembro de 2019.

Em outubro de 2019, a comunidade acadêmica do IFMS elegeu para o cargo de reitora a professora Elaine Borges Monteiro Cassiano, cuja nomeação ocorreu em 26 de novembro de 2019, com posse em 5 de

dezembro de 2019. Elaine foi a primeira mulher eleita a assumir a gestão máxima da Instituição. Mediante eleições em 6 de setembro de 2023, a professora Elaine foi reeleita reitora, representando mais um marco importante para a Instituição, como a primeira mulher reeleita ao cargo de reitora.

FORMAMOS UM CONJUNTO: REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é formada por 38 Institutos Federais, dois Cefets, 24 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e o Colégio Pedro II.

Os Institutos Federais desempenham um papel relevante na democratização da educação no Brasil, especialmente ao estarem capilarizados no interior do país. Essa expansão geográfica possibilita que estudantes de regiões menos favorecidas, muitas vezes filhos de trabalhadores rurais e urbanos de baixa renda, tenham acesso a uma educação de qualidade, integral e omnilateral. Esta abordagem visa não apenas à formação acadêmica e profissional dos alunos, mas ao seu desenvolvimento humano pleno, preparando-os para serem cidadãos independentes e críticos.

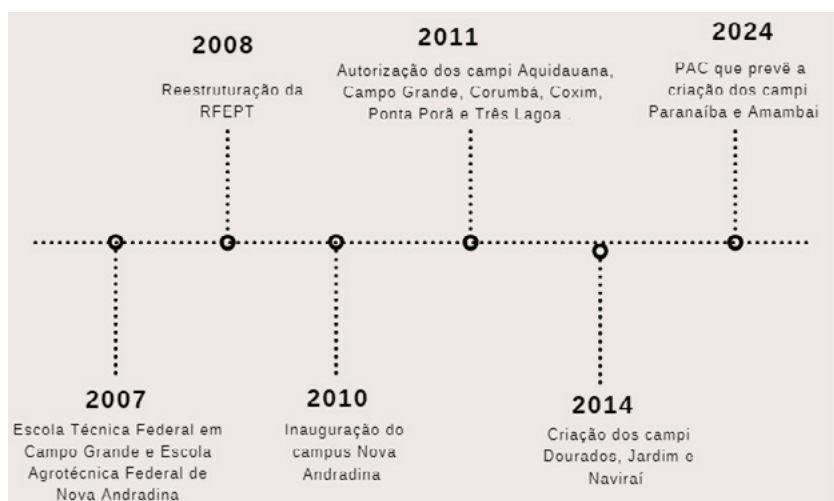


Figura 5. Evolução da Rede e do IFMS durante os anos
Fonte: Elaboração própria.

No contexto do IFMS, a integração entre ensino, pesquisa e extensão é essencial para uma formação que transcenda o aprendizado técnico e instrumental, promovendo uma educação que instrui os jovens a se tornarem sujeitos plenos em suas dimensões intelectual, moral e social. A articulação desses três pilares proporciona uma formação que não se limita à construção de conhecimentos, mas busca desenvolver uma compreensão crítica e abrangente da realidade, essencial para que os estudantes possam interagir e transformar o meio em que vivem.

O ensino oferece a base estruturante do conhecimento, enquanto a pesquisa instiga o questionamento e a inovação, convidando os estudantes a investigar e propor soluções para os desafios contemporâneos. Essa dinâmica permite que o conhecimento construído em sala de aula seja continuamente revisitado e ampliado, conectando teoria e prática em um processo de aprendizado constante e reflexivo.

A extensão, por sua vez, leva esse conhecimento para além dos muros dos câmpus, promovendo uma interação ativa com a comunidade e permitindo que os estudantes coloquem em prática os conceitos aprendidos, contribuindo para a transformação social. Ao conectar ensino, pesquisa e extensão, o IFMS não apenas prepara os estudantes para o mundo de trabalho, mas forma cidadãos críticos e conscientes, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O IFMS COMO INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE GERA OPORTUNIDADES

A presença dos Institutos Federais no interior do Brasil amplia as oportunidades para estudantes que, de outra forma, teriam acesso limitado a recursos educacionais avançados. Esses Institutos oferecem cursos técnicos, tecnológicos e de graduação, alinhados às demandas locais e regionais. Isso permite que os estudantes se qualifiquem profissionalmente sem precisar se deslocar para grandes centros urbanos, reduzindo desigualdades e promovendo o desenvolvimento regional.

A educação oferecida pelos Institutos Federais é pautada em uma visão integral e omnilateral (Gramsci, 2001), que busca desenvolver todas as dimensões do ser humano. Essa abordagem inclui:

- Formação acadêmica e técnica: preparando os alunos com conhecimentos teóricos e práticos relevantes para o mercado de trabalho.
- Desenvolvimento humano: promovendo valores éticos, cidadania e consciência crítica.
- Cultura e esporte: incentivando a participação em atividades culturais e esportivas, que são fundamentais para a formação de uma identidade social e cultural.
- Iniciação científica tecnológica e inovação: estimulando a curiosidade e o pensamento científico desde cedo, preparando seus alunos para enfrentarem os desafios do futuro com criatividade e inovação.

Os Institutos Federais são um instrumento poderoso de inclusão social. Ao estarem presentes no interior, eles oferecem uma alternativa viável para jovens que enfrentam barreiras econômicas e geográficas. Esses jovens, muitas vezes, são os primeiros de suas famílias a terem acesso ao ensino técnico e superior, o que pode transformar suas trajetórias de vida e contribuir para a ascensão social. A presença dos Institutos Federais impulsiona o desenvolvimento local de diversas maneiras:

- Qualificação profissional: formando profissionais capacitados para atuarem nas economias locais e regionais.
- Parcerias com setores produtivos: estabelecendo colaborações com indústrias e empresas locais com a promoção de estágios, pesquisas e inovações tecnológicas.
- Promoção da sustentabilidade: desenvolvendo projetos com enfoque no uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e ambiental da região.

Em resumo, a capilarização dos Institutos Federais no interior do Mato Grosso do Sul e em todos os estados do país é fundamental para garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a uma educação que promova seu desenvolvimento completo e sua independência plena. Esses Institutos são pilares na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

Fazendo parte dessa rede, o IFMS tem atuado no desenvolvimento de competências e na conquista de reconhecimentos nacionais por seus estudantes. Na sequência, são apresentadas algumas realizações exemplares, evidenciando a importância das estruturas e do suporte oferecido pelo IFMS em suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

A seguir, destacamos algumas ações institucionais que ilustram o impacto significativo da formação oferecida pelo IFMS na construção do conhecimento científico, tecnológico e humanístico de seus estudantes. Esses exemplos representam apenas uma pequena amostra de inúmeras outras iniciativas e atividades institucionais, nas quais a formação integrada é solidificada por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Reconhecimento nacional em olimpíadas acadêmicas

A participação dos estudantes do IFMS na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e na Olimpíada de Matemática dos Institutos Federais (OMIF), tem sido marcada por reconhecimentos significativos. Em 2019, um estudante do Curso Técnico em Informática do IFMS conquistou a medalha de ouro, demonstrando notável aptidão para a matemática. Esse reconhecimento abriu portas para programas de iniciação científica e bolsas de estudo em universidades renomadas. A estrutura de apoio do IFMS, com professores dedicados e recursos adequados, foi fundamental para essa conquista, destacando o impacto positivo da Instituição na vida acadêmica dos seus estudantes.



Figura 6. Estudantes premiados na OMIF 2022-2023 (segunda fase no IFCE/Câmpus Fortaleza)
Fonte: Assessoria de Comunicação Social do IFMS (Ascom).

A participação na OBMEP impulsionou o IFMS a fomentar a participação em outras olimpíadas acadêmicas. A partir dessa experiência, a Instituição passou a incentivar seus alunos a se envolverem em competições como a Olimpíada Brasileira de Física (OBF), a Olimpíada Brasileira de Química (OBQ), a Olimpíada Brasileira de Informática (OBI), entre outras. Essas ações visam ampliar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, demonstrando o compromisso do IFMS em promover uma educação que valoriza o conhecimento e a superação de desafios.

Inovação sustentável na Febrace

O IFMS também se destaca na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), onde projetos inovadores de seus estudantes têm alcançado grande sucesso. Em 2021, foi premiado um projeto de geração de energia sustentável a partir de um dispositivo que utiliza resíduos orgânicos para a produção de biogás, demonstrando uma solução prática e inovadora para a geração de energia. Esse projeto foi desenvolvido por uma estudante do Curso Técnico em Eletrotécnica, com o apoio contínuo dos professores e recursos disponibilizados pelo IFMS, que foram essenciais desde a concepção até a sua apresentação final, evidenciando a qualidade do ensino e do suporte oferecido pela Instituição.



Figura 7. Participação do IFMS na Febrace

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do IFMS (Ascom).

Intercâmbio e liderança no Programa Jovens Embaixadores

O IFMS tem promovido oportunidades de intercâmbio cultural e educacional por meio de programas como o Jovens Embaixadores. Um estudante do Curso Técnico em Administração foi selecionado para participar desse programa, que leva estudantes brasileiros aos Estados Unidos. Esse reconhecimento foi resultado de um excelente desempenho acadêmico e de um envolvimento significativo em projetos sociais, muitos dos quais foram incentivados e apoiados pelo IFMS. Durante o intercâmbio, os estudantes têm a oportunidade de conhecer novas culturas, aprimorar suas habilidades de liderança e expandir sua rede de contatos, evidenciando o papel crucial do IFMS em promover oportunidades além da sala de aula.

Prêmio Jovem Cientista e Pesquisa de Tratamento de Água

O Prêmio Jovem Cientista é um dos reconhecimentos mais prestigiados no Brasil, e a pesquisa de uma estudante do Curso Técnico em Química do IFMS foi laureada com esse prêmio. O projeto investigou a aplicação de substâncias naturais como agentes de tratamento de água, demonstrando um alto nível de inovação e rigor científico. Esse projeto teve início em um programa de iniciação científica promovido pelo IFMS, que incentiva a curiosidade científica e a pesquisa entre seus alunos. A orientação e os recursos disponibilizados pelo Instituto foram determinantes para o sucesso dessa pesquisa, resultando em contribuições significativas para a sociedade.

Reconhecimento internacional em Engenharia Biomédica e Neurociência

O IFMS tem proporcionado a seus alunos oportunidades de reconhecimento internacional, como demonstrado por um ex-aluno do Curso Técnico de Informática que desenvolveu pesquisas inovadoras nas áreas de engenharia biomédica e neurociência. Seu projeto de criação de um termociclador de baixo custo para amplificação de DNA ganhou destaque internacional, sendo premiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Além disso, desenvolveu uma prótese robótica controlada por impulsos elétricos de músculos remanescentes,

oferecendo uma nova esperança para pessoas amputadas. A participação em três edições da Intel ISEF, a maior feira científica de ensino médio do mundo, onde recebeu prêmios significativos, ilustra como o IFMS catalisa talentos e promove a excelência em pesquisa e inovação.



Figura 8. Egresso do IFMS/Câmpus Aquidauana, Luiz Fernando Borges, conquistou duas premiações na Intel ISEF (Feira Internacional de Ciências e Engenharia)
Fonte: Assessoria de Comunicação Social do IFMS (Ascom).

A Importância do IFMS para as conquistas dos estudantes

O sucesso dos estudantes do IFMS reflete diretamente a qualidade do ensino e do suporte oferecido pela Instituição. O IFMS proporciona um ambiente que incentiva a excelência acadêmica, a inovação e o desenvolvimento pessoal. A Instituição investe em laboratórios bem equipados, programas de iniciação científica, feiras de tecnologia e ciência, além de oferecer orientação especializada por parte de professores altamente qualificados.

Além dos recursos materiais, o IFMS se destaca pelo apoio contínuo aos alunos, oferecendo oportunidades de participação em competições nacionais e internacionais, programas de intercâmbio e bolsas de estudo. A cultura institucional do IFMS, focada na formação integral dos estudantes, prepara-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para serem cidadãos críticos e inovadores.

A trajetória dos alunos citados ilustra como o IFMS é um catalisador de talentos, proporcionando as ferramentas e o ambiente necessários para que os estudantes possam explorar todo o seu potencial e alcançar o sucesso em níveis regional, nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, o IFMS tem se destacado como um poderoso meio de transformação social, alinhando seus projetos e suas demandas institucionais com os princípios de uma educação profissional pública e de qualidade. A Instituição oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações reais e desafiadoras do mundo do trabalho, promovendo um aprendizado prático e significativo.

Valorizar as bases históricas do IFMS significa não apenas sedimentar o conhecimento, mas também conscientizar os jovens sobre a importância de uma formação integral. Esse ambiente de formação integral fomenta uma reflexão crítica sobre o processo de valorização e desenvolvimento futuro. Desde a sua implantação, o IFMS transformou milhares de vidas, demonstrando o poder da educação na construção de um futuro repleto de oportunidades.

A trajetória do IFMS evidencia a importância de uma educação que não se limita ao ensino teórico, integrando pesquisa, extensão e inovação com o objetivo de preparar os cidadãos para enfrentarem os desafios contemporâneos. A expansão recente, com novos câmpus em Amambai e Paranaíba, reforça o compromisso da Instituição com a inclusão social, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional. Essas iniciativas, somadas ao investimento em infraestrutura e formação de qualidade, asseguram que o IFMS continue a ser um agente de destaque na promoção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Em suma, o IFMS forma profissionais competentes e cidadãos críticos que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do Mato Grosso do Sul. Ao proporcionar um ambiente educacional inclusivo e inovador, a Instituição reafirma seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a J. Mainardes e M. I. Marcondes. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

BRASIL. *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1997. Revogado pelo Decreto n. 5154, de 2004. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/d2208_97.htm. Acesso em 10 ago. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília/DF: MEC, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 out. 2024.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

OLIVEIRA, J. F. A. C.; CARNEIRO, M. E. F. A Educação Profissional no contexto político – ideológico neoliberal. In: COLÓQUIO NACIONAL – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: IFRN, 2013. p. 1-12. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1294> Acesso em: 10 ago. 2024.

SOBRINHO, M. D. *Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?* Brasília/DF: Setec, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?id=14428&option=com_content&view=article. Acesso em: 10 ago. 2024.



01



02



03



04



05



06





15



16

DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Obras no Câmpus Campo Grande em 2009
- 02 Obras no Câmpus Nova Andradina em 2010
- 03 Obras no Câmpus Aquidauana em 2010
- 04 Formatura da primeira turma do Mulheres Mil no IFMS em 2012
- 05 Certificação do primeiro estudante dos cursos a distância do IFMS em 2013
- 06 Celebração dos três anos do Câmpus Nova Andradina em 2013
- 07 Primeira colação de grau em curso de graduação do IFMS em 2014
- 08 Primeira colação de grau do IFMS no Curso Técnico Integrado em Agropecuária em 2014
- 09 Formatura das primeiras turmas do técnico integrado do IFMS em 2014
- 10 Inauguração da sede definitiva de três câmpus do IFMS pelo Governo Federal em 2014
- 11 Início das atividades do Câmpus Coxim em sede definitiva em 2014
- 12 Inauguração dos câmpus Dourados e Jardim pela Presidência da República em 2016
- 13 Primeiro processo eleitoral de reitor e diretor-geral do IFMS em 2015
- 14 Aprovação do Regimento Geral do IFMS pelo Conselho Superior aprova Regimento Geral em 2017
- 15 Posse da primeira reitora eleita do IFMS em 2019
- 16 Festival de Arte e Cultura do IFMS em 2022

Fonte: Acervo institucional do IFMS.

A INTERIORIZAÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

NÁDIA CUIABANO KUNZE¹

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As três instituições que se integraram em 2008 para compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – o Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (Cefet/MT), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (Cefet/Cuiabá) e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (EAF/Cáceres) – originaram-se no século XX com diferentes configurações, segundo suas finalidades educativas, em distintos locais e momentos.

O Cefet/MT, a Instituição mais antiga entre as três, originou-se da Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT), criada pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu uma rede de instituições análogas vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC),² órgão responsável pelo ensino agrícola e o ensino profissional nos ramos da indústria e do comércio, além das escolas veterinárias e escolas de minas.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, atua como Técnica em Assuntos Educacionais no IFMT e é vice-líder do Grupo de Pesquisa em Ensino Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (GPEP/PROFEPT/IFMT). Pesquisa sobre história e historiografia da educação e das instituições educativas no Brasil, sobre memórias, patrimônios e arquivos históricos escolares. E-mail: nadia.kunze@ifmt.edu.br.

² Criado pelo Decreto n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906.

Segundo Kunze (2015), essa ação representou a implantação da primeira política nacional de educação profissional da recém-proclamada República brasileira (1889), que tinha, entre outros propósitos governamentais, o de industrializar o país, submetê-lo ao capitalismo industrial e promover a transformação de determinado segmento social, visto como desvalido e ocioso, em um operariado funcional às indústrias vindouras, por meio da formação escolarizada para o trabalho manufatureiro.

O estado de Mato Grosso, em 1910, segundo dados do Anuário Estatístico (IBGE, c2024), tinha uma população de 185.882 habitantes, dos quais 30.691 estavam situados na capital, Cuiabá. Sua economia baseava-se na pecuária, no extrativismo e na exportação de produtos naturais (borracha, poaia, erva-mate), sendo irrisória a iniciativa industrial (estaleiros, serrarias, fábrica de sabão, telhas, tijolos, cal, charques), enquanto a importação de manufaturas (ferramentas, calçados, móveis, utensílios domésticos), realizada pela via fluvial, era mais acentuada, ambas atividades voltadas ao modesto mercado interno (Borges, 2001). Apesar de estar em uma região distante das localidades mais expoentes e não ser industrializado, o estado de Mato Grosso não deixou de ser incluído no projeto educacional modernizador e moralizador em curso no Brasil (Figueiredo, 2017).

Como cada Escola de Aprendizizes Artífices (EAA) destinou-se à capital de uma unidade federativa brasileira, o governo mato-grossense arrendou uma casa em uma chácara de 1,02 hectares, situada na Rua do Livramento, n. 1 (atual Rua Zulmira Canavarros, n. 95), nas imediações do centro de Cuiabá/MT, e a disponibilizou à União para a instalação da EAAMT (Kunze, 2005). Ela foi inaugurada em 1º de janeiro de 1910, com a finalidade de ofertar, gratuitamente, o ensino dos ofícios concernentes às peculiaridades industriais do estado – alfaiataria, sapataria, carpintaria, tipografia, ferraria e selaria – aos filhos dos considerados desafortunados da sociedade, conforme postulado no dispositivo legal.

Na sequência, a primeira política nacional de educação profissional agrônômica foi instituída por meio do Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, assinado pelo então presidente da república, Nilo Peçanha, que regulamentou a criação de Escolas de Ensino Agrícola Médio,

Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, além de outros estabelecimentos de caráter regional vinculados ao MAIC, destinados à viabilização do ensino de Zootecnia e Indústria Rural, mediante parceria entre a União e os governos locais. O estado de Mato Grosso apresentava perfil mais favorável à implantação desses tipos de instituições educativas, no entanto o governo federal não disponibilizou os recursos pleiteados pelo gestor estadual para tal empreendimento (Marques, 2016). Somente anos mais tarde essa parceria foi estabelecida, conforme será abordado adiante.

A partir de 1930, as EAAs passaram por mudanças significativas com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República (1930-1937), que deu enfoque ao projeto de uma sociedade urbano-industrial assentada em um capitalismo nacional. A primeira delas foi a alteração de nomenclatura das Escolas para Liceus Industriais e sua vinculação ao Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), criado pelo Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, e, posteriormente, ao Ministério da Educação e Saúde (MES), instituído pela Lei n. 378, de 3 de janeiro de 1937. Já a rede de Escolas Profissionais Agrônomicas transferiu-se para o novo Ministério da Agricultura (MA), conforme o Decreto n. 19.448, de 3 de dezembro de 1930.

A EAAMT denominou-se Liceu Industrial de Mato Grosso (LIMT) somente 11 anos depois, mediante a ordem ministerial no Ofício Circular n. 1.971, de 5 de setembro de 1941. Contudo, outra alteração aconteceu em decorrência da ampla Reforma Educacional do Estado Novo Varguista (1937-1945), capitaneada pelo ministro do MES, Gustavo Capanema, que estabeleceu as novas diretrizes da educação nacional por meio das Leis Orgânicas do Ensino (LOEs). O Decreto-Lei n. 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, ao regulamentar a Lei Orgânica do Ensino Industrial (LOEI), determinou que os Liceus Industriais fossem transformados em Escolas Industriais, quando situados em estados com incipiente industrialização e em Escolas Técnicas, quando inseridos em localidades totalmente industrializadas.

Mato Grosso, à época, permanecia com sua atividade produtiva baseada na agricultura, na pecuária e no extrativismo; segundo Castro e Aleixo (1987), sua microindústria urbana tinha baixa representatividade na economia, e seus poucos engenhos começavam a se transformar

em usinas açucareiras com a inserção de alguns maquinários. Nesse contexto, seguindo o critério estabelecido, o LIMT transformou-se na Escola Industrial de Cuiabá (EIC), conforme definido no Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, com a finalidade de formar trabalhadores para as fábricas locais nos cursos industriais básicos do 1º ciclo do ensino industrial e seus respectivos cursos básicos de mestrias (Kunze, 2023).

No ano seguinte, no bojo da Reforma Capanema, ocorreu o primeiro marco da interiorização e expansão da educação profissional federal em Mato Grosso. A Instituição precursora do Cefet/Cuiabá, o outro Cefet que integrou o IFMT, foi criada pelo Decreto-Lei n. 5.409, de 14 de abril de 1943, com a denominação de Aprendizado Agrícola de Mato Grosso (AAMT), vinculada àquela rede de Escolas Agrônomicas criada em 1910, composta agora por 11 instituições e subordinada ao MA.

O AAMT instalou-se numa área de 5 mil hectares, doada pelo governo estadual, situada na zona rural de Cuiabá, no Distrito de São Vicente da Serra, distante 86 quilômetros. A escolha do local considerou critérios físico-geográficos: clima ameno, qualidade das terras e posicionamento estratégico no estado entre a zona central, essencialmente agrícola, e as zonas leste e oeste, com predominância da criação de gado e presença da Estrada de Ferro Noroeste, mesmo sendo acessada por uma via precária não pavimentada (atual Rodovia BR-364, Km 329). Seu funcionamento teve início dois anos depois, sob a nova denominação de Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra (AAGD), determinada pelo Decreto-Lei n. 6.945, de 12 de maio de 1945. Em sua sede – de 8.850 metros quadrados, construída de 1939 a 1943, inclusive com uma hidrelétrica a 1.300 metros de distância –, foram ofertados os cursos de ensino agrícola básico, ensino rural e de adaptação, focados na formação do trabalhador campesino (Marques, 2016).

Outra mudança na sua configuração ocorreu embasada na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), ou seja, no Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, e no Decreto-Lei n. 22.506, de 22 de janeiro de 1947, que elevaram o Aprendizado à categoria de Escola de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra (EIAGD), autorizada a ofertar curso de

iniciação agrícola do 1º ciclo do ensino agrícola e o respectivo curso de mestria agrícola, voltados à formação do operário agrícola.

Nesse interregno, o governo estadual também investiu esforços para viabilizar na capital uma área destinada à construção do prédio definitivo da EIC. Assim, a chácara onde estava instalada foi desapropriada, o terreno público adjacente e um trecho da Travessa Voluntários da Pátria foram incorporados e doados à União, somando-se 2,65 hectares. A construção do novo prédio da EIC com 8.028,94 metros quadrados foi complexa e longa, durando dez anos (1948-1958) para ser concluída, sob a supervisão do Ministério da Educação e Cultura (MEC),³ conforme Kunze (2023).

Novas alterações ocorreram nas duas Escolas Federais em decorrência dos preceitos reformadores da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, pois o seu artigo 49 determinou que os cursos industrial e agrícola passariam a ser “ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos” (Brasil, 1961, p. 51), preservando-se a equivalência deles com os mesmos ciclos do Ensino Secundário.⁴

A Escola Agrícola Gustavo Dutra (EAGD)⁵ e a EIC, que já tinha personalidade jurídica, autonomia didática, administrativa, técnica e financeira,⁶ mais uma vez, reestruturaram-se para ofertar, respectivamente, o curso do ciclo ginásial industrial e do ginásial agrícola. A EAGD, inclusive, teve sua denominação alterada para Ginásio Agrícola Gustavo Dutra (GAGD), mediante o Decreto n. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964.

Com o advento da rebelião militar ocorrida em 31 de março de 1964, que resultou no golpe de estado instaurador da ditadura militar no Brasil, uma ampla reforma na administração federal foi estruturada e causou novas transformações em ambas as instituições. No caso

³ Instituído pela Lei n. 1.920, de 25 de julho de 1953.

⁴ A Lei n. 1.821, de 12 de março de 1953, definiu a equivalência entre os antigos cursos de 1º e 2º ciclos do grau médio do ensino secundário, industrial, agrícola e comercial.

⁵ Nomenclatura dada pelo Decreto n. 40.268, de 5 de novembro de 1956.

⁶ Condição dada pela Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

da EIC, sua denominação alterou-se para Escola Industrial Federal de Mato Grosso (EIFMT), por meio da Portaria/MEC n. 239, de 3 de setembro de 1965, e o GAGD foi transferido para o MEC, com as demais instituições da Rede Federal de Ensino Agrícola, de acordo com a determinação do Decreto n. 60.731, de 19 de maio de 1967.

A partir desse período, essas Escolas empreenderam vários esforços junto ao MEC para oferecer seus respectivos cursos, industrial e agrícola, do ciclo colegial, no intuito de se elevarem à categoria de instituições de ensino técnico equiparadas aos colégios do ensino secundário propedêutico.

A EIFMT elaborou o projeto de implantação do Curso Técnico de Eletrotécnica e do Curso Técnico de Estradas, baseando-se nos modelos da Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro e nas pesquisas das demandas locais, que detectaram em Mato Grosso incipientes investimentos governamentais na produção de energia elétrica e na abertura de estradas. Além disso, também considerou a Marcha para o Oeste, iniciada no Estado Novo Vargas (1937-1945), com a finalidade de explorar e ocupar o Norte e o Oeste do país, a qual foi retomada e repaginada pelo governo militar para fomentar a interligação e o desenvolvimento regional, a colonização, a segurança nacional de fronteira e o escoamento das produções agrícolas vindouras. Com a aprovação dos referidos projetos pelo Conselho de Representantes da EIFMT, um supervisor da Diretoria do Ensino Industrial do MEC avaliou a Instituição *in loco* e emitiu parecer favorável à sua transformação em Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT), o que foi determinado na Portaria/MEC n. 331, de 6 de junho de 1968 (Kunze, 2023).

O GAGD, inserido em um contexto no qual a pecuária e as lavou-
ras ainda eram praticadas de modo mais rudimentar e desprovidas das técnicas de produtividade, propôs ministrar o Curso Técnico de Agropecuária, direcionado à preparação do trabalhador do campo nas práticas racionais da agricultura e da criação animal, principalmente para contribuir com o desenvolvimento agrícola de Mato Grosso, que tinha

acabado de passar pela divisão territorial.⁷ A autorização desse curso foi concedida pela Portaria/MEC n. 21, de 21 de março de 1978, e o GAGD foi transformado na Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá (EAF/Cuiabá), conforme determinado no Decreto n. 83.935, de 4 de setembro de 1979, mantendo a Escola vinculada à Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (Coagri)⁸ do MEC.

Outra reforma deliberada pelo governo militar foi a educacional, por meio da nova LDBEN, Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que alterou a estrutura do ensino nacional ao unir o Ensino Primário ao Ensino Ginásial para formar o Ensino de 1º grau e renomear o Ensino Colegial para Ensino de 2º grau. Ambos foram estruturados com currículo composto por uma base geral e uma parte diversificada, voltada à sondagem e iniciação para o trabalho (1º grau) e à habilitação profissional (2º grau).

O incentivo às mudanças impostas nos sistemas educacionais do país ocorreu por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premem), previsto no Decreto n. 63.914, de 26 de dezembro de 1968, e implantado pelo Decreto n. 70.067, de 26 de janeiro de 1972, com a nova terminologia mais abrangente de Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen). Esse Programa contou com fontes orçamentárias federais, estaduais e externas advindas de empréstimos estabelecidos entre o governo militar e a United States Agency for International Development (Usaid) e o Inter-American Development Bank (IDB), sob a gerência da Comissão de Administração vinculada ao MEC. Seus recursos destinaram-se à execução de diversos projetos e planos de ação, dentre eles o de construção de escolas polivalentes de 1º e 2º graus por todo o território nacional, definidas como escolas-modelo

⁷ Mato Grosso foi dividido pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, expedida pelo presidente na época, General Ernesto Geisel. Na separação, sua extensão original de 1.231.549 quilômetros quadrados diminuiu para 881.000 quilômetros quadrados, com 38 municípios e 6 microrregiões, e sua população de 1,5 milhão de habitantes caiu para 600 mil. O novo estado vizinho, denominado Mato Grosso do Sul (MS), cuja capital instalou-se em Campo Grande, abrangeu os restantes 350.549 quilômetros quadrados, com 55 municípios, e 900 mil habitantes (Brasil, 1977).

⁸ A Coagri foi criada no âmbito do MEC, por meio do Decreto n. 72.434, de 9 de julho de 1973.

e centros de excelência voltados à formação abrangente e à preparação das habilidades para a vida cidadã e profissional.

O segundo marco da interiorização e expansão da educação profissional federal em Mato Grosso teve início no âmbito do Premen, quando a Comissão de Administração lançou a Concorrência Pública n. 27/77/ADM/GTC, de 11 de novembro de 1977, para a construção de um Colégio Agrícola no município de Cáceres/MT, com os recursos do Contrato de Empréstimo n. 379/SF/BR, firmado entre a União e o BID.

Na divisão do estado, a linha demarcatória evitou a separação dos municípios e das microrregiões, então Cáceres ficou delimitado no centro-sul, na microrregião do Alto Pantanal, à margem esquerda do Rio Paraguai e na extensão do limite da Amazônia Legal em Mato Grosso (Brasil, 1977), a 214 quilômetros de Cuiabá. Sua economia, nessa fase, baseava-se na criação bovina, na pesca artesanal, no comércio por navegação no Rio Paraguai, bem como na produção de charque, açúcar e aguardente. Com tais características, a sua escolha para sediar uma escola do Premen atendeu ao critério da composição econômica, dentre outros definidos no Decreto n. 63.914/1968. Também foi contabilizada a sua participação em um dos planos federais de apoio ao progresso pós-divisão territorial, o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan).

A área de 199,07 hectares destinada à construção da Escola, com aproximadamente 4.200 metros quadrados, localizada na zona rural, às margens da Estrada da Ressaca (atual Avenida dos Ramires, s/n), foi providenciada por meio da parceria estabelecida entre os governos estadual e municipal. Após a conclusão da obra, o MEC autorizou o seu funcionamento com a denominação de Escola Agrotécnica de Cáceres (EAC) mediante determinação da Portaria n. 217, de 17 de março de 1980, sob a responsabilidade da Coagri,⁹ que tinha recursos alocados para as suas despesas de manutenção.

⁹ A Coagri foi remodelada pelo Decreto n. 76.436, de 14 de outubro de 1975, e a sua nomenclatura foi alterada para Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, mantendo a sigla da anterior.

O primeiro curso ofertado na EAC foi o Curso Técnico em Agropecuária, de nível de 2º grau, voltado à formação de profissionais dessa área, seguindo o modelo de Escola-Fazenda do Premen. Em virtude de sua doação definitiva à administração federal pelo governo do estado, mediante a Lei Estadual n. 4.631, de 14 de setembro de 1983, a Escola foi incorporada ao patrimônio da União, com seus bens, instalações, equipamentos e áreas de terras, pelo Decreto n. 93.971, de 23 de janeiro de 1987, e teve sua nomenclatura alterada para Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (EAF/Cáceres).

O fim da ditadura militar – marcado pelo endividamento externo, alto índice de inflação, recessão econômica e social – e o início da redemocratização do Brasil, em 1985, promoveram outras mudanças na administração pública federal, especialmente com a criação do Ministério da Cultura (MinC), por meio do Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985, e sua desvinculação do MEC, o qual foi reformulado, mantendo a sigla, nos termos do Decreto n. 93.613, de 21 de novembro de 1986. Desse modo, a Coagri foi extinta e a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus desdobrou-se em Secretaria de Ensino Básico (Seb) e Secretaria de Ensino de 2º Grau (Sesg). A EAF/Cáceres, a EAF/Cuiabá e a ETFMT passaram a responder à Subsecretaria de Educação Técnica da Sesg¹⁰ até a criação da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete), pela Lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990.

A nomenclatura desse novo órgão ministerial sinalizou que a política da educação profissional de 2º grau, em construção no contexto da abertura democrática, estava vinculada ao projeto de desenvolvimento de um novo país, a ser inserido no curso da globalização da economia mundial – caracterizada pela implementação das novas tecnologias nas relações produtivas, comerciais e de prestação de serviços, diversificadoras das estruturas organizacionais e potencializadoras de lucratividade.

Logo em seguida, a Senete foi substituída pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec), criada pela Lei n. 8.490, de 19 de novembro de 1992. Essa alteração anunciou, de acordo com a análise de

¹⁰ Conforme a Portaria/MEC n. 821, de 26 de novembro de 1986, a Sesg assumiu as atribuições da extinta Coagri.

Caires e Oliveira (2016), uma possível integração da formação geral e profissional no ensino médio que começava a ser discutida na proposta das diretrizes educacionais da democracia.

A LDBEN entrou em vigor como Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e definiu dois níveis de ensino: o básico (infantil, fundamental e médio) e o superior (graduação e pós-graduação) e a eles articulou, de modo ambíguo, o ensino profissional, pois estabeleceu que ele poderia ser ofertado em articulação ou em diferentes estratégias de ensino continuado, atrelado às dimensões da ciência, tecnologia e do trabalho.

Nesse contexto normativo, voltado ao atendimento das expectativas progressistas e conservadoras da sociedade, o gestor neoliberal instalado na presidência da república, Fernando Henrique Cardoso, focado na política do estado mínimo, na privatização das estatais brasileiras, na terceirização dos serviços públicos e na reforma da administração pública federal, ditadas pelo capitalismo global, aproveitou e implementou uma reforma separatista do ensino profissional.

O Decreto reformador n. 2.208, de 17 de abril de 1997, ao regulamentar a pauta ambígua da LDBEN/1996, não contemplou a integração, e o ensino profissional foi estruturado, à parte, em nível básico, técnico e tecnológico. O ensino de nível técnico foi organizado com currículo em módulo por disciplinas e ministrado concomitante ou sequencialmente ao ensino médio, caracterizando-se com um viés funcionalista. A regulamentação desse decreto foi feita pela Portaria/MEC n. 646, de 14 de maio de 1997, que ordenou a implantação da reforma nas instituições federais de ensino profissional, que as autorizou a oferecer o ensino médio com matrícula independente, no máximo de 50% do total de vagas, e determinou a sua transformação em centros de referência da reforma estabelecida, bem como da expansão da nova educação profissional.

A sustentação das deliberações reformadoras foi dada pelo Programa de Reforma da Educação Profissional (Proep), instituído na Portaria/MEC n. 1.005, de 10 de setembro de 1997, cujo financiamento decorreu de empréstimo firmado entre o MEC e o BID no valor de

250 milhões de dólares¹¹ (Brasil, 1997a). Dentre seus diversos planos de ação, houve o de melhoria das instalações físicas das instituições de ensino profissional por meio de reformas e ampliações condicionadas à adesão delas ao Programa de Expansão da Educação Profissional que adotou a mesma sigla: Proep.

A ETFMT, na ocasião, fez a adesão e pleiteou a sua ampliação numa área externa de 14 hectares doada pelo governo do estado, situada na Avenida Vereador Juliano da Costa Marques, no Bairro Bela Vista, a 6,3 quilômetros de distância, considerado periférico na época. Nela, foram construídos três pavimentos, denominados Complexo Professor Estevão Torquato da Silva, e vias internas pavimentadas nomeadas Alameda Professora Judith Guimarães Cardoso, cuja inauguração ocorreu nos festejos de 89 anos da ETFMT, no dia 23 de setembro de 1998 (Kunze, 2020).

Quanto à constituição do Centro de Referência, o Proep revisitou as definições históricas do cefet, presentes nas normativas anteriores,¹² e as reestruturou conforme as proposituras da reforma vigente (Brasil, 1997a), de modo que o Decreto n. 2.406, de 27 de novembro de 1997, o definiu como “instituição especializada de educação profissional”, destinada à formação e qualificação de profissionais para os setores econômicos, nos níveis e modalidades de ensino profissional; ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos tecnológicos articulados aos meios produtivos e à sociedade, bem como ao oferecimento de educação profissional continuada (Brasil, 1997b, p. 1).

As diretrizes para elaboração do projeto institucional de transformação das Escolas Federais de Ensino Profissional em Cefets foram instituídas pela Portaria/MEC n. 2.267, de 19 de dezembro de 1997, e as normas de credenciamento e autorização para a oferta do Curso Superior de Tecnologia pela Portaria/MEC n. 1.647, de 25 de novembro de 1999.

¹¹ O protocolo de intenções MEC/BID se estabeleceu pelo Contrato n. 1.052/OC-BR, de 12 de novembro de 1997, e a autorização do Senado Federal brasileiro foi dada na Resolução n. 112, de 18 de novembro de 1997.

¹² Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978; Decreto n. 87.310, de 21 de junho de 1982; Lei n. 8.711, de 28 de setembro de 1993 e Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

A seguir, será abordado o processo de “cefetização” das Escolas Federais de Mato Grosso e o início do terceiro marco da interiorização e expansão da educação profissional federal no estado.

LIMIAR DO SÉCULO XXI: EXPANSÃO À VISTA

Das três instituições mato-grossenses, somente a EAF/Cáceres decidiu não participar do processo de cefetização, apesar de ter adquirido autonomia administrativa, financeira e didática,¹³ em decorrência do fomento viabilizado pelo Proep.

A ETFMT e a EAF/Cuiabá, após a expedição das instruções do MEC, iniciaram suas adequações infraestruturais necessárias à mudança institucional por meio da execução de convênios no Proep. Somente no início de 2002, respeitando o calendário estabelecido na Portaria/Semtec n. 27, de 2 de março de 2000, é que as duas instituições, finalmente, protocolaram no MEC os seus respectivos projetos de “cefetização”.

O documento da EAF/Cuiabá (Processo n. 23000.004117/2002-38) apresentou, com nomenclatura atualizada de Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, a situação do Curso de Tecnologia de Alimentos – Processamento de Carnes, que já era autorizado¹⁴ e ministrado desde 2001, e solicitou o credenciamento do Cefet/Cuiabá. O projeto da ETFMT (Processo n. 23000.004514/2002-18) requereu, por sua vez, a autorização para o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Laboratório de Construção Civil e o credenciamento do Cefet/MT. As análises das equipes técnicas específicas¹⁵ do MEC subsidiaram a da comissão especial¹⁶ designada à avaliação final dos projetos e com a aprovação delas, o Cefet/MT e o Cefet/Cuiabá foram criados pelo Decreto Presidencial de 16 de agosto de 2002.

¹³ As EAFs foram transformadas em autarquias autônomas pela Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993.

¹⁴ Conforme Portaria/MEC n. 2.044, de 21 de dezembro de 2000.

¹⁵ A equipe técnica de análise do projeto da ETFMT foi instituída pela Portaria/Semtec n. 42, de 28 de maio de 2002 e a da EAF-Cuiabá pela Portaria/Semtec n. 44, de 28 de maio de 2002.

¹⁶ Instituída pela Portaria/MEC n. 1360, de 9 de maio de 2002.

No ano seguinte, mais mudanças começaram a ser engendradas no país devido ao resultado das eleições presidenciais, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), possibilitando, com isso, que um governo de linha democrática-popular, comprometido com a inserção das demandas sociais em um projeto de desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, assumisse o comando do Brasil. No âmbito da educação, esse governo estabeleceu um posicionamento de tendência progressista e buscou desconstruir a política educacional neoliberal da gestão anterior, principalmente no que diz respeito à dissociação do ensino técnico do ensino médio propedêutico.

De início, a nova gestão da Semtec realizou o Seminário Nacional de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, de 16 a 18 de junho de 2003, com ampla participação de diversos interessados no tema, cujo resultado foi compilado no documento: *Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica* (Brasil, 2004a). Os debates futuros propiciaram a elaboração e expedição do Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, que integrou o ensino técnico ao médio e revogou o Decreto n. 2.208/1997, de caráter separatista, embora tenha conservado a articulação nas modalidades concomitante e subsequente.

Caires e Oliveira (2016, p. 139) opinam que a manutenção desses dois formatos de articulação evidenciou “o caráter conciliador das políticas do Governo Lula, na tentativa de harmonizar os interesses de diferentes classes sociais e grupos político-ideológicos”. Essa percepção das autoras também auxilia no entendimento de outra contradição: o desmembramento da Semtec e a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Secretaria de Educação Básica (SEB) pelo Decreto n. 5.159, de 28 de julho de 2004.

Apesar dessas incongruências, o Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2004b), estabelecido entre o MEC/Setec e entidades representativas da educação pública e privada, reafirmou a articulação com a educação básica e, ainda, anunciou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), oficializado nas instituições federais de educação profissional pelo Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Esse Pacto, por meio do item da

“Política de financiamento, modernização e expansão”, também consignou o Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento e fortalecimento desse setor educativo no país.

As medidas para a execução da expansão implicaram na desconstrução do aparato jurídico impeditivo existente, montado para alicerçar a reforma da dualidade. O Proep foi, então, suspenso para reavaliação e verificação do montante de recursos disponíveis e seu redirecionamento para a expansão fomentou o equilíbrio entre as ações de manutenção e de infraestrutura. A Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005, deu nova redação ao §5º do art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que restringia à União a criação de novas Escolas quando não houvesse parcerias, e possibilitou a retomada dessa ação pelo governo federal com recursos próprios.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase I, elaborado pela Setec, foi lançado em 26 de janeiro de 2006. O documento explicitou o objetivo de ampliar a área de atuação dessa Rede no Brasil, com a criação de instituições de formação profissional e tecnológica nos estados brasileiros que ainda não as possuíam, preferencialmente nas periferias das grandes cidades e municípios do interior, distantes dos centros urbanos. Desse modo, foi proposta a criação de 5 ETFs, 4 EAFs e 33 Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds)¹⁷ entre os 23 estados brasileiros com, ao menos, uma instituição, abrangendo cerca de 1.500 municípios (Brasil, 2006).

Para o estado de Mato Grosso, não foi prevista a criação de novas Escolas; no entanto, foi instaurada uma Uned na capital, por meio da reforma, ampliação e transformação da extensão do Cefet/MT – construída pelo Proep em 1997 no Bairro Bela Vista, agora qualificado como região metropolitana de Cuiabá, em razão do crescimento geográfico da capital no início do século XX. Assim, no dia 13 de setembro de 2006, com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, o prédio foi reinaugurado como Uned/Bela Vista do Cefet/MT, mediante a Portaria MEC n. 1.586, de 15 de setembro de 2006, que autorizou o seu funcionamento.

¹⁷ A Portaria/MEC n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, definiu Uned como uma unidade de ensino vinculada à estrutura organizacional das ETFs e dos Cefets, sendo o seu funcionamento dependente da autorização do MEC.

O resultado das eleições presidenciais no segundo semestre de 2006 garantiu a continuidade de Lula na Presidência do Brasil e, consequentemente, do seu projeto de desenvolvimento do país no novo século, para isso foram anunciadas diversas medidas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007-2010), lançado em 22 de janeiro de 2007, com o slogan “Romper barreiras e superar limites: investimento em infraestrutura”, baseou-se nas premissas de que o investimento em infraestrutura no país era o suporte para o seu desenvolvimento sustentável, para a superação dos empecilhos ao crescimento econômico e para o aumento de sua produtividade e eliminação das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais (Brasil, 2007a, p. 1).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apelidado de PAC da Educação, lançado em 24 de abril de 2007, com seis pilares de sustentação: “i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social”, anunciou a coalizão necessária entre desenvolvimento, território e educação, por um lado, e entre potencialidade, qualidade e equidade, por outro (Brasil, 2007b, p. 11).

Nesse contexto, o Plano de Expansão – Fase II foi apresentado no formato da Chamada Pública MEC/Setec n. 1, de 24 de abril de 2007, com objetivo de selecionar propostas de apoio à implantação de instituições federais de educação tecnológica, elaboradas pelas prefeituras das cidades-polo previamente selecionadas “por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais” (Brasil, 2007c, p. 1-2). O Anexo I da Chamada relacionou 150 cidades-polo onde as novas Escolas poderiam ser criadas, mediante a contrapartida obrigatória da prefeitura proponente de doação de uma área física sem benfeitorias (terra nua) ou edificação já construída pelo Proep/MEC.

O resultado da avaliação das propostas submetidas pelos gestores, divulgado em 9 de setembro de 2007, indicou para o estado de Mato Grosso, conforme exposto no Quadro 1, as instituições federais que receberiam as respectivas Uneds a serem implantadas em três etapas (1ª/2008, 2ª/2009 e 3ª/2010) nas cinco cidades-polo ranqueadas.

QUADRO 1

Relação das cidades-polo de Mato Grosso eleitas na
Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação
Tecnológica (Chamada Pública Mec/Setec n. 1/2007)

Mesorregião	Microrregião	Cidade-polo classificada/ etapa	APLs principais da cidade-polo	Receptor da Uned
Norte	Parecis	Campo Novo do Parecis*	Agricultura tecnificada, construção civil, atacado	Cefet/Cuiabá
Norte	Aripuanã	Juína*	Agricultura, madeira, pesca, pecuária bovina (corte/leite)	Cefet/Cuiabá
Sudoeste	Alto Guaporé	Pontes e Lacerda*	Agricultura familiar, pesca, pecuária bovina (corte/leite)	Cefet/MT
Nordeste	Médio Araguaia	Barra do Garças**	Agricultura tecnificada, construção civil, turismo	Cefet/MT
Nordeste	Norte Araguaia	Confresa**	Agroindústria, frigorífico, pecuária bovina (corte/leite)	Cefet/Cuiabá
Sudeste	Rondonópolis	Rondonópolis***	Agroindústria, transporte, beneficiamento do algodão	Cefet/MT

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2007d).

Legenda: (*) 1ª etapa/2008, (**) 2ª etapa/2009 e (***) 3ª etapa/2010.

Em Mato Grosso, duas instituições foram criadas na 1ª etapa (2008). Uma delas foi a Uned/Campo Novo do Parecis do Cefet/Cuiabá, por meio da Portaria MEC n. 696, de 9 de junho de 2008. A Uned foi inaugurada em um prédio de 4.089,04 metros quadrados, localizado na zona rural em uma área de 73 hectares, na Rodovia MT-235, Km 12. O imóvel, antes pertencente à Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo, foi doado pela prefeitura.

A outra instituição foi instalada mediante a Portaria MEC n. 697, de 9 de junho de 2008: a Uned/Pontes e Lacerda do Cefet/MT. Seu prédio de 2.617,97 metros quadrados, situado na zona rural em uma área de 5,05 hectares, na Rodovia MT-473, Parque da Serra, pertenceu à Uned do extinto Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso (Ceprotec) antes de ser doado pelo governo estadual.

Na cidade-polo de Juína/MT, a prefeitura municipal doou um imóvel para abrigar a futura Uned/Juína do Cefet/Cuiabá, porém a sua implantação não aconteceu na 1ª etapa (2008), sendo postergada até que a reforma fosse concluída.

Outra frente de ação governamental promovida em paralelo referiu-se à reorganização das instituições federais e à reconfiguração da sua rede de pertencimento. O PDE/2007 justificou essa orientação do seguinte modo:

Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET)*, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade [...] Uma rede com 354 unidades não pode manter as características do período anterior (Brasil, 2007b, p. 31-33, grifos meus).

O Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007, lançado no pacote de medidas da segunda gestão do presidente Lula, estabeleceu a constituição do novo modelo por meio da integração das instituições já existentes. A Chamada Pública MEC/Setec n. 2, de 12 de dezembro de 2007, seguindo as diretrizes desse decreto, definiu que o processo de integração implicava a celebração de acordo entre as instituições interessadas e a submissão da proposta conjunta de “ifetização” ao MEC (Brasil, 2007e). Como a Chamada indicou somente uma instituição para Mato Grosso, os dirigentes do Cefet/MT, do Cefet/Cuiabá e da EAF/Cáceres, após consultas às comunidades internas e aprovações de seus órgãos superiores,¹⁸ formalizaram a adesão ao modelo IFET e submeteram a documentação ao MEC, sob o processo n. 010675.2008-22, de 6 de março de 2008.

O resultado da Chamada Pública/2007 foi divulgado na Portaria MEC/Setec n. 116, de 31 de março de 2008, cujo Anexo I indicou as propostas aprovadas na íntegra, dentre elas as das Escolas mato-grossenses, e o Anexo II informou as propostas aprovadas com adequações.

¹⁸ Resoluções: Conselho Diretor do Cefet/MT n. 15, de 8 de novembro de 2007; Conselho Diretor do Cefet/Cuiabá n. 3, de 29 de fevereiro de 2008, e Conselho Diretor da EAF/Cáceres n. 2, de 2 de março de 2008.

IMPLANTAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO IFMT

A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), ou Rede Federal, e criou os Institutos com a redução terminológica de “Instituto Federal” (Brasil, 2008, p. 1), cuja sigla adotada foi a de “IF”, acrescida da sigla da respectiva unidade federativa.

A composição de cada instituição foi apresentada no anexo da Portaria/MEC n. 4, de 6 de janeiro de 2009, e o IFMT foi constituído pela Reitoria e as seguintes unidades: (1) Câmpus Cuiabá (antigo Cefet/MT); (2) Câmpus São Vicente (antigo Cefet/Cuiabá); (3) Câmpus Cáceres (antiga EAF/Cáceres) e das antigas Uneds com a designação de: (4) Câmpus Cuiabá Bela Vista; (5) Câmpus Barra do Garças; (6) Câmpus Campo Novo do Parecis; (7) Câmpus Confresa; (8) Câmpus Juína; (9) Câmpus Pontes e Lacerda; e (10) Câmpus Rondonópolis.

A Reitoria do IFMT instalou-se provisoriamente no Câmpus Cuiabá, pois, no projeto de “ifetização” e no Anexo I da Lei n. 11.892/2008, sua sede foi definida na capital. O referido Câmpus originou-se do Cefet/MT, logo era o mais antigo da cidade e que tinha mais condições de acolhê-la.¹⁹

Pela normativa instituidora, a sede das reitorias deveria ser alocada preferivelmente em espaços físicos distintos de quaisquer de seus câmpus, e com relação ao IFMT essa condição somente foi cumprida no final de 2009, quando ela foi transferida para algumas salas alugadas de um imóvel localizado na Rua Comandante Costa, n. 1114, na região centro sul de Cuiabá/MT.

Essa mudança de sede também considerou as diretrizes do Decreto n. 7.022, de 2 de dezembro de 2009, de suporte ao processo de implantação da Rede Federal, pelas quais cada IF deveria ter personalidade jurídica própria e registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com a tipologia multicâmpus, tendo a Reitoria por matriz e os câmpus por filiais.

O ano de 2010 marcou o momento conclusivo do Plano de Expansão Fase II/2007 em Mato Grosso, com a inauguração de quatro câmpus do IFMT, previstos como Uneds antes da “ifetização”, conforme indicou o Quadro 1.

¹⁹ Durante o ano de 2009, o Câmpus Cuiabá foi responsável pela execução financeira e orçamentária da Reitoria e dos câmpus descendentes das Uneds do Cefet/MT porque a inserção do IFMT no Sistema Financeiro do Governo Federal (Siafi) ocorreu somente em 2010 (Polícarpo, 2012).

A Portaria/MEC n. 115, de 29 de janeiro de 2010, autorizou o funcionamento do IFMT/Câmpus Barra do Garças, que foi instalado na zona rural, nas dependências da extinta Escola Agrícola Municipal, localizada na Rua José Maurício Zampa, s/n. Após as obras de readequação, o prédio passou a ter 3.053,54 metros quadrados distribuídos em uma área de 36,5 hectares, doada pela prefeitura municipal.

O IFMT/Câmpus Juína foi autorizado a funcionar pela Portaria/MEC n. 119, de 29 de janeiro de 2010. Sua instalação ocorreu na sede da extinta Escola Agrícola Municipal Sarita Baracat, doada pelo governo municipal, localizada na zona rural, Linha J, Quadra 08, Setor Chácara. Ao término da ampliação, o edifício passou a ter 13.384,22 metros quadrados em uma área de 83 hectares.

O IFMT/Câmpus Confresa recebeu autorização para funcionar por meio da Portaria/MEC n. 123, de 29 de janeiro de 2010, sendo instalado na zona rural, na Avenida Vilmar Fernandes, n. 300, Setor Santa Luzia, em uma área de 50,26 hectares anteriormente pertencente às terras da União, que foram redirecionadas à prefeitura municipal para fins da Reforma Agrária. Mediante um diálogo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o governo local promoveu o desmembramento do Projeto de Assentamento (PA) Independente I, permitindo a doação e a implementação da antiga Uned. A construção do edifício ocorreu nesse terreno, ocupando uma área de 6.120,63 metros quadrados.

Em 29 de novembro de 2010, o então presidente, Lula, realizou a penúltima inauguração de Escolas Federais durante a sua gestão. O evento virtual simultâneo ocorreu no Palácio do Planalto/DF e representou “a conquista da meta prevista pelo plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” na sua Fase II (Brasil, 2010, p. 1).

Nesse ato, constou o IFMT/Câmpus Rondonópolis, cuja autorização de funcionamento foi dada pela Portaria/MEC n. 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Seu prédio, previsto para abrigar a antiga Uned, situado na zona urbana, na Rua Ananias Martins de Souza, n. 861, Bairro Vila Mineira, foi construído com área total de 5.200 metros quadrados, em um terreno de 5,25 hectares doado pela prefeitura municipal.

As eleições para a Presidência da República em 2010 resultaram na posse de Dilma Vana Rousseff, do PT, que foi a primeira mulher a

comandar o país. Seu governo deu continuidade ao Plano de Expansão da RFEPCT, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O caderno de divulgação do Pronatec, elaborado pelo MEC, apresentou a metodologia de definição dos municípios-polo onde seriam implantados novos câmpus dos IFs. Em termos gerais, considerou-se o atendimento às dimensões sociais, geográficas e de desenvolvimento econômico das localidades (Brasil, 2011). Seu lançamento oficial ocorreu em 16 de agosto de 2011, no Palácio do Planalto/DF, na presença de governadores, prefeitos, estudantes e gestores das instituições federais e demais membros da sociedade civil. Nessa solenidade, foram apresentadas as listagens dos municípios selecionados para a 1ª etapa (2011-2012) e a 2ª etapa (2013-2014) da Fase III do Plano de Expansão da RFEPCT.

O estado de Mato Grosso, na Lista 4 (2013-2014), foi contemplado com três municípios, e na Lista 5 (2011-2012) com apenas um, conforme esclarece o Quadro 2.

QUADRO 2

Relação dos municípios de Mato Grosso selecionados para a Fase III do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (Pronatec 2011-2014)

Mesorregião	Microrregião	Município eleito/etapa	APLs principais do Município	Instituição da Rede Federal
Norte	Alto Teles Pires	Sorriso*	Agroindústria, aves, suínos, pesca, atacado	IFMT/Câmpus Avançado de Sorriso
Norte	Alta Floresta	Alta Floresta**	Agricultura familiar, pecuária (corte/leite)	IFMT/Câmpus Alta Floresta
Sudeste	Primavera do Leste	Primavera do Leste**	Agricultura tecnificada, transporte, atacado	IFMT/Câmpus Primavera do Leste
Sul	Cuiabá	Várzea Grande**	Agroindústria, curtume, frigorífico, madeireira	IFMT/Câmpus Várzea Grande

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2011b).

Legenda: (*) 1ª etapa (2011-2012) e (**) 2ª etapa (2013-2014).

Com a publicação da Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011, o Pronatec foi instituído com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, incluindo o fomento à expansão físico-geográfica da Rede Federal. Isso favoreceu a interiorização do IFMT no

estado, que, nesse momento, estava em acelerado desenvolvimento econômico – despontando-se no agronegócio, na produção e exportação de grãos, algodão, cana-de-açúcar e carne bovina – e populacional, contando com 3.035.122 habitantes, segundo o Censo 2010 (IBGE, c2024).

O IFMT/Câmpus de Sorriso foi o primeiro da Fase III do Plano de Expansão a receber autorização de funcionamento, o que ocorreu por meio da Portaria/MEC n. 330, de 23 de abril de 2013. Sua sede de 4.300 metros quadrados, localizada na zona urbana, na Avenida dos Universitários, n. 799, Bairro Santa Clara, foi construída em uma área de 4,72 hectares doada pela prefeitura municipal. Em 2014, o governo local, articulado à iniciativa privada e ao Sindicato Rural de Sorriso, doou outra área de 72,6 hectares situada na zona rural, na Rodovia BR-163, onde implantou-se a Fazenda Experimental do Câmpus.

O IFMT/Câmpus Várzea Grande recebeu autorização de funcionamento por meio Portaria/MEC n. 993, de 7 de outubro de 2013. Provisoriamente, foi instalado em um prédio disponibilizado pela prefeitura municipal na zona urbana, na Avenida Tiradentes, n. 1.300, Bairro Jardim Manaíra, Chapéu do Sol. A construção de sua sede definitiva, de 3.795 metros quadrados, iniciou-se em 2014, após a prefeitura doar uma área de 10 hectares, e no momento tem conclusão prevista para 2025.

A Portaria/MEC n. 993, de 7 de outubro de 2013, também autorizou o funcionamento do IFMT/Câmpus Primavera do Leste, que inicialmente foi instalado no prédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no Bairro Jardim Luciana. A sede definitiva, localizada na Avenida Dom Aquino, n. 1.500, Parque Eldorado, zona urbana, foi construída com 4.321,69 metros quadrados, em área de 5,2 hectares doada pela prefeitura municipal.

Com o objetivo de regularizar as normas da expansão da RFEPCT, a Setec expediu a Portaria/MEC n. 1.291, de 30 de dezembro de 2013, na qual definiu os seguintes tipos de unidades a serem criadas nos Institutos Federais: Câmpus, Câmpus Avançado, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centro de Referência (Brasil, 2013). No ano seguinte, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, em sua Meta 11, Estratégia 11.1, considerou a “responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional” (Brasil, 2014, p. 10).

O IFMT, seguindo essas novas orientações, estabeleceu parcerias com governos municipais de outras microrregiões mato-grossenses e viabilizou a implantação de cinco câmpus avançados, conforme esclarece o Quadro 3.

QUADRO 3

Relação de municípios de Mato Grosso receptores de câmpus avançados do IFMT na Fase III do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (Pronatec 2013-2016)

Mesorregião	Microrregião	Município receptor/etapa	APLs principais do Município	Unidade do IFMT
Norte	Parecis	Diamantino*	Agricultura tecnificada, suínos, aves, pesca	Câmpus Avançado de Diamantino
Sudoeste	Tangará da Serra	Tangará da Serra*	Agricultura tecnificada, suínos, aves, pesca	Câmpus Avançado de Tangará da Serra
Norte	Colíder	Guarantã do Norte**	Agricultura tecnificada, suínos, aves, pesca	Câmpus Avançado de Guarantã do Norte
Norte	Alto Teles Pires	Lucas do Rio Verde**	Suínos, aves, biodiesel, agroindústria, atacado	Câmpus Avançado de Lucas do Rio Verde
Norte	Sinop	Sinop**	Agricultura familiar, aves, suínos, madeireira	Câmpus Avançado de Sinop

Fonte: Elaboração própria com base em IFMT (2014).

Legenda: (*) 2ª etapa (2013-2014) e (**) 3ª etapa (2015-2016).

O IFMT/Câmpus Avançado Diamantino foi autorizado a funcionar pela Portaria/MEC n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014. Após as reformas e ampliações demandadas, sua instalação ocorreu no prédio do extinto Ceprotec/MT, com 2.618 metros quadrados, situado na zona urbana, na Rodovia Senador Roberto Campos, MT-121 – Km 02, Bairro Novo Diamantino, em uma área de 3 hectares doada pela administração estadual.

O IFMT/Câmpus Avançado Tangará da Serra também teve o funcionamento autorizado pela Portaria/MEC n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014, sendo a sua instalação efetuada na sede extinta do Ceprotec/MT, doada pelo governo estadual. O prédio localizado na zona urbana, Rua 28, n. 980, em Nova Vila Horizonte, passou por adequações, ocupando uma área de 24.272 metros quadrados, distribuídos no terreno de 2,43 hectares.

O resultado das eleições presidenciais de 2014 tornou Dilma Vana Rousseff a primeira mulher reeleita à presidência do país, e o início de sua segunda gestão priorizou a conclusão da 2ª etapa (2013-2014) da Fase III do Plano de Expansão da RFEPCT.

Assim, o IFMT/Câmpus Alta Floresta recebeu autorização de funcionamento pela Portaria/MEC n. 27, de 21 de janeiro de 2015. Sua instalação ocorreu em um prédio de 4.832,85 metros quadrados, situado na zona urbana, na Rodovia MT-208, lote 143 A, Loteamento Aquarela Hamoa, construído em área de 6 hectares doada pela prefeitura municipal. No município vizinho, Paranaíta/MT, a 55 quilômetros de distância, o governo municipal doou uma área de 50 hectares na Rodovia MT-206, zona urbana, onde foi instalada a Fazenda Experimental do IFMT/Câmpus Alta Floresta, em Paranaíta, com previsão de uma obra de 620 metros quadrados.

Se no interior do estado a maioria das unidades era instalada em sede definitiva, o mesmo não aconteceu na capital, com a Reitoria, que, em razão da demanda de espaço físico, mudou-se para outro prédio alugado, com 1.863,31 metros quadrados, localizado na Avenida Senador Filinto Müller, n. 953, Bairro Duque de Caxias, na área central de Cuiabá (IFMT, 2016).

Com relação aos três câmpus avançados da 3ª etapa (2015-2016) da Fase III do Plano de Expansão da RFEPCT, indicados no Quadro 3, a implantação foi realizada dentro do prazo previsto. O IFMT/Câmpus Avançado de Guarantã do Norte foi autorizado a funcionar pela Portaria/MEC n. 378, de 9 de maio de 2016. A instalação da sua sede, com 741 metros quadrados, ocorreu no antigo Seminário dos Padres Cavanis, após obras de reforma e adaptação. Situado na zona rural, na Linha Páscoa, Km 04, Lote 471, esse imóvel de 50 hectares foi adquirido e doado pela prefeitura municipal.

O IFMT/Câmpus Avançado Lucas do Rio Verde também recebeu autorização de funcionamento pela Portaria/MEC n. 378, de 9 de maio de 2016, sendo instalado na sede do extinto Ceprotec/MT, com área de 1,50 hectares doada pelo governo estadual. O prédio localizado na zona urbana, na Avenida Universitária, n. 1600-W, Parque das Emas II, foi reformado e ampliado, e chegou a ocupar 1.095,34 metros quadrados.

O IFMT/Câmpus Avançado de Sinop também recebeu autorização para funcionar pela mesma Portaria/MEC n. 378, de 9 de maio de 2016. Sua instalação ocorreu no prédio do antigo Amazônia Clube, alugado pela administração municipal. Esse espaço situado no centro urbano, na Rua das Avencas, n. 2377, Setor Comercial, com terreno de 2,34 hectares, foi reformado e passou a ocupar uma área de 2.100 metros quadrados. A construção da sua sede definitiva, de 2.192 metros quadrados, em uma

área de 5,5 hectares doada pela prefeitura municipal, localizada na zona periférica da cidade, na Avenida Guaíba, Loteamento Residencial Iguatemi, iniciou-se em 2022 e no momento tem conclusão prevista para 2025.

No dia seguinte à publicação da norma instituidora desses câmpus avançados, o MEC emitiu a Portaria n. 393, de 10 de maio de 2016, determinando a alteração da nomenclatura Núcleo Avançado (NA) para Centro de Referência (CR), buscando eliminar as inconsistências existentes na RFEPCT sobre tais tipologias. Sendo assim, o IFMT deliberou, pela Portaria n. 1.702, de 20 de junho de 2016, a alteração dos seus cinco NAs para: a) CR de Campo Verde; b) CR de Jaciara; c) CR de Canarana; d) CR do Pantanal/Poconé (NAPAN); e) CR de Paranaíba.

Desse momento em diante, por causa do golpe de estado que impôs o impeachment da então presidente, Dilma Vana Rousseff, e a destituição do poder em 31 de agosto de 2016, o Plano de Expansão da RFEPCT não seguiu seu curso garantido na Meta 11, Estratégia 11.1 do PNE/2014. A ascensão dos governos seguintes, de linha reformista e privatista do estado mínimo, resultou no bloqueio dos investimentos estatais nos setores ambiental, cultural, da saúde e, notadamente, da educação, o que provocou significativos cortes no orçamento de manutenção das instituições federais, o cancelamento dos investimentos para sua expansão física e, em consequência, o bloqueio na expansão de suas vagas.

Nesse contexto, de 2016/2 a 2022/2, o IFMT implantou apenas o CR em Educação a Distância (Cread), por meio da Portaria/IFMT n. 2.837, de 13 de novembro de 2019. O CR foi instalado a 550 metros como Anexo II da Reitoria, em um prédio improvisado de 295 metros quadrados, em um terreno doado de 744,65 metros quadrados, localizado na zona central de Cuiabá/MT, na Rua João Bento, n. 735, Bairro Quilombo.

Após seis anos e meio de severas restrições e desinvestimento na RFEPCT, o resultado acirrado das eleições presidenciais de 2022 colocou Lula novamente à frente da presidência do Brasil. Na apresentação do “Novo Pac: desenvolvimento e sustentabilidade”, instituído pelo Decreto n. 11.632, de 11 de agosto de 2023, o presidente da República, Lula, apresentou à sociedade o seu projeto de reconstrução da nação e superação dos retrocessos herdados. No lançamento do Programa de Expansão dos IFs, realizado no Palácio do Planalto/DF no dia 12 de

março de 2024, ele anunciou a retomada dos investimentos federais na construção de novas unidades no país (Governo [...], 2024).

Para o IFMT, foi prevista, até 2026, a criação de um câmpus novo no município de Colniza/MT e outro em Água Boa/MT, nas respectivas mesorregiões norte e nordeste e microrregiões de Canarana e Aripuanã, além da criação do Câmpus Canarana, por elevação do CR de Canarana.

Na estreia do Programa em Mato Grosso, ocorreu a criação do IFMT/Câmpus Campo Verde, por meio da Portaria MEC n. 360, de 18 de abril de 2024, por elevação do respectivo CR, instalado em um prédio de 3.000 metros quadrados, localizado em uma área de 3,12 hectares, na Avenida Izidoro Luiz Gentilin, n. 585, Bairro Belvedere, doado pela prefeitura municipal.

Além disso, por determinação da Portaria MEC n. 411, de 7 de maio de 2024, foram instituídos os Câmpus Guarantã do Norte, Diamantino e Tangará da Serra, por alteração dos respectivos câmpus avançados.

O IFMT, com essas alterações, passou a constituir-se com 18 câmpus, 2 câmpus avançados e 5 centros de referência, que representam a sua vasta capilaridade em Mato Grosso, conforme esclarece a Figura 9.

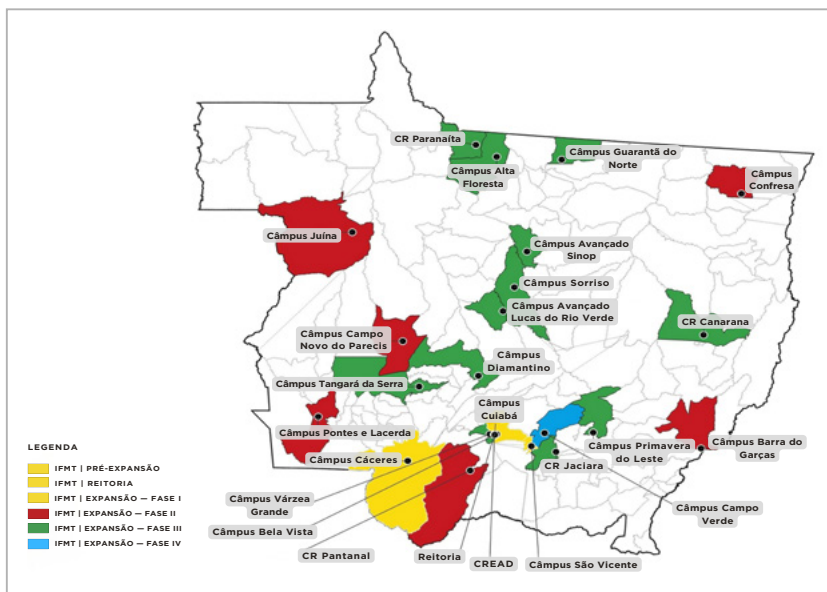


Figura 9. Abrangência do IFMT no estado de Mato Grosso

Fonte: Ferreira (2024).

Nota: Em 2024, estava em curso o processo de alteração do status do Câmpus Avançado de Sinop para Câmpus Sinop, com oficialização prevista para 2025.

Toda essa infraestrutura construída em cerca de 115 anos, considerando a origem histórica do Câmpus Cuiabá e, exponencialmente, os 16 anos de sua criação, tem permitido ao IFMT cumprir as suas finalidades socioeducacionais previstas na lei de criação.

Segundo os dados do último ano letivo de 2023, constantes na Plataforma Nilo Peçanha, o IFMT abriu 6.351 novas vagas e efetuou um total de 27.076 matrículas de estudantes, de 15 a 60 anos de idade, entre os 305 cursos que ofertou nos subeixos tecnológicos: agrícola, agroindústria, alimentos, ambiente e saúde, arte e cultura, automação, construção civil, controle e processos industriais, desenvolvimento educacional, desenvolvimento social, elétrica, eventos, geomática, agrimensura, gestão e negócios, hospitalidade, informação e comunicação, informática, infraestrutura, logística, mecânica, meio ambiente, pecuária, pesca, petroquímico, produção cultural e design, química, recursos naturais, saúde, segurança, telecomunicações e turismo.

Daquele montante, 22.014 matrículas foram feitas em 235 cursos presenciais e 5.062 em 70 cursos a distância. Considerando a sua natureza pluricurricular, dentre os 305 cursos que ministrou, 74 foram de ensino técnico integrado ao médio, com 9.686 matrículas; 10 de ensino técnico concomitante, com 346 matrículas; 85 de ensino técnico subsequente, com 3.256 matrículas; 4 de Projeja integrado, com 77 matrículas; 30 de ensino superior de tecnologia, com 3.745 matrículas; 19 de licenciatura, com 2.325 matrículas; 30 de bacharelado, com 4.524 matrículas; 21 de especialização, com 1.595 matrículas; 4 de mestrado, com 348 matrículas; e 28 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com 1.174 matrículas (Brasil, 2024).

Tais resultados, embora restritos ao ano especificado, indicam que a expansão e a interiorização do IFMT foram, são e continuarão sendo ações fundamentais para o crescimento e a democratização da oferta de uma formação profissional e tecnológica diversificada. Esse processo, apoiado por uma ampla estrutura física, beneficia as populações das áreas mais longínquas do território mato-grossense, atendendo às suas características socioculturais e econômicas e comprometendo-se com seu desenvolvimento sustentável e inclusivo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, R. *Semana Tecnológica Escola Agrotécnica Federal de Cáceres/MT*. Mato Grosso: SlidePlayer, c2024. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/15896974/>. Acesso em: 14 out. 2024.

BORGES, F. T. de M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecchi, 2001.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. *A divisão de Mato Grosso*. Brasília/DF: Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Guia de orientação do PROEP*. Brasília: SEMTEC, 1997a.

BRASIL. *Decreto n. 2.406, de 27 de novembro de 1997*. Regulamenta a Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília/DF: Presidência da República, 1997b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d2406.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília/DF: Semtec, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica*. Brasília/DF: Semtec, 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica*. Brasília/DF: Setec, 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010*. Brasília/DF: MF, 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília/DF: MEC, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Chamada Pública Mec/Setec n. 001/2007: chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica: Fase II*. Brasília: Setec, 2007c.

BRASIL. Ministério da Educação. *Proposta de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica*: 2007. Brasília/DF: MEC, 2007d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Chamada Pública Mec/Setec n. 002/2007 de Propostas para constituição dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia – IFET*. Brasília/DF: Setec, 2007e.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Presidente Lula entrega campi de universidades e Institutos Federais*. Brasília/DF: MEC, 27 nov. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16096-presidente-lula-entrega-campi-de-universidades-e-institutos-federais>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pronatec*. Brasília/DF: MEC, 2011.

BRASIL. *Portaria n. 1.291, de 30 de dezembro de 2013*. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia [...]. *Diário Oficial da União*, n. 253, Seção I, p. 10, 31 dez. 2013.

BRASIL. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília: MEC, 2024.

CAIRES, V. G.; OLIVEIRA, M. A. M. *Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014- 2024*. Petrópolis: Vozes, 2016.

CASTRO, M. I. M.; ALEIXO, L. H. G. *Memória da indústria de Mato Grosso*. Cuiabá: FIEMT: UFMT: IEL, 1987.

FERREIRA, E. W. T. F. *Mapa de abrangência do IFMT no estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 2024.

FIGUEIREDO, T. M. R. de V. *O Brasil Moderno e a educação para o trabalho em Cuiabá: a Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1942)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

GOVERNO Federal anuncia 100 novos Institutos Federais no Novo PAC. *Gov. br*, Brasília/DF, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 9 out. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estatísticas do séc. XX*. Rio de Janeiro: IBGE, c2024. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>. Acesso em: 9 out. 2024.

IFMT (Instituto Federal de Mato Grosso). *Relatório de gestão do exercício de 2016*. Cuiabá: IFMT; Brasília/DF: MEC, 2016.

KUNZE, N. C. *A Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

KUNZE, N. C. O rumo trilhado pelo IFMT: 2009-2019. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 29, n. jan./dez., 2020.

KUNZE, N. C. O surgimento da Rede Federal de Educação Profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 2, n. 2, p. 8–24, 2015.

KUNZE, N. C. *Um olhar para a Escola Industrial de Cuiabá: 1942-1968*. Cuiabá: IFMT/Câmpus Cuiabá; São Paulo: Paruna, 2023.

MARQUES, A. A. *O Aprendizado Agrícola de Mato Grosso: o empirismo e a tecnologia*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

POLICARPO, R. R. *Por que as instituições mudam? o caso do IFMT*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.





08



09



10



11



12



DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso – década de 1910
- 02 Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra – 1947
- 03 Escola Industrial de Cuiabá – 1958
- 04 Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – década de 1990
- 05 Inauguração da extensão da ETFMT no Bairro Bela Vista de Cuiabá – 1998
- 06 Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso – 2003
- 07 Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá – 2003
- 08 Uned Bela Vista do Cefet/MT – 2007
- 09 Uned Campo Novo do Parecis do Cefet Cuiabá – 2008
- 10 Uned Pontes e Lacerda do Cefet/MT – 2008
- 11 Uned Juína do Cefet Cuiabá – 2008
- 12 Reitoria do IFMT – 2018
- 13 IFMT/Câmpus Cuiabá OJS – 2018
- 14 IFMT/Câmpus São Vicente – 2023
- 15 IFMT/Câmpus Cáceres – 2018

Fonte: Acervo institucional do IFMT.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

ESPAÇO DE ENCONTROS E DE AMPLIAÇÃO DE HORIZONTES

JEFFERSON SAMPAIO DE MOURA¹

ANA CRISTINA MOREIRA DOS SANTOS²

FERNANDO COELHO BARBOZA³

DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) é a Instituição que acolhe todos os que buscam qualificação profissional e tecnológica no Distrito Federal.⁴ Com seus 12 câmpus⁵

¹ Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB), atua como professor e diretor de Comunicação Social no Instituto Federal de Brasília (IFB). E-mail: jefferson.moura@ifb.edu.br.

² Mestra em Ciências com ênfase em educação agrícola, atua como jornalista no IFB. E-mail: ana.moreira@ifb.edu.br.

³ Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, e em Administração de Empresas, ambas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), atua como jornalista no IFB. E-mail: fernando.barboza@ifb.edu.br.

⁴ Unidade federativa brasileira autônoma com uma área de 5.802 quilômetros quadrados, dividida em 35 Regiões Administrativas (RAs). Estas são: Água Quente, Águas Claras, Arapoanga, Arniqueira, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA/Estrutural, SIA, Sobradinho, Sobradinho II, Sol Nascente/Pôr do Sol, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão e Vicente Pires, sendo Brasília a sede do governo do Distrito Federal.

⁵ Em 12 de março de 2024, o governo federal anunciou a criação de 100 novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o território brasileiro. Desse número, dois câmpus passarão a integrar o conjunto de unidades do IFB: Sol Nascente/Pôr do Sol e Sobradinho II. O IFB passa, então, a ter 12 câmpus. Para saber mais sobre o evento de anúncio dos 100 novos câmpus (Governo [...], 2024).

e a Reitoria, o IFB proporciona a base necessária para que a educação profissional na unidade da federação, carinhosamente chamada de “quadradinho”, consolide-se como uma ferramenta fundamental para o exercício da cidadania, o desenvolvimento científico e o estímulo à cultura e ao trabalho, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1988, 1996).

Nesse sentido, a missão do IFB é transformar vidas por meio da educação profissional e tecnológica, gratuita e de qualidade, promovendo a formação integral, a sustentabilidade, a inclusão e o respeito aos direitos humanos. Sua pretensão é ser referência como uma instituição inclusiva e inovadora em práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, pautada nos valores do IFB e nas demandas da sociedade.

A partir de sua fundação em 2008, o IFB inseriu-se na história de Brasília, acompanhando os emblemáticos “eixinhos” e as “tesourinhas” que tanto caracterizam a cidade e sua população, composta por pessoas vindas de diversas partes do Brasil e, por que não dizer, do mundo. Diante dessa rica diversidade, o IFB ajusta seus cursos de acordo com os eixos tecnológicos e as vocações econômicas das regiões que atende. Entre os principais eixos ofertados estão: ambiente, saúde e segurança, controle de processos industriais, gestão e negócios, hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, produção alimentícia, produção cultural e design, produção industrial, linguagens, seus códigos e suas tecnologias, ciências humanas, e matemática e ciências da natureza.

Os eixos caminham seguindo os valores institucionais, que compreendem: ética, integridade e transparência; gestão democrática e participativa; inclusão; inovação; respeito e equidade; sustentabilidade; e vocação pública.

Assim como o Eixo Monumental serve de estrutura central para o icônico formato de avião que define Brasília, o IFB organiza-se por meio de suas unidades educacionais nas regiões administrativas, com foco no ensino, na pesquisa e na extensão. Para o ingresso de alunos nos cursos de nível médio, subsequentes e de formação inicial e continuada, o IFB adota o sorteio de vagas, garantindo igualdade de oportunidades para todos. Já para o nível superior, a Instituição utiliza o Sistema de Seleção

Unificada (Sisu) e a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como critérios de seleção.

No cenário que combina qualidade de vida e economia criativa, em meio à abundância de verde no Cerrado brasileiro, o IFB vem deixando sua marca na comunidade local, tal como os icônicos azulejos de Athos Bulcão, que levam a imagem de Brasília ao mundo. Inserido em um projeto de desenvolvimento nacional, o IFB contribui diretamente para a formação de trabalhadores qualificados, éticos e conscientes de seus deveres e direitos. Esses profissionais são essenciais para o país avançar com inclusão e justiça social, fortalecendo, assim, a base para um desenvolvimento sustentável e igualitário.

Com licença poética, vale lembrar o verso de Renato Russo, em *Faroeste Caboclo*, que diz “estou indo pra Brasília; neste país lugar melhor não há”, para ilustrar a rica diversidade que compõe a comunidade acadêmica do IFB. Professores, técnicos administrativos, colaboradores e estudantes, vindos de diversas partes do país, encontram no IFB não apenas uma instituição de ensino, mas também um novo lar. Essa pluralidade é a essência que fortalece os laços e enriquece as trocas de saberes, tornando o IFB um espaço de acolhimento e transformação.

REITORIA

A Reitoria é o órgão executivo superior do IFB responsável por supervisionar, coordenar, planejar, executar e fiscalizar todas as atividades da Instituição. A administração do IFB é conduzida pelo/a reitor/a eleito/a, que organiza a Instituição por meio de Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Assessorias.

A primeira sede provisória da Reitoria do IFB foi no Edifício Ana Carolina, localizado na SEPN 504, Bloco A, 3º andar. Em 2012, com a conclusão do IFB/Câmpus Brasília, um bloco foi destinado para abrigar temporariamente a Reitoria. Posteriormente, em 2018, a Reitoria passou a ocupar sua sede atual, no Edifício Siderbrás, no Setor de Autarquia Sul, em um imóvel cedido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

O imóvel de dez andares, além dos setores de gestão, tem um andar dedicado à Comunicação, com estúdios para gravações audiovisuais e para produções de educação a distância (EaD).

CÂMPUS DO IFB

Os câmpus do IFB constituem o coração da educação profissional pública no “quadrado” mais famoso do Brasil. Distribuídos em dez regiões administrativas do Distrito Federal, os Câmpus Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga acolhem, anualmente, os sonhos e as aspirações de seus estudantes. Cada câmpus se torna um espaço em que vidas se entrelaçam, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nessas unidades, a vida pulsa e se transforma no cotidiano acadêmico, revelando uma rica colcha de retalhos de aspirações profissionais e pessoais, interligadas por grossos fios de esperança que emergem nas salas de aula, nos pátios, nos laboratórios e nas conversas informais, que, muitas vezes, tornam-se incisivas ao buscarem o crescimento do outro e a construção de um futuro profissional.

É nos câmpus do IFB que se observa, de forma mais íntima, o traçado dos caminhos que os estudantes começam a delinear ao longo de suas jornadas em diversos cursos e modalidades. Os laços cultivados entre professores, pedagogos, psicólogos, coordenadores e gestores administrativos desempenham um papel fundamental na formação do percurso que cada discente deseja seguir, apoiando suas realizações tanto profissionais quanto pessoais.

As teorias, os conteúdos e as técnicas adquiridos sob a orientação de professores especializados e qualificados, juntamente com a determinação e o entusiasmo daqueles que buscam uma formação voltada para o mundo do trabalho e o desenvolvimento pessoal, transformam os câmpus do IFB em um espaço repleto de metas a serem alcançadas, realizações e novas perspectivas. É nesse ambiente que se cultivam desejos renovados e se abrem portas para cada um poder subir os degraus da vida. Conheça um pouco da trajetória de cada um nas seções seguintes.

IFB/Câmpus Brasília

O IFB/Câmpus Brasília (CBRA) destaca-se tanto por sua imponente estrutura física quanto por sua rica diversidade étnica e cultural. Localizado no “avião” projetado por Lúcio Costa, entre cores vibrantes e

quadras, próximo à constelação de poderes, o Câmpus se ergue sob o céu azul do planalto. Sendo o maior câmpus do IFB em número de estudantes, o CBRA, como é carinhosamente chamado por servidores e alunos, apresenta uma pluralidade de faces, cores, estilos, formas, movimentos, gostos, aromas e vozes que vão moldando sua trajetória. Fundado em 2008, o Câmpus oferece uma variedade de cursos, incluindo formação inicial e continuada (FIC), técnicos, de graduação e de pós-graduação.

O CBRA passou por diversos espaços provisórios em sua trajetória, até que, em 2012, iniciou o ano letivo em sua sede definitiva, localizada na L2 610 Norte. Esse câmpus definitivo tem quatro blocos de salas de aula e laboratórios especializados, além de espaços de inovação, um bloco administrativo, uma ampla biblioteca, um ginásio poliesportivo, uma piscina e um restaurante. Essas instalações atendem atualmente mais de 3.200 estudantes, oferecendo cursos nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios, Tecnologia da Informação, Turismo, Hospitalidade e Lazer, além da área do conhecimento em Artes – Dança.

O CBRA caracteriza-se como um espaço de formação, manifestações expressivas, diversidade e exploração da criatividade, buscando proporcionar experiências únicas aos seus discentes. Além disso, o Câmpus dedica-se à consolidação de políticas e diretrizes voltadas para a sustentabilidade, cultura, gênero, etnias e estudos afro-brasileiros. Essas iniciativas proporcionam mais integração entre estudantes, professores, técnicos administrativos, colaboradores e a comunidade externa. O Câmpus também desenvolve projetos que visam à institucionalização da educação a distância, bem como a ações focadas no desenvolvimento humano, na qualidade de vida e na melhoria das relações de trabalho.

Nesse contexto de heterogeneidade, o IFB/Câmpus Brasília promove, por meio de seus professores, ações de pesquisa no intuito de integrar o ensino e a extensão. Isso se dá não apenas pela oferta de cursos técnicos de nível médio – integrado e subsequente – e os FIC, mas também por meio do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica e da Especialização em Gestão Pública. Essas iniciativas fortalecem a articulação entre teoria e prática, enriquecendo a formação dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica na região.

Reinando nas asas de Brasília, o CBRA acolhe seus servidores e estudantes – candangos e seus filhos nascidos aqui –, que transitam entre tesourinhas, balões e eixos, com vista para os belos ipês em suas diversas cores e belezas. Nesse cenário, o Câmpus dedica-se a desenvolver uma política de ensino que integra educação, cultura, trabalho e território, promovendo um ambiente de aprendizado que valoriza as identidades locais e fomenta o crescimento pessoal e profissional de sua comunidade.

Por sua dimensão espacial e localização, é hoje uma das referências da Rede Federal em sediar eventos, como edições da Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça dos Institutos Federais (Sernegra) e o Encontro de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ConectaIF).

IFB/Câmpus Ceilândia

O IFB/Câmpus Ceilândia (CCEI) é um câmpus repleto de história e acolhimento para todos que o frequentam. Localizado na QNN 26, entre o câmpus da Universidade de Brasília (UnB) e o viaduto do metrô, o CCEI tem se destacado pela conexão com a comunidade local.

Os cursos oferecidos pelo IFB/Câmpus Ceilândia são desenvolvidos em diálogo com a comunidade, o que permite ao Câmpus ampliar sua atuação de maneira gradual. Atualmente, a Instituição oferece uma variedade de cursos que contemplam desde o ensino médio à pós-graduação, incluindo Técnico em Eletrônica, Técnico em Equipamentos Biomédicos, Técnico em Segurança do Trabalho, Licenciatura em Letras – Espanhol e Especialização em Ciências Policiais. Além disso, o Câmpus disponibiliza diversos cursos FIC e qualificação profissional, como Língua Espanhola, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Informática para a Terceira Idade.

A aderência das áreas de formação oferecidas pelo IFB/Câmpus Ceilândia é evidente, especialmente na eletrônica, que sempre teve espaço no Distrito Federal. Embora a região não conte com muitas indústrias, há uma ampla diversidade de serviços prestados. À medida que o mundo se torna mais dependente de tecnologia, a demanda por profissionais na área de equipamentos biomédicos tem aumentado, atendendo à necessidade dos hospitais e das clínicas locais, que antes precisavam importar técnicos de outras cidades. No que diz respeito à segurança do trabalho, o Distrito Federal apresenta muitas oportunidades,

pois inúmeras empresas de médio e grande porte têm surgido e buscado se estabelecer na região, atraídas por diversos benefícios.

No nível superior, o IFB/Câmpus Ceilândia é referência na área de Letras – Espanhol, oferecendo à comunidade professores com formação atualizada e crítica, capacitados para atuar tanto em escolas de idiomas quanto na educação básica.

Quanto à Especialização em Segurança Pública, é importante considerar que, à medida que o Distrito Federal cresce, a atuação policial também se expande. Esse curso resulta de uma parceria entre o IFB, a Polícia Civil do DF e a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (Funab), sendo desenvolvido com uma metodologia inovadora: a Ativa de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Outra área que chama a atenção em relação ao IFB/Câmpus Ceilândia é que este abriga o Programa 60+, um espaço dedicado às pessoas com mais de 60 anos que recebem cursos rápidos de idiomas, informática e práticas culturais e de lazer.

A diversidade de cursos oferecidos na unidade reflete o clima “alto astral” que permeia os corredores do Câmpus. Enquanto alguns estudantes trabalham em projetos de robótica, outros praticam idiomas ao lado de quem se prepara para atuar na docência. Paralelamente, alunos analisam riscos em aulas simuladas de segurança do trabalho, em meio a um grupo de idosos ansiosos para se conectar ao mundo virtual.

Assim, a troca de experiências se torna uma marca distintiva do IFB/Câmpus Ceilândia, que visa promover a integração social e capacitar cada vez mais aqueles que já são ou que se tornarão profissionais prontos para o mercado de trabalho.

IFB/Câmpus Estrutural

O IFB/Câmpus Estrutural (CEST) representa uma conquista significativa para os moradores do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA). Esse câmpus é fruto da luta de pessoas que, superando adversidades, construíram o direito de viver na localidade, carregando consigo o orgulho de suas conquistas e do conhecimento acumulado na cidade. O Câmpus simboliza o reconhecimento do direito à educação, que, anteriormente, havia sido negado a essa comunidade, e agora se torna um farol de esperança e reparação.

À primeira vista, o clima de familiaridade pode dar a impressão de um câmpus pequeno; no entanto, ao se aproximar, percebe-se a grandeza de sua diversidade, composta por estudantes de diferentes idades, gêneros, etnias e habilidades. A riqueza de histórias, saberes e sonhos evidencia o verdadeiro potencial do Câmpus: fortalecer e desenvolver as capacidades técnicas e humanas da comunidade.

A localização geográfica do IFB/Câmpus Estrutural também indica seus eixos de formação. Cercado pela Cidade do Automóvel e vizinho aos Centros de Triagem de Cooperativas de Catadores de Recicláveis, o Câmpus reconhece os arranjos produtivos locais e foca em áreas como controle e processos industriais, ambiente e saúde. Os cursos oferecidos abrangem desde o Programa de Educação para Jovens e Adultos (Proeja) e o ensino técnico integrado até graduação e pós-graduação, com opções de curta e longa duração, com aulas tanto diurnas quanto noturnas.

Desde o início da oferta de cursos na Cidade Estrutural em 2010, ainda em espaço provisório, o Câmpus disponibiliza cursos regulares de nível médio, como Técnico em Manutenção Automotiva Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Manutenção Automotiva na modalidade subsequente, Técnico em Reciclagem Integrado ao Ensino Médio (modalidade Proeja), Licenciatura em Matemática e Especialização em Governança Territorial para o Desenvolvimento Saudável e Sustentável – em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Brasília). Também são oferecidos cursos FIC, tais como Informática Básica para Concurso, Auxiliar Administrativo, Espanhol Básico, Espanhol Intermediário, Inglês Básico e Libras Básico.

Assim, nessa jornada que está apenas começando, o IFB/Câmpus Estrutural visa não apenas à oferta de cursos, mas também ao desenvolvimento local e regional, promovendo a construção da cidadania dos moradores da Cidade Estrutural e áreas adjacentes, conforme as finalidades dos Institutos Federais.

IFB/Câmpus Gama

O IFB/Câmpus Gama (CGAM) está localizado no coração do Cerrado, na entrada da Região Administrativa do Gama, formando um corredor de conhecimentos em parceria com o câmpus da UnB. Às vezes

camuflado pela vegetação que o circunda, em outras ocasiões destacado pelas placas luminosas que o identificam, o Câmpus é um espaço rico em diversidade e curiosidades. Seu corpo docente é composto por professores provenientes de várias partes do Brasil e até de outras nacionalidades, refletindo-se nos diferentes sotaques e costumes presentes.

Essa heterogeneidade também se manifesta entre os estudantes, que vêm de diversas realidades e encontram no Câmpus um ambiente acolhedor, inclusivo e acessível. Jovens, cheios de expectativas em relação aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, preenchem o Câmpus com sorrisos, brincadeiras e travessuras, enquanto se dedicam aos estudos nas áreas de alimentos e química. Ao mesmo tempo, jovens, adultos e até idosos retornam ao ambiente escolar para “recuperar o tempo perdido”, inscrevendo-se em cursos técnicos em Administração e Logística, nos quais desafiam os professores ao reconhecerem seus saberes e experiências, sem deixar de buscar novos conhecimentos que promovam a qualificação profissional para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho. O Câmpus também oferece oportunidades para aqueles que almejam cursos de nível superior, como o Bacharelado em Administração, a graduação em Química e Tecnologias em Logística e em Alimentos.

A diversidade de conhecimentos, sotaques, idades e interesses evidencia-se nos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no Câmpus. O Laboratório de Práticas de Linguagens em Línguas Materna e Estrangeiras (Lablin) é um exemplo disso – promove o Clube do Livro, o Clube do Cinema (Cine-Cabeça) e diversas oficinas, palestras e mini-cursos focados em práticas de leitura e produção textual. Esse projeto de extensão entusiasma os estudantes ao aprofundar o conhecimento sobre as literaturas brasileira, portuguesa e afro-brasileira.

O CGAM também se destaca por iniciativas como o Talentos Proeja, um evento vibrante em que estudantes, tanto jovens quanto adultos, têm a oportunidade de compartilhar suas experiências e seus conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar. Essa demonstração ocorre diante de uma plateia de professores e colegas curiosos e ansiosos para aprender.

Outra importante atividade do Câmpus é a Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Jepe), que, desde 2016, promove a integração dos saberes dos estudantes do CGAM com os de outras instituições de ensino.

O Câmpus ainda se envolve em projetos que estreitam laços com a comunidade externa e o setor produtivo da região, como o Circo Social, o grupo de teatro, as aulas de rugby e a Olaria Empresa Júnior.

Além disso, o Câmpus valoriza o Cerrado local por meio de atividades de Educação Ambiental, que incluem a produção e o plantio de mudas. Participa de gincanas com a comunidade e colabora para a sustentabilidade do meio ambiente. Uma parte do terreno do Câmpus abriga ainda uma das Unidades do Batalhão Escolar da região administrativa, reforçando o compromisso com a segurança e a educação.

Assim, o IFB/Câmpus Gama configura-se como um espaço em que a convivência entre os servidores é enriquecedora, caracterizada pela troca de experiências pedagógicas e pela colaboração mútua. Essa dinâmica favorece o aprendizado dos estudantes e promove a formação continuada entre professores e técnicos por meio de encontros pedagógicos realizados periodicamente. Os servidores compartilham suas experiências, comprometidos com o crescimento da Instituição, e essa colaboração cultiva um ambiente respeitável, saudável e amigável, em que tanto servidores quanto estudantes se sentem bem-vindos e motivados a aprender.

IFB/Câmpus Planaltina

O IFB/Câmpus Planaltina (CPLA), que remonta à antiga Escola Agrotécnica e ao Colégio Agrícola, é um legado da visão do presidente Juscelino Kubitschek para Brasília e o seu ideal de promover o autoabastecimento do Distrito Federal. Fundada em 17 de fevereiro de 1959, por meio do Plano de Metas, a Escola foi inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1962.

Com mais de 60 anos de história, o Câmpus especializou-se na formação profissional nas áreas de agropecuária e agroindústria, oferecendo modelos tradicionais e agroecológicos alinhados ao eixo tecnológico de recursos naturais. A vasta área de 2.300 hectares faz do Câmpus uma das maiores Escolas Agrícolas do Brasil, com uma infraestrutura robusta que inclui salas de aula, unidades de produção, laboratórios, uma biblioteca, auditório, um refeitório e uma residência estudantil para atender os estudantes que vêm de longe.

Nas Unidades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção (Ueps), os estudantes têm a oportunidade de aplicar o que aprendem em sala de aula diretamente no campo, promovendo uma formação prática e conectada à realidade do setor. Essa proximidade entre teoria e prática permite que os alunos desenvolvam habilidades essenciais e vivenciem a experiência do trabalho agrícola e agroindustrial de maneira direta, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e contribuindo para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da região.

O IFB/Câmpus Planaltina oferece uma variedade de cursos técnicos e de graduação que reforçam seu compromisso com a formação profissional e o desenvolvimento sustentável. Entre os cursos técnicos, estão o Técnico em Agropecuária (nas modalidades integrado e subsequente) e o Técnico em Agroindústria. No nível superior, o Câmpus disponibiliza a Licenciatura em Biologia, Tecnologia em Agroecologia e Bacharelado em Agronomia, além de cursos a distância e de qualificação profissional.

Com uma forte ênfase em atividades artísticas, culturais e folclóricas, o Câmpus valoriza a conexão com o campo e a promoção da qualidade de vida. As ações de ensino, pesquisa e extensão estão fundamentadas no exercício da cidadania, no desenvolvimento científico e no fomento à cultura e ao trabalho, reconhecendo que a elevação do nível educacional é diretamente proporcional à produtividade da comunidade.

O Câmpus tem um histórico significativo de projetos comunitários, como a Farmácia Vida, uma horta que produz mudas certificadas em parceria com o Centro de Medicina Alternativa (Cema) e a Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal. Outro projeto notável é o Centro de Equoterapia, que desde 2000 ajuda no desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência ou com necessidades de apoio especiais, em colaboração com a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Essas iniciativas são frequentemente ressaltadas em eventos importantes, como o aniversário da cidade e a Agrobrasília, uma das maiores feiras de agronegócio do país.

Além disso, o IFB/Câmpus Planaltina destacou-se ao receber programas inovadores da Rede Federal, incluindo parcerias internacionais que ofereceram cursos para profissionais do Benin e do Sudão, e iniciativas voltadas para a economia sustentável, como a instalação de Usinas

Fotovoltaicas e projetos como o da Agricultura 4.0, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Essa trajetória reafirma o compromisso do Câmpus em se tornar um polo de educação e desenvolvimento social e ambiental no Distrito Federal.

IFB/Câmpus Recanto das Emas

O IFB/Câmpus Recanto das Emas (CREC) representa uma verdadeira transformação e resiliência, surgindo como uma força coletiva que combina a criatividade, a coragem e a dedicação dos seus servidores. Originalmente conhecido como IFB/Câmpus Taguatinga Centro, começou sua trajetória em um espaço limitado, enfrentando desafios significativos antes de encontrar um novo lar no Recanto das Emas em 2018.

Esse Câmpus, embora seja o menor do IFB em termos de estrutura física, é rico em projetos, ideias e entusiasmo. Situado em uma chácara que oferece um pôr do sol deslumbrante, o Câmpus destaca-se pela sua capacidade de se conectar com a comunidade local, composta por pessoas trabalhadoras e que buscam na cultura uma forma de melhorar suas vidas.

A mudança para o Recanto das Emas não apenas proporcionou um novo espaço, mas também um novo foco: o eixo tecnológico de produção cultural e design. O Câmpus agora oferece os cursos Técnico em Animação e Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, que integram diversas práticas do universo audiovisual, como filmagem, edição, roteirização, captação de áudio e iluminação. Os estudantes são capacitados para produzir filmes, documentários e curtas-metragens, fazendo do IFB/Câmpus Recanto das Emas uma verdadeira “Hollywood” na periferia do Distrito Federal.

Essa nova identidade não só enriquece a formação dos estudantes como também fortalece a cultura e a criatividade na região, criando um espaço em que talentos podem florescer e conectar-se com o mundo profissional do audiovisual.

No IFB/Câmpus Recanto das Emas, a produção audiovisual é uma das principais expressões de criatividade e aprendizado, profundamente enraizada na rica tradição cinematográfica de Brasília. Os docentes, muitos dos quais têm suas trajetórias conectadas ao cinema, trazem para a sala de aula uma paixão contagiante pela sétima arte. Isso não

apenas enriquece as aulas, mas também instiga os alunos a explorar diversas técnicas e abordagens da produção audiovisual.

Um dos eventos que exemplificam essa dedicação é o Festival Recanto do Cinema, que reúne o trabalho colaborativo de docentes, técnicos e estudantes para promover e divulgar produções audiovisuais, tornando-as acessíveis à comunidade. Esse festival celebra a arte do cinema, além de oferecer um espaço para os alunos exibirem seus próprios trabalhos, aprendendo na prática o valor da narrativa e da produção.

O ambiente no Câmpus é vibrante e repleto de atividades, que incluem eventos acadêmicos e culturais. Essas iniciativas fomentam o aprendizado e fortalecem os laços comunitários, criando uma atmosfera de colaboração e apoio mútuo. A cada evento, o IFB/Câmpus Recanto das Emas torna-se mais um ponto de encontro, acolhido calorosamente pela comunidade local.

Desse modo, o Câmpus empenha-se em cumprir sua missão de promover uma educação técnica pública de qualidade, formando profissionais éticos e bem preparados para o dinâmico campo da produção audiovisual, ao mesmo tempo que contribui para a valorização da cultura local. Essa jornada de aprendizado e criação é um testemunho do impacto positivo que a educação pode ter na vida dos indivíduos e da comunidade.

IFB/Câmpus Riacho Fundo

O IFB/Câmpus Riacho Fundo (CRIF) destaca-se como um espaço que combina acolhimento e educação de qualidade, promovendo, assim, um ambiente que parece uma extensão do lar para sua comunidade acadêmica. Desde seu início em agosto de 2011, o Câmpus tem evoluído, especialmente após a mudança para sua sede própria em janeiro de 2015, localizada na Avenida Cedro, Fazenda Sucupira.

O Câmpus é conhecido por seu enfoque no eixo tecnológico de turismo, hospitalidade e lazer, áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Os cursos oferecidos vão além da formação profissional; eles visam integrar a formação acadêmica com a formação cidadã, promovendo um aprendizado que inclui a valorização dos aspectos sensoriais – cheiros, sabores e a alegria da convivência.

Os alunos têm acesso a uma ampla variedade de cursos, incluindo Técnico e Tecnologia em Gastronomia, Técnico em Hospedagem,

Tecnologia em Hotelaria, Técnico em Panificação, Técnico em Restaurante e Bar, além das Licenciaturas em Letras – Inglês e em Geografia e uma Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens. O Câmpus é particularmente notável por ser a única instituição no Distrito Federal a oferecer o curso gratuito na área de gastronomia. Inclusive, nas áreas em que atua, também é referência na pesquisa e produção científica.

Além disso, a importância do setor de serviços, sobretudo o serviço de alimentação fora do lar, é um fator crucial para a economia local, gerando empregos e mostrando resiliência mesmo em tempos de crise. O IFB/Câmpus Riacho Fundo, ao atender a essas demandas, torna-se um agente transformador na vida de seus estudantes e da comunidade, contribuindo para a qualificação profissional e a melhoria da qualidade de vida na região.

Por meio de uma educação inclusiva e sensorial, o Câmpus forma profissionais qualificados e promove um espaço no qual os estudantes podem desenvolver habilidades interpessoais e um forte senso de cidadania. O resultado é uma geração de profissionais preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e impactar positivamente suas comunidades.

IFB/Câmpus Samambaia

O IFB/Câmpus Samambaia (CSAM), estabelecido em 2009, representa uma iniciativa significativa no contexto educacional do Distrito Federal. O nome da região administrativa que abriga o Câmpus é uma homenagem às samambaias abundantes no córrego local. Desde seu início, o Câmpus destacou-se por sua abordagem participativa, envolvendo a comunidade em audiências públicas para identificar as demandas educacionais e definir os cursos a serem oferecidos.

Atualmente, o Câmpus oferece vários cursos técnicos, incluindo Design de Móveis, Móveis, Controle Ambiental e Edificações, além de cursos superiores, como Tecnologia em Design de Produto, Bacharelado em Construção Civil e Licenciatura em Educação Profissional. Essa diversificação de cursos reflete o compromisso do Câmpus em atender às necessidades da comunidade local e formar profissionais capacitados.

A infraestrutura do Câmpus é robusta, com laboratórios modernos dedicados a diversas áreas, incluindo informática, desenho em

computadores, modelagem, prototipagem, topografia e muito mais. Essa infraestrutura visa cumprir um dos princípios fundamentais dos Institutos Federais: o trabalho como princípio educativo. Assim, os alunos não só aprendem a teoria, como têm a oportunidade de aplicar seu conhecimento em projetos práticos que impactam a comunidade.

Entre as iniciativas destacadas, estão projetos de extensão e pesquisa que incluem a reforma de móveis históricos do Palácio Itamaraty, melhorias em centros comunitários de Samambaia e avaliações das condições de prédios públicos federais. Essas ações exemplificam o compromisso do Câmpus com a prática técnica e o desenvolvimento social.

O Câmpus também abriga a Tabê Design, uma Empresa Júnior que conecta estudantes ao mercado de trabalho, permitindo que eles trabalhem em projetos reais nas áreas de mobiliário, embalagem, decoração e outros. Essa interação entre o setor acadêmico, empresarial e governamental é fundamental para o desenvolvimento tecnológico e produtivo da região.

Além disso, o IFB/Câmpus Samambaia foi selecionado para integrar a Cocreation Lab, uma das maiores redes de pré-incubadoras do Brasil, ampliando ainda mais as oportunidades para seus alunos e contribuindo para a inovação e o empreendedorismo na região.

Assim, o IFB/Câmpus Samambaia forma profissionais competentes e posiciona-se como um agente transformador no desenvolvimento socioeconômico local, promovendo a criação de soluções tecnológicas e práticas que atendem às demandas do mercado e da comunidade.

IFB/Câmpus São Sebastião

O IFB/Câmpus São Sebastião (CSSB) se destaca como uma instituição verdadeiramente integrada à comunidade local, evidenciando um forte espírito de colaboração e pertencimento. Desde sua inauguração em agosto de 2011, o Câmpus tem sido um espaço em que estudantes e moradores se envolvem ativamente em diversas atividades, como apresentações culturais, discussões políticas, mutirões e semanas científicas, criando um ambiente acolhedor e participativo.

Inicialmente, as atividades do Câmpus foram realizadas em um Centro de Múltiplas Funções (CMF), uma construção provisória com desafios estruturais, que, no entanto, tornou-se o berço do IFB em São Sebastião. Embora o espaço tivesse suas limitações, como piso irregular, abrigava

uma biblioteca, salas de aula e um laboratório de informática, estimulando o entusiasmo da comunidade. A parceria com o Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo foi crucial para o crescimento dos cursos noturnos, permitindo que um número significativo de alunos se formasse.

Com a conclusão da sede definitiva em 2015, o Câmpus passou a contar com um espaço mais estruturado, incluindo um redário construído pelos estudantes e a implementação do CocreationLab, um espaço dedicado ao *coworking* e à pré-incubação de projetos inovadores. Além disso, o Câmpus abriga um laboratório de física, uma sala de artes e a LudoIF, uma ludoteca que atende crianças da comunidade e recebe alunos de cursos como Monitor Infantil e Pedagogia.

O espírito de comunidade é palpável em mutirões de plantio de espécies nativas e adaptadas ao solo local, resultando em um ambiente agradável com áreas sombreadas, jardins e um viveiro, além de uma horta de plantas medicinais mantida com a colaboração de todos os envolvidos no Câmpus, incluindo o Núcleo de Estudos Agroecológicos (NEA).

O Câmpus oferece uma variedade de cursos, incluindo formação inicial e continuada (como Auxiliar Administrativo e Doula), cursos técnicos subsequentes (como Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Educacionais) e graduação (Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia e Tecnologia em Secretariado). Também disponibiliza Cursos de Ensino Médio Integrado e Proeja em Secretariado.

A acessibilidade é uma prioridade no Câmpus, com rampas de acesso, elevadores na biblioteca e banheiros adaptados, garantindo que todos possam usufruir do espaço e das oportunidades oferecidas.

Além de promover a educação formal, o IFB/Câmpus São Sebastião compromete-se a transcender os muros da Instituição, envolvendo a comunidade em atividades que disseminam pesquisa e ciência em espaços públicos. Essa relação busca soluções para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população local, criando uma formação que articula ciência, cultura e trabalho de forma integrada e transformadora.

IFB/Câmpus Taguatinga

O IFB/Câmpus Taguatinga (CTAG) destaca-se como uma instituição comprometida com o desenvolvimento científico e a promoção

de novas tecnologias, atuando em áreas estratégicas, como controle e processos industriais, informação e comunicação, produção cultural e design, além de produção industrial. Desde o início de suas atividades em 2010, em uma sede provisória, até sua transferência para a sede definitiva em agosto de 2011, o Câmpus tem se dedicado a oferecer uma formação que vai além do técnico, promovendo também o desenvolvimento cidadão e empreendedor dos estudantes.

Atualmente, o Câmpus oferece cursos diversificados, que abrangem tanto a formação técnica quanto a superior. Entre os cursos disponíveis, ressaltam-se: Técnico em Eletromecânica, Técnico em Suporte e Manutenção em Informática, Técnico em Vestuário, Técnico em Artesanato (Proeja), Bacharelado em Ciência da Computação, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, Tecnologia em Automação Industrial e Tecnologia em Design de Moda.

Além das ofertas acadêmicas, o Câmpus é ativo em ações de extensão, disponibilizando cursos de formação inicial e continuada que atendem às demandas da comunidade. As parcerias estabelecidas com setores produtivos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) ampliam as oportunidades de aprendizado e prática para os alunos.

Na área de pesquisa, o Câmpus desenvolve projetos específicos e multidisciplinares que se concentram em diversas áreas do conhecimento, como mecânica, automação industrial, eficiência energética, computação e vestuário, contribuindo para a inovação e a resolução de demandas do setor produtivo. Ademais, o Câmpus também mantém um compromisso com a comunidade ao disponibilizar acesso público à biblioteca e a um rico acervo bibliográfico.

A infraestrutura do Câmpus inclui uma Sala Maker para práticas criativas, um auditório para eventos e palestras, um ginásio poliesportivo para atividades físicas e salas de aula bem equipadas. O IFB/Câmpus Taguatinga desempenha um papel crucial na região, oferecendo uma educação pública de qualidade e promovendo o aumento da qualidade de vida da comunidade local. Por meio de suas diversas iniciativas, a Instituição não apenas forma profissionais capacitados, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento social e econômico da área.

IFB/Câmpus Sol Nascente/Pôr do Sol e IFB/Câmpus Sobradinho II: uma história em construção

Os Câmpus Sol Nascente/Pôr do Sol e Sobradinho II estão em processo de constituição, evidenciando o compromisso do IFB em expandir sua atuação e atender às demandas educacionais de diferentes regiões do Distrito Federal. Atualmente, a gestão geral do IFB está realizando consultas públicas para a escolha dos cursos a serem ofertados, uma etapa fundamental que visa garantir que a formação oferecida esteja alinhada às necessidades e expectativas da comunidade local.

O processo de consulta pública é um reflexo da importância da participação social na definição das diretrizes educacionais. Por meio desse mecanismo, a comunidade tem a oportunidade de expressar suas aspirações e contribuir para a construção de um câmpus que atenda não apenas à formação técnica como também ao desenvolvimento pessoal e cidadão dos estudantes. Essa abordagem participativa é fundamental para a criação de um ambiente educacional que seja acolhedor e que promova a inclusão, assim como já ocorre nos outros câmpus do IFB.

Nos Câmpus Sol Nascente/Pôr do Sol e Sobradinho II, espera-se que a oferta de cursos reflita as particularidades e potencialidades de suas respectivas comunidades. Dessa forma, os novos câmpus têm o potencial de se tornarem importantes centros de referência na educação pública, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania nas regiões em que estão inseridos.

A criação desses câmpus, juntamente com o envolvimento da comunidade no processo de escolha dos cursos, representa um passo significativo na trajetória do IFB, reafirmando seu compromisso com a educação de qualidade e sua capacidade de se adaptar às demandas contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos diversos câmpus do IFB revela a singularidade de cada unidade educativa e sua forte conexão com as comunidades que atendem. Desde suas fundações, os câmpus têm se empenhado em promover uma educação de qualidade, pautada pela cidadania, a inovação e o desenvolvimento sustentável. A participação ativa das comunidades

nas consultas públicas para a escolha dos cursos reflete a importância de um ensino que atenda às necessidades locais e fomente a inclusão social.

As histórias e os projetos desenvolvidos em cada câmpus demonstram um compromisso genuíno com a formação de cidadãos críticos e capacitados, prontos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e contribuir para o progresso de suas regiões. Além disso, a diversidade de cursos oferecidos, aliada à infraestrutura moderna e aos projetos de extensão, solidifica a relevância do IFB como um agente transformador na sociedade.

A constituição dos novos câmpus, como o Sol Nascente/Pôr do Sol e Sobradinho II, evidencia a contínua expansão do IFB e a sua determinação em levar educação técnica e superior a mais cidadãos. Essa trajetória de crescimento e adaptação às demandas da sociedade é fundamental para que o IFB continue a desempenhar um papel essencial na promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Os objetivos institucionais definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2024 a 2030, conforme a Lei n. 11.892/2008 e seu Estatuto, reforçam essa trajetória (Brasil, 2008; IFB, 2023). Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, e disponibilizar cursos FIC são pilares fundamentais para capacitar a população. Além disso, a realização de pesquisas aplicadas e a promoção de atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho demonstram o compromisso do IFB em estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas que beneficiem a comunidade.

Portanto, a união entre ensino, pesquisa e extensão, aliada à valorização da participação comunitária, estabelece as bases para um futuro promissor. O IFB, em suas múltiplas facetas, reafirma seu compromisso com uma educação inclusiva e transformadora, sempre buscando proporcionar qualidade de vida e formação integral aos seus alunos. A continuidade desse trabalho, fundamentada nos objetivos do PDI e na interação entre os câmpus e as comunidades, será crucial para o sucesso e a relevância do Instituto nos próximos anos. Por conseguinte, o IFB posiciona-se não apenas como uma instituição de ensino, mas também como um verdadeiro agente de mudança e desenvolvimento, contribuindo para a emancipação do cidadão e a geração de trabalho e renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

IFB (Instituto Federal de Brasília). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2030*. Brasília/DF: IFB: MEC, 2023. Disponível em: https://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1827/arquivos/download/PDI_2024-2030_p%C3%B3s-CS_-_Ajustado_-_Google.pdf. Acesso em 8 out. 2024.

GOVERNO Federal anuncia 100 novos Institutos Federais no Novo PAC. *Gov.br*, Brasília/DF, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso em: 14 out. 2024.



01



02



03



04



05



06



07



08



DESCRIÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Inauguração do espaço provisório da reitoria no IFB/Câmpus Brasília
- 02 Visita técnica dos servidores da Reitoria ao lote do novo câmpus do IFB em Estrutural
- 03 Visita técnica da equipe da Reitoria à construção do IFB/Câmpus Recanto das Emas
- 04 Inauguração do IFB/Câmpus Taguatinga
- 05 Inauguração do IFB/Câmpus Samambaia
- 06 Fachada do IFB/Câmpus Estrutural durante período de construção
- 07 Aula inaugural de cursos em 2014, em estrutura provisória do IFB/Câmpus São Sebastião
- 08 Aula em estrutura provisória do IFB/Câmpus Ceilândia
- 09 Consulta Pública - 2024 - Novo Câmpus do IFB em Sobradinho II
- 10 Consulta Pública - 2024 - Novo Câmpus do IFB no Sol Nascente/Pôr do Sol

Fonte: Acervo institucional do IFB



REGIÃO
CENTRO-OESTE

CATÁLOGO CARTOGRÁFICO

BRASIL

REGIÃO CENTRO-OESTE

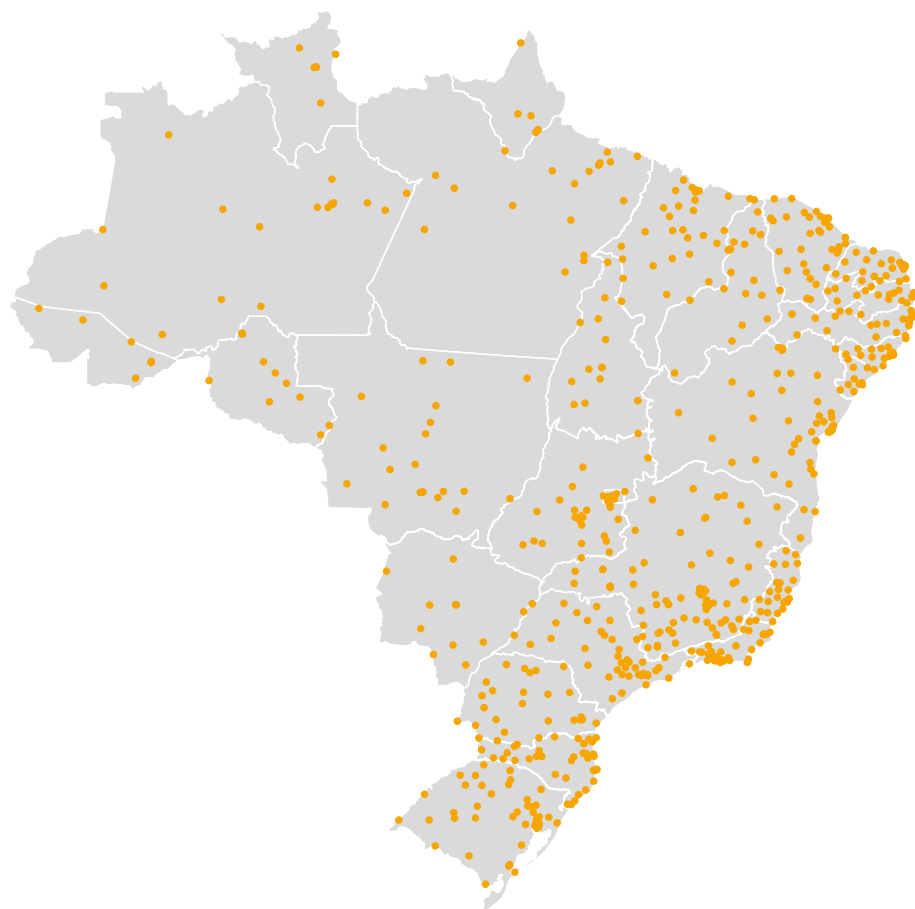
DISTRITO FEDERAL

GOIÁS

MATO GROSSO

MATO GROSSO DO SUL

BRASIL



Legenda

● Unidades da Rede Federal

REGIÃO CENTRO-OESTE

Na Região Centro-Oeste, estão localizadas cinco instituições da Rede Federal, com 66 câmpus, dois polos de inovação e cinco reitorias, distribuídos em 55 municípios do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 2024, foi anunciada a implantação de dez novos câmpus na região.

● IFG

O Instituto Federal de Goiás (IFG) é formado por catorze câmpus, além do Polo de Inovação, situados em treze municípios: Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Sua Reitoria está localizada na capital do estado de Goiás. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição nos municípios de Cavalcante/GO e Quirinópolis/GO.

● IF GOIANO

O Instituto Federal Goiano (IF Goiano) é composto por doze câmpus, além do Polo de Inovação, situados em doze municípios: Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Posse, Rio Verde, Trindade e Urutaí. Sua Reitoria está localizada na cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás. Em 2024, foi anunciada a implantação de um novo câmpus da Instituição no município de Porangatu/GO.

● IFB

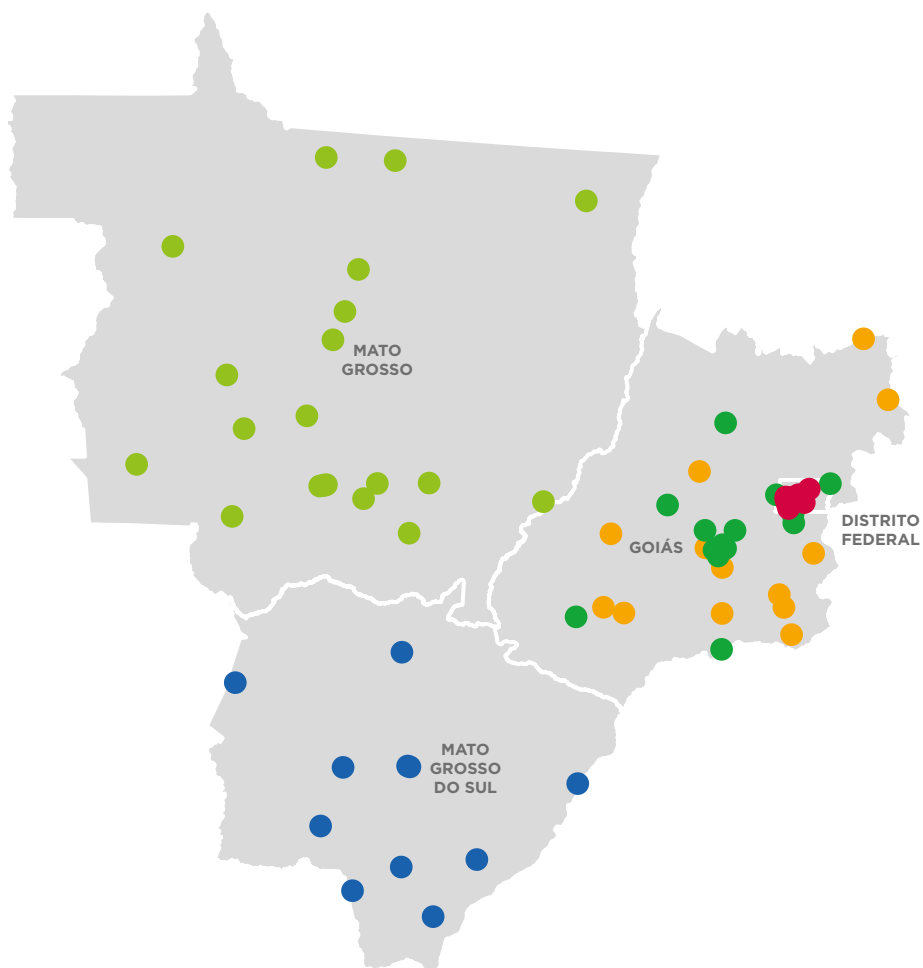
O Instituto Federal de Brasília (IFB) é formado por dez câmpus: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga. Sua Reitoria está localizada em Brasília, no Distrito Federal. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição nas regiões administrativas de Sol Nascente/Pôr do Sol e Sobradinho II.

● IFMS

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) possui atualmente dez câmpus, localizados nestes dez municípios: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas. Sua Reitoria está situada na capital do estado, Campo Grande. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus nos municípios de Paranaíba/MS e Amambai/MS.

● IFMT

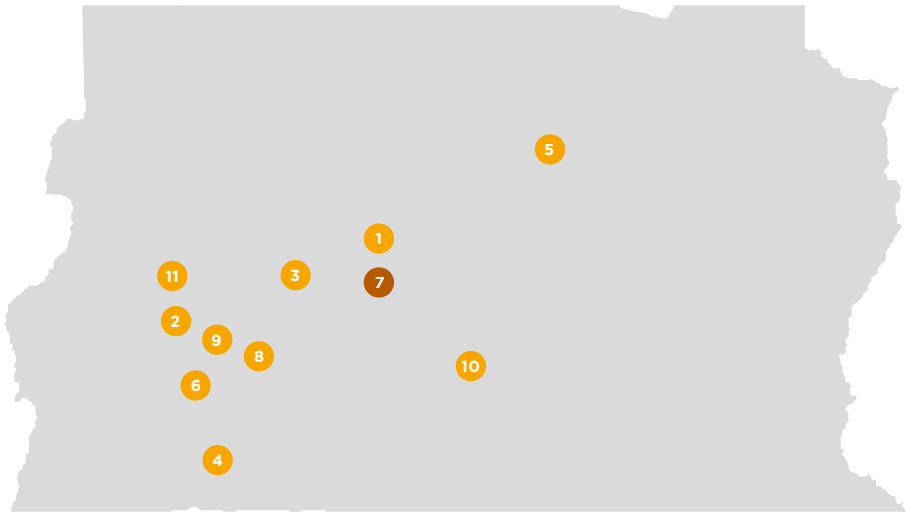
O Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) é composto por vinte câmpus, situados em dezenove municípios: Alta Floresta, Avançado Lucas do Rio Verde, Barra do Garças, Cáceres – Professor Olegário Baldo, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Diamantino, Guarantã do Norte, Juína, Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra e Várzea Grande. Sua Reitoria está localizada em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Em 2024, foi anunciada a implantação de três novos câmpus da Instituição nos municípios de Água Boa/MT, Colniza/MT e Canarana/MT.



DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

- 1 Câmpus Brasília
- 2 Câmpus Ceilândia
- 3 Câmpus Estrutural
- 4 Câmpus Gama
- 5 Câmpus Planaltina
- 6 Câmpus Recanto das Emas
- 7 Reitoria
- 8 Câmpus Riacho Fundo
- 9 Câmpus Samambaia
- 10 Câmpus São Sebastião
- 11 Câmpus Taguatinga



GOIÁS

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

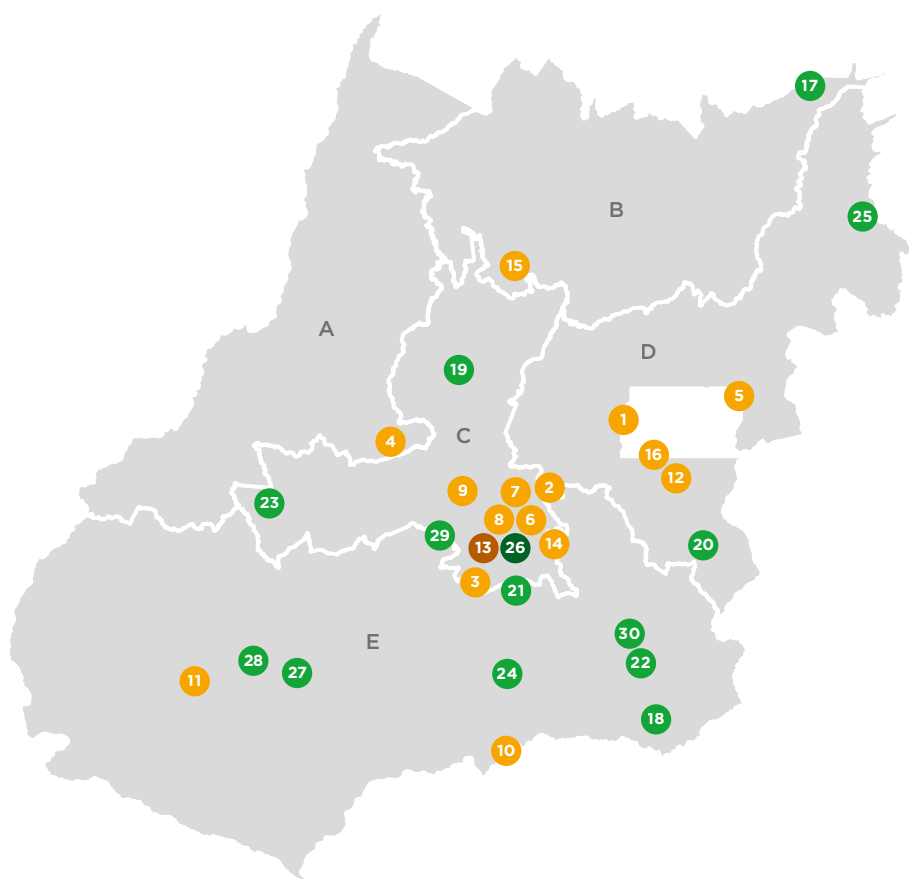
- 1 Câmpus Águas Lindas de Goiás
- 2 Câmpus Anápolis
- 3 Câmpus Aparecida de Goiânia
- 4 Câmpus Cidade de Goiás
- 5 Câmpus Formosa
- 6 Câmpus Goiânia
- 7 Criar – Polo de Inovação
- 8 Câmpus Goiânia Oeste
- 9 Câmpus Inhumas
- 10 Câmpus Itumbiara
- 11 Câmpus Jataí
- 12 Câmpus Luziânia
- 13 Reitoria
- 14 Câmpus Senador Canedo
- 15 Câmpus Uruaçu
- 16 Câmpus Valparaíso de Goiás

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

- 17 Câmpus Campos Belos
- 18 Câmpus Catalão
- 19 Câmpus Ceres
- 20 Câmpus Cristalina
- 21 Câmpus Hidrolândia
- 22 Câmpus Ipameri
- 23 Câmpus Iporá
- 24 Câmpus Morrinhos
- 25 Câmpus Posse
- 26 Reitoria
- 27 Câmpus Rio Verde
- 28 Polo de Inovação Rio Verde
- 29 Câmpus Trindade
- 30 Câmpus Urutaí

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NOROESTE GOIANO
- B NORTE GOIANO
- C CENTRO GOIANO
- D LESTE GOIANO
- E SUL GOIANO



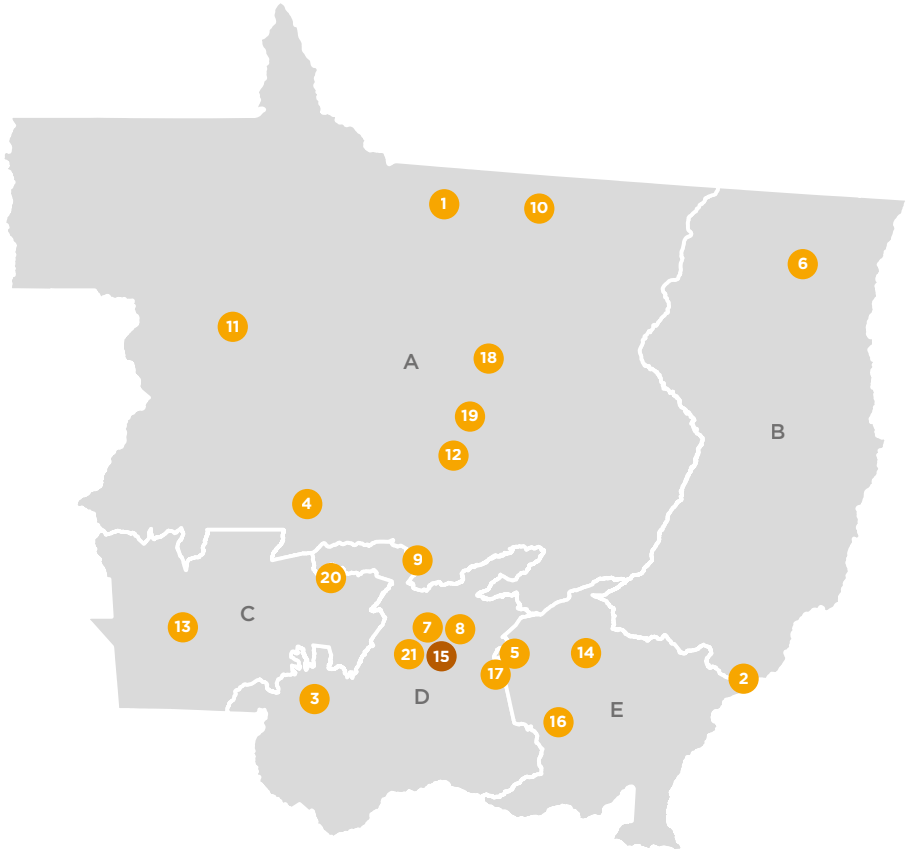
MATO GROSSO

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

- 1 Câmpus Alta Floresta
- 2 Câmpus Barra do Garças
- 3 Câmpus Cáceres
- 4 Câmpus Campo Novo do Parecis
- 5 Câmpus Campo Verde
- 6 Câmpus Confresa
- 7 Câmpus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva
- 8 Câmpus Cuiabá – Bela Vista
- 9 Câmpus Diamantino
- 10 Câmpus Guarantã do Norte
- 11 Câmpus Juína
- 12 Câmpus Avançado Lucas do Rio Verde
- 13 Câmpus Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste
- 14 Câmpus Primavera do Leste
- 15 Reitoria
- 16 Câmpus Rondonópolis
- 17 Câmpus São Vicente
- 18 Câmpus Avançado Sinop
- 19 Câmpus Sorriso
- 20 Câmpus Tangará da Serra
- 21 Câmpus Várzea Grande

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NORTE MATO-GROSSENSE
- B NORDESTE MATO-GROSSENSE
- C SUDOESTE MATO-GROSSENSE
- D CENTRO-SUL MATO-GROSSENSE
- E SUDESTE MATO-GROSSENSE



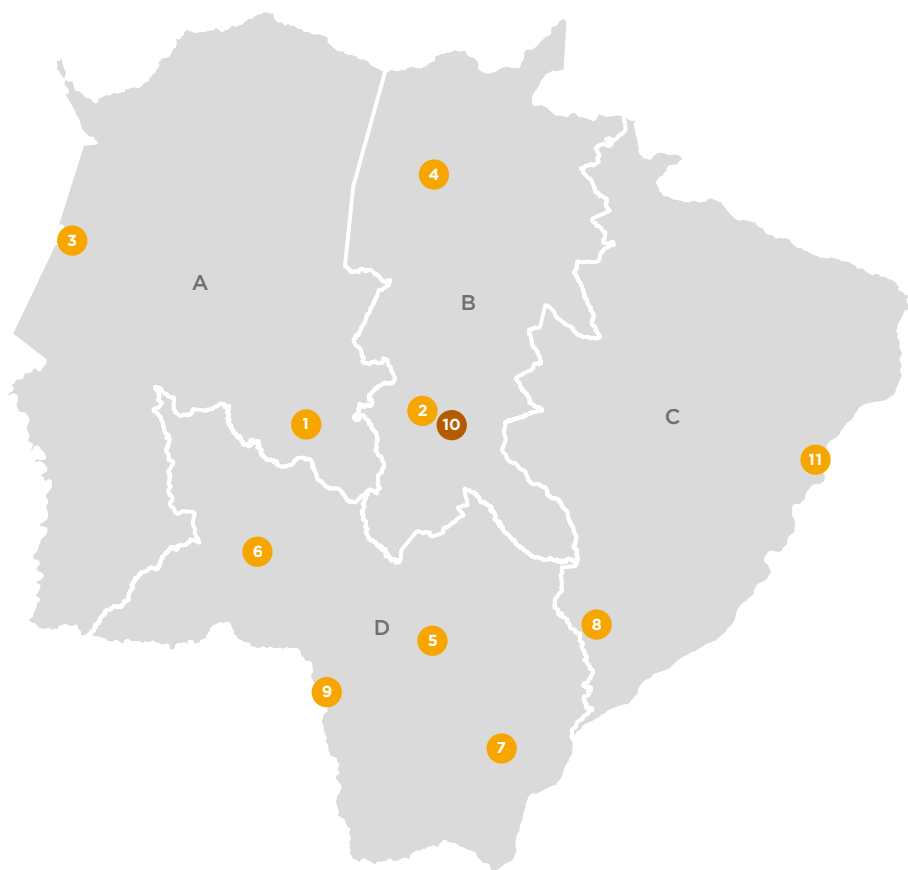
MATO GROSSO DO SUL

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

- 1 Câmpus Aquidauana
- 2 Câmpus Campo Grande
- 3 Câmpus Corumbá
- 4 Câmpus Coxim
- 5 Câmpus Dourados
- 6 Câmpus Jardim
- 7 Câmpus Naviraí
- 8 Câmpus Nova Andradina
- 9 Câmpus Ponta Porã
- 10 Reitoria
- 11 Câmpus Três Lagoas

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A PANTANAIS SUL MATO-GROSSENSE
- B CENTRO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL
- C LESTE DE MATO GROSSO DO SUL
- D SUDOESTE DE MATO GROSSO DO SUL





REGIÃO
CENTRO-OESTE

CATÁLOGO FOTOGRAFICO

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFG.



CÂMPUS GOIÂNIA OESTE



CÂMPUS INHUMAS



CÂMPUS ITUMBIARA



CÂMPUS JATAÍ



CÂMPUS LUZIÂNIA



CÂMPUS SENADOR CANEDO



INSTITUTO FEDERAL GOIANO¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IF Goiano.



CÂMPUS IPORÁ



CÂMPUS MORRINHOS



CÂMPUS POSSE



CÂMPUS RIO VERDE



CÂMPUS TRINDADE



CÂMPUS URUTAÍ



INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFMS.



CÂMPUS NAVIRAÍ



CÂMPUS NOVA ANDRADINA



CÂMPUS PONTA PORÃ



CÂMPUS TRÊS LAGOAS



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFMT.



CÂMPUS CUIABÁ - BELA VISTA



**CÂMPUS CUIABÁ -
OCTAYDE JORGE DA SILVA**



CÂMPUS DIAMANTINO



CÂMPUS GUARANTÃ DO NORTE



CÂMPUS JUÍNA



CÂMPUS AVANÇADO LUCAS DO RIO VERDE





INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA¹



¹ Fonte: Acervo institucional do IFB.



CÂMPUS RIACHO FUNDO



CÂMPUS SAMAMBAIA



CÂMPUS SÃO SEBASTIÃO



CÂMPUS TAGUATINGA



REITORIA

CRÉDITOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Lorena Pereira de Souza Rosa

EDITORA IFG

Coordenadora da Editora

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Conselho Editorial

Presidente

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Titulares

Lidiane Maria dos Santos

Darlene Ana de Paula Vieira

Adriano de Carvalho Paranaíba

Cristina Gomes de Oliveira Teixeira

Alessandro Silva de Oliveira

Kalinka Martins da Silva

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Bruno Pilastre de Souza Silva Dias

Suplentes

Ruberley Rodrigues de Souza

Olívio Carlos Nascimento Souto

Hellen da Silva Cintra de Paula

Ricardo Fernandes de Sousa

Ana Beatriz Machado de Freitas

Lemuel da Cruz Gandara

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Reitor

Elias de Pádua Monteiro

Pró-Reitor de Administração

Gilson Dourado da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Ana Maria Rodrigues de Resende

Pró-Reitora de Ensino

Geísa D'Ávila Ribeiro Boaventura

Pró-Reitor de Extensão

Luciano Carlos Ribeiro da Silva

Pró-Reitor de Assistência Estudantil

Fabiano Jose Ferreira Arantes

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Alan Carlos da Costa

Coordenadora Geral de Pesquisa e Pós-graduação

Iraci Balbina Gonçalves Silva

EDITORA IF GOIANO

Coordenadora da Editora

Sarah Suzane Bertolli

Assessora Editorial

Ana Paula Oliveira Sousa

Assessora Técnica

Daiane de Oliveira Silva

FICHA TÉCNICA

Organização da coleção

Olliver Robson Mariano Rosa

Organização do volume

Sarah Suzane A. Bertolli V. Gonçalves

Projeto gráfico e capa

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

Revisão e diagramação

Coelum Editorial

Revisão de provas

Lucas de Jesus Santos

Kepler Benchimol Ferreira

Centros Federais de Educação Tecnológica), foi engrandecida com a criação dos Institutos Federais. A expansão da Rede Federal a fez chegar aos mais longínquos pontos do país, abrindo oportunidades de acesso ao estudo a milhares de jovens, configurando-se como ação pública de grande alcance social e democrático. Os registros históricos de cada uma das instituições representam, assim, oportunidade singular de consolidar sua identidade institucional, mesmo considerando trajetórias diferenciadas, num esforço conjunto a fim de enfrentar e romper com a dualidade estrutural histórica que vem permeando a educação profissional no Brasil. Ante o desafio de expandir suas finalidades e modos operacionais, essas instituições têm buscado a superação das debilidades de uma estreita profissionalização para atuar na formação de quadros profissionais qualificados, no desenvolvimento social e econômico sustentável, no desenvolvimento regional e na promoção social e humana das comunidades locais, constituindo-se em polos de excelência científica e tecnológica.

José Carlos Libâneo

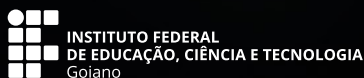
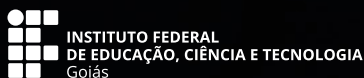
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS MUDANDO O BRASIL

Resultado de um esforço coletivo de pesquisa e memória, a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil* apresenta a história das instituições que integram a Rede Federal em cada região do Brasil. Ao reunir diferentes trajetórias, a obra valoriza experiências locais e o papel da educação pública na transformação do país. Neste segundo volume, estão as cinco instituições situadas na Região Centro-Oeste: Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal Goiano (IF Goiano), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) e Instituto Federal de Brasília (IFB). Os capítulos revelam como essas instituições se enraizaram em territórios marcados pela diversidade social e econômica, oferecendo educação pública de qualidade e fortalecendo comunidades urbanas e rurais. Das antigas escolas técnicas aos atuais câmpus multicurriculares, o volume registra experiências pedagógicas, projetos de extensão e ações de pesquisa que transformam vidas, promovem a cidadania e impulsionam o desenvolvimento regional. Uma leitura essencial para quem deseja compreender o papel estratégico da Rede no coração do Brasil.

Os Organizadores



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

